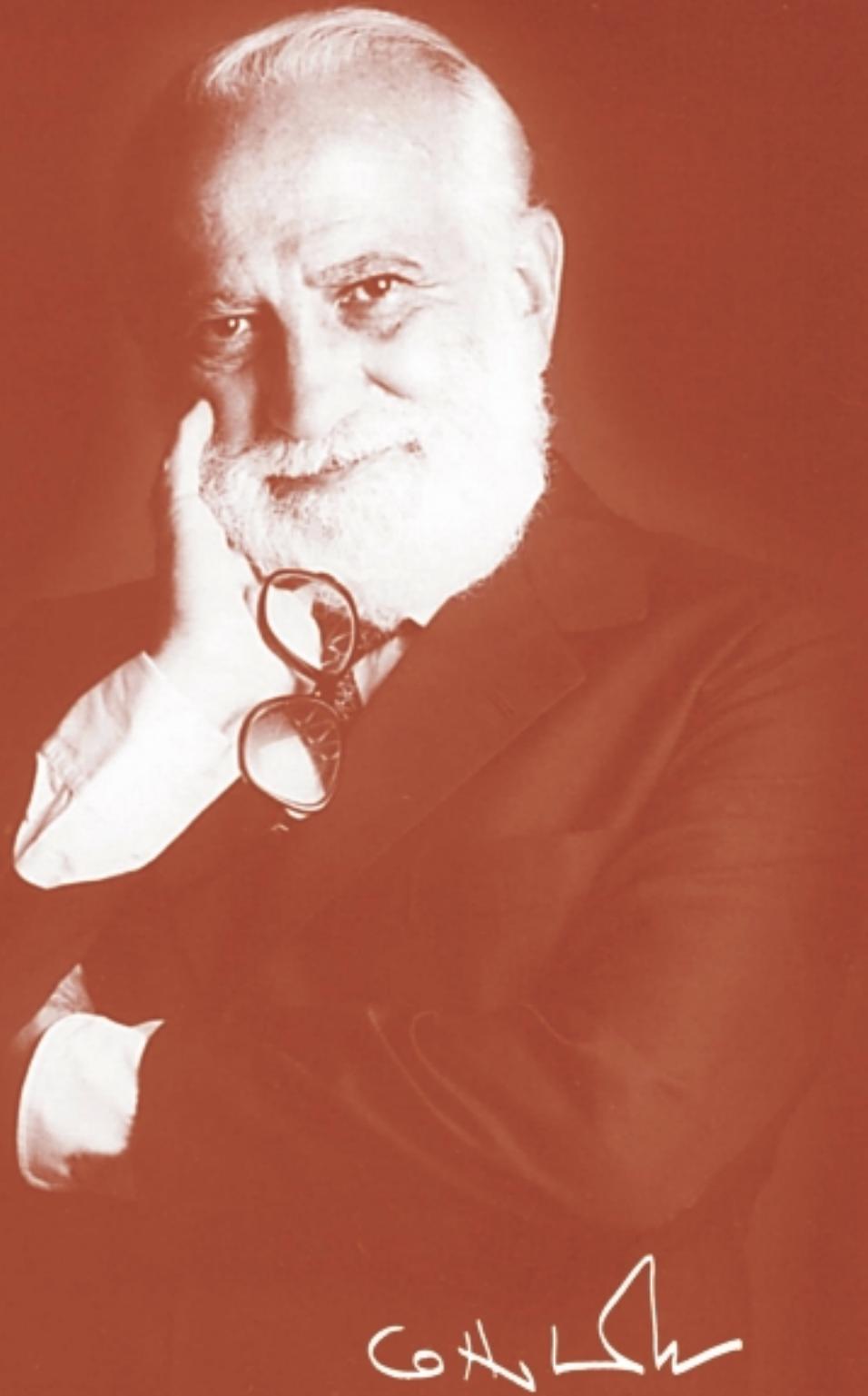


∞ 80º ANIVERSÁRIO DE
OTTO LARA RESENDE

Mesa-redonda realizada na ABL, no dia 21 de novembro de 2002, sob a coordenação Alberto da Costa e Silva, com a participação de Arnaldo Niskier, Lêdo Ivo, Murilo Melo Filho e Benício Medeiros.



Otto Lara Resende

Otto Lara Resende (Rio, 1984)

Foto de Cláudia Jaguaribe

Otto Lara Resende no olhar de Sabino

ARNALDO NISKIER

“Sim, envelhecemos. Mas que seja na base daquela muda afeição em que as verdadeiras amizades se sustentam. Como é bom sermos amigos. Como precisamos um do outro.”

Fernando Sabino (19/02/1948)

Falar de Otto Lara Resende é recordar uma amizade que começou nos idos de 1955, quando ele dirigia a revista *Manchete*. Jovem repórter esportivo, comecei a trabalhar na *Manchete Esportiva*, compondo a equipe dos três Rodrigues: Augusto, Paulo e Nelson. Desses, Augusto felizmente ainda está vivo, para testemunhar o que isso representou para o nosso jornalismo.

Otto jovem, inquieto, competente, vez por outra cobrava algum artigo dos especialistas no esporte para a sua grande revista. Era a glória. Assim amigos, depois o destino nos separou. Eu fiquei, ele foi em bus-

Arnaldo Niskier,
Professor,
educador,
conferencista. Sua
obra chega a uma
centena de títulos,
sobre educação
brasileira, filosofia
e história da
educação,
administração
escolar, tecnologias
de ensino, obras
didáticas e de
literatura
infanto-juvenil.
Depoimento na
ABL em
21.11.2002.

ca de outras aventuras, passando pelo *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *O Globo* e TV Globo, onde trabalhou diretamente com o Acadêmico Roberto Marinho, e depois a *Folha de S. Paulo*. Figura querida, só nos reencontramos, para um convívio mais de perto, na Academia Brasileira de Letras, onde entrei em 1984.

Dele sempre tive o carinho de uma palavra amiga, em geral sobre o programa de televisão que eu dirigi e apresentei por dez anos (Debate em Manchete). Era uma pessoa singular, que sentava bem longe, na sala de sessões, em dias de eleição, para que não vissem o seu voto. Detestava atender telefone, mas quando alguém o pegava era papo para mais de meia hora. Temia exatamente isso.

Otto chamou para a *Manchete*, onde já encontrara Henrique Pongetti, cronistas de primeira ordem que eram os seus grandes amigos de Minas Gerais: Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos. Completou o time com Rubem Braga, de Cachoeiro de Itapemirim, escolhido, segundo ele, “por sua forte doçagem de mineiridade”. Otto, Fernando, Paulo e Hélio Pellegrino foram amigos inseparáveis, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Irmanados pelos mesmos interesses literários e por uma amizade sem fim. Quando o encontro no banco da capital mineira só acontecia com três deles, o prazer aumentava: passavam horas falando mal do ausente.

Procurei traçar o perfil do Acadêmico Otto Lara Resende, personagem do título de uma peça de Nelson Rodrigues, buscando uma fórmula original. Falei noutra ocasião, aqui mesmo na ABL, sobre o homem e escritor. Agora, utilizarei os olhos e o coração do escritor Fernando Sabino para recordar o grande *causeur*. Sabino acaba de lançar o seu *Cartas na mesa* (editora Record), dedicado na capa aos três parceiros, *meus amigos para sempre*. Vamos projetar um pouco mais de luz sobre um deles, Otto Lara Resende, na visão do único sobrevivente do grupo que marcou, em cores fortes, uma época de relevo da literatura brasileira.

~~~ O conselheiro

Pelo livro de Sabino pode-se inferir que Otto era um pouco demorado no envio das cartas. Sabino, o mais aflito, dele sempre esperava respostas, sobretu-



do porque Otto era a sua grande referência, precisava das suas correções e dos seus conselhos. Quando a resposta demorava, era um deus-nos-acuda. Isso se percebe agudamente no livro das correspondências trocadas entre eles. Um parêntesis: pode-se perceber na obra recém-lançada que o depois médico psicanalista Hélio Pellegrino tem uma belíssima inspiração poética. Mas o destino o desviou para o caminho da medicina.

A correspondência era freqüente, embora sempre houvesse reclamação da demora nas respostas. E a saudade se manifestava de todas as formas, nas relações interpessoais dos quatro amigos. Na carta de 3 de setembro de 1944, Sabino já se encontra no Rio, declara-se deslocado, e solta o verbo:

Otto, meu velho, Otto de cara-de-amendoim, Otto da tristeza sem fim, Otto cético, Otto asmático, Otto carismático, você menino, você chorando, você escutando, você bebendo, você sozinho, você tristonho – tudo tão triste!

O autor de *Encontro marcado* e *O grande mentecapto* só poderia mesmo estar escrevendo isso tudo no que ele chamava de domingo sem-vergonha, quando a vontade de rever os amigos aguçava a sua sensibilidade. Ele passeava a saudade ao rabiscar o papel, ressalvando que utilizava a palavra amigo sempre com A maiúsculo.

Um mês depois, não sei se para causar inveja ao amigo, Sabino revela que está no Alcazar e vê à sua frente a seguinte seleção brasileira: Manuel Bandeira, Oswaldo Alves, Pedro Nava, Rodrigo Melo Franco, Paulo Mendes Campos, Vinícius de Moraes, Heitor dos Prazeres, Aníbal Machado, Mariinha (Tônia Carrero), Rubem Braga e outros cavalheiros da mais nobre estirpe (e ainda, como se fosse pouco, o Carlos Drummond de Andrade). “Mas sou forçado a reconhecer” – diz ele – “estou chateado porque você não está aqui”. Essa necessidade de “puxar angústia” era uma consequência da estima que unia Fernando ao Pajé (Otto).

Ainda nessa época, Otto volta a Belo Horizonte, mas “com ares de Rio de Janeiro”. Sabino reclama: “Saudade a gente sente, todos sentimos, mas ser do-

minado assim!” Afirma que Otto é o seu queixo, que ele coça de vez em quando. Reafirma que “Belo Horizonte tem hélios e paulos, rouxinóis e pererecas, querelas em lá menor, marmeladas e agapantos. O Rio não tem nada disso”. Mas ele tem aversão à idéia da mudança e reclama que tomou ódio dos chinelos do Otto: “Chegando aí irei queimá-los.” Reconheço que Minas é o último ouro do Brasil, mas será sempre assim? E força ainda um outro argumento, pois Otto fora ajudar o pai no comando do colégio de que era proprietário o velho professor de português: “Já pensou nas centenas de provas no colégio que você terá ainda de corrigir o resto da vida?”

~~ Fala, depois desfala

O doce Otto Lara Resende, que estamos buscando redescobrir, inteligente como ele só, não era de se definir completamente. Sempre guardava um certo recato ou reserva para voltar. Quando aprovava o texto de um amigo (como aconteceu com Sabino), concedia: “Aprovo, mas com restrições.”

Isso provocava enorme estrago no amor-próprio do outro: “Otto, você fala e depois desfala. Como é que pode?” Ele era assim, mas quem o conhecia de perto e com intimidade sabia o que ele queria dizer. Muitas vezes não gostava do que lera, mas não queria ofender o interlocutor. Pequena restrição, no fundo, revelava uma opinião contrária que ele escondia para não ofender ninguém. Era o jeito Otto Lara Resende de ser, alterado pelo tempo em pouquíssimos pormenores.

Não raro, aparecia o nome do Dr. Alceu Amoroso Lima nos textos das correspondências, em geral chamado de “anjo de candura, pairando nas nebulosas etéreas”. Quem de nós pode discordar do grande líder católico, crítico do Modernismo?

Sabino reclama que Otto dizia uma coisa pra ele, outra para o Dr. Alceu. E em tom aborrecido: “Medo de ofender. Preguiça de escrever ou tédio do trabalho e da chateação que o assunto iria render?”

Figuras constantes do livro são também os escritores Wilson Figueiredo, que esteve conosco na posse do Paulo Coelho, Carlos Castello Branco, Murilo



Rubião e João Etienne Filho. Sempre apareciam, nas mais variadas intervenções. E houve um momento, no dia 22/12/1944, que o Fernando se aborreceu: “Otto, resolvi acabar com os meus três maiores vícios: beber, procurar você e fumar. Já parei de beber Agora só falta parar de fumar.” Sentia falta de uma presença mais constante do Otto em sua vida. A propósito, ele teve sempre uma enorme amizade por Adolpho Bloch. Este dizia que tinha enfrentado *pogroms* na Rússia, uma viagem quase trágica, um começo de vida difícil, mas nada se comparava à dificuldade de falar com Otto ao telefone.

Mas, pouco depois, quem reclamava do Fernando era o próprio Otto, que criticava a sua chamada “desonestidade epistolar”. A desculpa era a sua falta de tempo, às voltas com palestras encomendadas pelo Dr. Alceu para fazer no Centro D. Vidal. Enquanto isso, no Rio, falava do seu emprego vitalício, mas reclamava que vivia sem dinheiro, com preocupações por todos os lados. “O escrevente do cartório está me chateando, inclusive me deve mais de 6 contos de réis...” O cartório dava muitos aborrecimentos. Ameaçava voltar para Belo Horizonte, só por três dias, para sentar no banco da Praça, com os três amigos, para recordar momentos telúricos, líbricos, melífluos e saudosos, ali passados em priscas eras.

~~ As crônicas

Todos bem sabem que Otto Lara foi um grande cronista. Em tempo oportuno, ocupou as páginas da *Folha de S. Paulo*, onde brilhou, por muitos anos, no espaço que depois seria ocupado por Carlos Heitor Cony. Mas nem sempre foi assim. Pelo menos na opinião do Sabino.

No começo da carreira, teve que enfrentar as críticas dos seus amigos de sempre. Palavras de Sabino: “Tenho visto algumas de suas crônicas. Achei boas, mas meio vagas, com um tom pouco pessoal, sem dizer nada de novo. Achei, embora certo, meio água morna, com você emitindo conceitos teóricos, embora certos, mas desligados um pouco da realidade imediata.”

É curiosa a crítica, pois Sabino faz questão de concordar com o que lia (“está certo, mas...”), acrescentando sempre uma exigência maior. Para con-

cluir a respeito do amigo: “Otto, você é um bom sujeito. Embora sofrendo, triste, relapso e sacrípanta, você parece que desta vez está dando duro. Acabou sua novela? Mande dizer.”

Sabe-se que Otto fez uma obra que transbordou qualidade, sem nenhuma preocupação com a quantidade, hoje tão em voga. Sabino haveria de confessar:

Sua magnífica descrição me impressionou. Fiquei estatelado com sua mansa caminhada pela minha desconsolada topografia, percebi que você realmente passeia por essas ruas de olhos fechados, sobe todas as noites a pé, alta madrugada, a minha rua da Bahia, passa pela minha Praça da Liberdade, ora bêbado, ora límpido, ora cáustico, dobra todas as esquinas da minha juventude para afinal vir refugiar-se na casa onde nasci – no canto úmido, bolorento e solitário do meu porão. Sua presença amiga faz com que a umidade espessa do meu desconforto desapareça.

Depois reclama que Otto é o seu melhor amigo (da onça) e se faz de imediato preocupado: “Sua tristeza me encharcou de solidária ternura. Conte comigo e minha desmedida absorção de suas dores e contradições.”

Estou me restringindo à correspondência entre Otto e Sabino, deixando de lado a riqueza do que os quatro escreveram, uns para os outros. Seria motivo de novo estudo.

A ironia é uma arma dos quatro cavalheiros da literatura mineira e brasileira. Em determinada ocasião, sabe-se lá por que motivo, voou do Rio para Belo Horizonte a seguinte correspondência:

Ottinho: recebi sua cartinha. Achei-a muito bonitinha. Vou responder agorinha mesmo, viu? Um abracinho deste que muito lhe quer. Fernandinho.

As cartas para Otto eram longas, com imensos desabafos e informações de toda sorte. Vejam como escreve Sabino, pouco depois do fim da II Guerra Mundial:



Estou com vontade de ouvir você reclamar que está com dor de cabeça, uma aula a preparar, com um negócio chatíssimo que seu pai deixou para você fazer, com sono de três noites que não dorme, combalido, condoído e condescendente. Pajezinho (era um dos apelidos do Otto), vem de lá um abraço e, com o sinal da mais fiel das amizades, uma lata de goiabada marca Peixe.

Eles nasceram e viveram sob o signo da goiabada marca Peixe. Consideravam-na a Única e Verdadeira Goiabada, desprezando solenemente todas as demais.

Ainda no lendário ano de 45, Sabino escreveu mais uma carta para Otto, dizendo que caiu Getúlio, caiu Benedicto, caiu o Flamengo, mas que havia escrito uma novela. Depois disso, tinha envelhecido alguns dias.

Assim se passaram muitos anos entre os quatro escritores de marcas profundas da nossa literatura. Otto Lara Resende foi o único deles que se tornou imortal, apesar de ser o detentor, igualmente, da maior dosagem de sarcasmo. Será lembrado para sempre.

*Da esq. para a dir.: Paulo Mendes Campos, Fernando
Sabino, Otto Lara Resende e, agachado, Hélio
Pellegrino, em Petrópolis, RJ (1978)*



O outro Lara Resende

LÊDO IVO

Senhor Presidente da Academia, senhores Acadêmicos, minhas Senhoras, meus Senhores. Helena Lara Resende e Helena Lara Resende, e demais integrantes da família de Otto Lara Resende.

Para Otto Lara Resende se abriram muitas portas: as portas das redações dos grandes jornais e revistas, dos palácios presidenciais, das relações prestigiosas, dos salões mundanos, das adegas, do Serviço Público qualificado, dos gabinetes ministeriais, das adições culturais das embaixadas, dos bares mais conceituados do Baixo Leblon. As portas do jornalismo e da vida literária se escancararam para que ele se tornasse um dos nossos. E após treze anos entre nós ele transpôs uma última porta: a do Mausoléu, que nos espera a todos, acadêmicos, com a paciência e a tolerância de todos os mausoléus.

Este instante de evocação, falsamente estampilhado de mesa-redonda, me devolve à década de 40 do século passado, quando o Rio de Janeiro, que então vivia uma época de singular efervescência

Lêdo Ivo é poeta, romancista e ensaísta, publicou, entre outras obras, *As imaginações* (1944), *As alianças* (1947), *Finisterra* (1972), *Ninho de cobras* (1973), *Mar Oceano* (1987), *Curral de peixe* (1995), *Noturno romano* (1997), *O rumor da noite* (2000), livros de ensaios, contos, crônicas, autobiografia, literatura infanto-juvenil e traduções. Depoimento na ABL em 21.11.2002.

literária e artística, foi invadido por quatro jovens mineiros inquietos, envolventes e ambiciosos. Eram eles: Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino.

Hoje podemos ter uma idéia nítida da trajetória de cada um desses notáveis e impetuoso invasores que, na diversidade de seus temperamentos, irradiavam inteligência e simpatia.

Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino se notabilizaram na crônica, esse gênero anfíbio que pertencendo simultaneamente ao jornalismo e à literatura, assegura a notoriedade e garante o esquecimento.

A psicanálise desviou Hélio Pellegrino do caminho literário, e Otto Lara Resende se tornou o Otto. Este dissílabo dizia tudo, resumia o jornalista extraordinariamente competente, que em seus passos cotidianos era sempre seguido, em seu borboletar triunfante, por um enxame de plumitivos boquibertos e companheiros deslumbrados; o cronista irônico e desencantado, o *causeur* incomparável, sempre cercado de satélites gulosos; o *phraseur* que, com o sal de algumas palavras, se transformava num respeitado ou temido La Rochefoucauld tropical.

Otto era uma aura, um halo, a fugacidade de um resplendor. A reverência com que o seu nome era mencionado num coquetel ou numa mesa de bar, na redação da *Manchete* ou na Câmara dos Deputados, numa sala ministerial ou num táxi, remetia a uma entidade rara e misteriosa, ao patamar de um mito. Quando Otto Lara Resende entrava numa redação de jornal, os repórteres aturdidos exclamavam: – “É o Otto.” E os estagiários mantinham um silêncio respeitoso diante da aparição formidável.

Mas, quem era o Otto? Hoje, transcorrido mais de meio século, e varridas tantas esperanças e ilusões, a pergunta não esvaeceu. Um livro já foi escrito sobre a amizade que unia Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Hélio Pellegrino e Otto Lara Resende e suas existências rumorosas. E em crônicas, livros de memórias e em recente epistolografia, o zeloso Fernando Sabino, guardador emérito de tantos documentos juvenis, procura responder ao pequeno mistério que também o envolve.



Numa entrevista de 1979, ano de sua entrada para esta Academia, colhida ao *Cartas na mesa*, de Fernando Sabino, diz Otto Lara Resende: “Agora, ao que diz respeito a mim, pessoalmente, sou hoje uma pessoa desgostosa de ser quem eu sou. Eu não gostaria de conviver comigo. Sou um sujeito profundamente deprimido e, parodiando Fernando Sabino, ‘não sou meu tipo’. Inclusive, o Otto dos vinte anos é uma figura que eu adoro. E quero fazer uma declaração: perdi totalmente a fé na literatura. No que diz respeito a mim, não acredito mais que seja importante, para mim, exprimir-me literariamente.”

Isto significa que dentro do Otto que, com os seus ditos afortunados, deslumbrava contínuos e ministros, havia o outro Otto. Cuido que foi e era o Otto que escreveu *O lado humano* e *O braço direito* – o Otto secreto, inabordável, que se debruçava sobre a miséria da condição humana e produzia pequenas histórias perversas e até irrespiráveis, nas quais transparecem, ostensivas, as influências de Georges Bernanos, Machado de Assis, Lúcio Cardoso e Cornélio Penna.

Esse Otto não prosperou, como comprova sua final confissão de perda e descrença no poder e na função da literatura. Uma porta ficou fechada para Otto Lara Resende, daí o seu desconforto e depressão, e ainda a nostalgia de si mesmo, o sonho dos vinte anos que a idade madura não confirmou. Foi a porta da realização literária plena e continuada, da solidão criadora, do sonho juvenil mudado em obra pertinaz, da promessa cumprida, que não se abriu para ele. É esse Otto irrealizado, esse Otto que o vento dispersou, que está no meu coração.

AS POMPAS DO MUNDO

OTTO LARA RESENDE



As pompas do mundo – Contos. Editora Rocco, 1975. Capa de Eugênio Hirsch

Otto: oitenta anos depois

MURILO MELO FILHO

Conterrâneo de Joaquim José da Silva Xavier, um alferes famoso; de Tancredo de Almeida Neves, um político inesquecível; e de Dom Lucas Moreira Neves, um querido confrade, Otto de Oliveira Lara Resende, à semelhança deles três, também nasceu em São João del Rei, dia 1º de maio de 1922, há mais de 80 anos, portanto.

Era o quarto de uma família de 20 irmãos, todos filhos do Professor Antônio e de D. Maria Julieta. Estudou no Colégio Santo Antônio, de monges franciscanos, onde o seu pai ensinava Português. Formou-se em Direito, mas desenganou-se da advocacia, atraindo ao jornalismo.

Dizia depois: “Quem se forma em Direito, pode até advogar.”

Transferiu-se para o Rio e trabalhou seguidamente no *Diário de Notícias* e em *O Globo*, passando pelo *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e a revista *Manchete*, na qual fez aquela famosa entrevista em que o General Teixeira Lott, Ministro da Guerra, considerava o golpe da no-

Murilo Melo Filho, jornalista, trabalha na imprensa desde os 18 anos. Como repórter político, escreveu centenas de reportagens sobre o Brasil, entrevistou personalidades do mundo inteiro e tem vários livros publicados, entre os quais *O modelo brasileiro* e *Testemunho político*.

Depoimento na ABL em 21.11.2002.

vembrada de 1955 como o contraditório “retorno aos quadros constitucionais vigentes”. (Durante toda a conversa com o General, Otto não tomou um apontamento sequer. Mas reproduziu depois todas as declarações, palavra por palavra, como se as tivesse recolhido num gravador.) A entrevista foi um marco na história da Imprensa brasileira, que fez a edição da revista esgotar-se em menos de 24 horas.

Otto foi amigo pessoal de todos os grandes capitães da nossa imprensa: Paulo Bittencourt, no *Correio da Manhã*; Nascimento Brito, no *Jornal do Brasil*; Orlando Dantas, no *Diário de Notícias*; Horácio de Carvalho, no *Diário Carioca*, Roberto Marinho, em *O Globo*; Samuel Wainer, na *Última Hora*; Carlos Lacerda na *Tribuna da Imprensa* e, por último, na *Manchete*, de Adolpho Bloch, que, certo dia, lhe sugeriu construir, no Cemitério Israelita da Vila Rosaly, uma sepultura conjunta, para os dois, argumentando: – Preciso ter, na eternidade, um bom vizinho para conversar.

A revista *Manchete* foi um laboratório formador de vários acadêmicos. Otto nela trabalhou com os nossos confrades Raimundo Magalhães Júnior, Josué Montello, Antônio Houaiss, Lêdo Ivo, Arnaldo Niskier, Carlos Heitor Cony, Afonso Arinos de Melo Franco, comigo mesmo e com os Irmãos Bloch, aos quais chegou um dia, parodiando Dostoiévski, a chamar de “os Irmãos Karablock”.

Nos últimos anos de vida, Otto foi diretor da Rede Globo de Televisão e cronista diário da *Folha de S. Paulo*, onde se viu maravilhosamente sucedido pelo confrade Carlos Heitor Cony, um cronista tão competente e tão brilhante quanto ele.

Quando foi convidado para escrever diariamente essa crônica, Otto entrou em parafuso. Já era um atormentado por natureza, que se afligia por qualquer motivo. Agora, era demais para ele aquele compromisso de escrever trinta linhas todos os dias, no espaço de duas colunas, com quinze centímetros de altura, cada.

Criou, então, todos os obstáculos para não aceitar o convite. Impôs condições absurdas: de regalias, de salários e de liberdade para escrever sobre o que



bem quisesse, sem nenhuma restrição de ordem política, religiosa, econômica ou social. Tinha esperanças de que, diante de tantas exigências, o convite não se confirmasse. Mas, para surpresa sua, foram, todas elas, aceitas.

Quando começou a enfrentar aquele seu martírio diário, como se estivesse cumprindo um Calvário no caminho do Gólgota, passou a angustiar-se por outra cruel perplexidade: até que ponto seus textos iriam interessar ao leitor? E perguntava a si próprio: “Conseguiria imitar os ‘papas’ e os ‘gurus’ da crônica de sua época?: Rubem Braga, Fernando Sabino, Henrique Pongetti, Paulo Mendes Campos, Carlinhos de Oliveira, Marques Rebelo e Genolino Amado?”

Só se tranqüilizou mesmo quando começaram a chegar ao jornal as primeiras cartas dos leitores, extasiados diante daquele escritor leve, lírico, sentimental, que, numa linguagem de colóquio, “quase conversando”, ia diretamente ao fundo das almas e dos corações.

Era também um polemista de mãos cheias, que se distraía publicando um artigo pela manhã no *Jornal do Brasil*, que ele mesmo respondia, no mesmo dia, à tarde, publicando outro texto, em sentido contrário, na *Última Hora*. Ria depois, às gargalhadas, diante daquele falso choque que ele próprio provocara.

Ootto foi um dos principais líderes e intérpretes da chamada Geração de 45, e herdeiro das tradições e do renome de mineiros inesquecíveis, como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Aníbal Machado, Gustavo Capanema, Milton Campos, Pedro Aleixo e Afonso Arinos de Melo Franco. Participaria, vinte anos depois, da segunda geração de conterrâneos ilustres, inteligentes e cultos: João Etienne Filho, Fernando Sabino, Edgar da Mata Machado, Alphonsus de Guimaraens Filho, Hélio Pelegrino, Paulo Mendes Campos, Afonso Arinos de Melo Franco e Wilson Figueiredo.

Quando se mudou de São João del Rei para Belo Horizonte, em 1938, com apenas 16 anos de idade, conheceu e uniu-se a Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pelegrino, nos ardores da juventude dos anos 40, formando com os três o grupo que Drummond intitulou jocosamente de “Os quatro Cavaleiros de um íntimo Apocalipse”, solidários e coesos, mais do que nunca, depois, na sua mudança para o Rio.

Certa vez, Pelegrino chamou atenção para a façanha daqueles quatro sujeitos estarem juntos há 50 anos: Fernando, um *jazz-man*, escrevendo romances; Paulo, um discreto, fazendo poemas; Otto, um cético, produzindo crônicas, e ele, Pelegrino, um psicanalista, cuidando de loucos. Otto assim explicava o fenômeno daquela união: “Só estamos juntos há tanto tempo simplesmente porque, durante todo esse meio século, nunca tentamos formar uma turma, fundar um clube ou lançar uma revista.”

Foi aquele um grupo que marcou época na vida intelectual brasileira e que começou a desintegrar-se com as mortes de Otto, de Paulo e de Hélio, ocorridas todas elas no curto espaço de poucos anos. (Deles, aí está, pleno de saúde e de mocidade, seu quarto integrante, o escritor Fernando Sabino, com o qual esta Academia, há muitos anos, e, inutilmente, tanto sonha.)

Após a publicação do romance *Espiridião*, questionou-se muito a autoria de Benedicto Valladares neste livro, que muitos atribuíam ao seu então genro, Fernando Sabino, quando Otto acudiu com a seguinte opinião:

— O livro é muito ruim para ser do Sabino, porém é bom demais para ser do Benedicto.

Otto não gostava muito da definição de Sabino, segundo a qual ele era o maior autor brasileiro de frases, para as quais tinha sempre as melhores desculpas. Certa noite, Nelson Rodrigues lhe telefonou:

— Otto? É da casa do Otto?

Resposta:

— Não estou.

— Mas, Otto, aqui é o Nelson.

— Ah! Então estou.

— Otto, você é o maior talento verbal deste país. Pode abrir uma loja de frases. Por que você não vende ou aluga as suas frases? Você sempre foi um escravo delas. Agora, chegou a vez de elas trabalharem para você.

Aceita a sugestão, certo dia, Nelson foi à “Loja das frases” e ficou surpreso com a quantidade de fregueses. Era o Otto faturando adoidado. E atendia uma cliente gorda com gazes enroladas nas canelas:



— A senhora quer uma frase usada ou prefere uma frase zero quilômetro? E a gorda, que tinha um colar de brotoejas no pescoço, respondeu:
— Zero quilômetro.
— Então, já tenho uma frase para a senhora. Que tal “Mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga”?

Entre as muitas frases de Otto, anotei as seguintes:
“Tenho a impressão de que, nos enterros, o pior para o defunto é ser o centro das atenções. Morrer é fácil. Mas, agüentar velório, imóvel, dentro de um caixão, deve ser muito duro.”

“Não gosto da minha literatura, mas sim da dos outros.”
“Até hoje me pergunto se tenho vocação de ser literato.”

“Escrever é um ato solitário e besta, que não satisfaz nem o narcisismo do pobre-diabo que escreve, nem a expectativa do infeliz que lê.”

“Quem escreve merece piedade. Quem publica deve ser internado.”
“Eu me despeço do presente e até do passado, pois não tenho nenhum compromisso com o futuro, que, aliás, e por sua vez, não tem nada a ver comigo.”

“As novas gerações são mais do som do que das letras, talvez porque o livro seja solitário, e o som, gregário.”

“Tu não mudas o mundo. Mas o mundo te muda.”
“Quando você chega aos 40 anos, deve considerar-se um homem frustrado, a não ser que queira ser um perfeito idiota.”

Otto sustentava que o escritor, quando solicitado, devia falar franca-mente à imprensa, ao contrário de Dalton Trevisan, o admirável paranaense, por exemplo, que jamais concedia uma entrevista, mas que tinha sempre pronto e acabado um texto de 20 linhas, sempre o mesmo, para entregá-lo aos jornalistas.

Em sua juventude, Otto foi levado a questionar a vida, com a leitura de uma carta de Mallarmé, que descreve o seu impulso de suicidar-se, em Paris, de uma das pontes do Sena, pela qual transitava diariamente. Otto costumava repetir os seguintes versos de Mallarmé:

*Cansado do ócio amargo onde o meu tédio humilha
A glória me faz perder a trilha [...]
De cavar todas as noites uma fossa imponente
No território avaro e hostil da minha mente.
(“Las de l'amer repos...”)*

Durante muitos anos, Otto tentou, mas não conseguiu, reduzir as duas horas diárias gastas na leitura de quase todas as revistas e jornais brasileiros e de alguns estrangeiros. Assim estava seguindo o conselho de um colega, para o qual, no mundo de hoje, ou você estuda ou se informa.

Tinha a mania de, em cadernetas ou pequenos pedaços de papel, que logo depois se extraviavam, anotar tudo quanto lia. No fundo, tratava-se de um grafomaníaco.

Era portador de uma reservada efusão, de um tolerante ceticismo, de uma saudável exteriorização, de um trepidante talento, de uma irreprimível sinceridade, de um horror ao egocentrismo, que o levava a não falar de si mesmo.

Sua visão política era conciliadora e liberal, longe das discriminações e dos preconceitos radicais. Janista apaixonado, certa vez apostou com o confrade Geraldo França de Lima uma garrafa de champanhe na vitória de Jânio sobre o Marechal Lott.

Travam-se as eleições, Jânio vence, mas, sete meses depois, renuncia.

Geraldo já havia até esquecido a aposta quando, ao chegar em casa, encontrou uma garrafa de cerveja preta, com um bilhete de Otto: “Com esta cerveja, está paga a nossa aposta. Jânio não merecia uma garrafa de champanhe.”

Otto era um escritor compulsivo, que escrevia por obrigação, torturado pela forma, reescrevendo seus textos várias vezes, como aconteceu no seu único romance, *O braço direito*, que, mesmo depois de editado, em 1963, foi todo reescrito, narrando a saga de um bedel na fiscalização de um internato mineiro.

Para ele, reescrever significava um reencontro e uma busca da perfeição, como aconteceu nos seus cinco livros de novelas e de contos: *O lado humano*, *O retrato na gaveta*, *A boca do inferno*, *A cilada* e *As pompas do mundo*.



Certa tarde, quando ainda não era acadêmico, Otto recebeu do nosso Athayde a missão de conseguir, junto a um grupo amigo de banqueiros de Minas, a doação de um aparelho de ar condicionado para esta Academia. Otto almoçou com eles, pediu-lhes a doação, que prometeram, mas que não deram, como geralmente acontece em se tratando de doações e de banqueiros. Otto lamentava depois:

— Se eu tivesse conseguido aquele ar-condicionado, poderia ter entrado, na Academia, desde então, e mais cedo até, com uma obra concreta, objetiva, moderna e também arejada.

Mesmo sem ar-condicionado, Otto elegeu-se para esta Casa, dia 3 de julho de 1979 e tomou posse três meses depois, a 3 de outubro. Tinha 59 anos de idade, e era o mais novo “imortal” de então.

Sua cadeira tornara-se famosa pela sucessiva presença de grandes historiadores: Varnhagen, o patrono; Oliveira Lima, o fundador; além dos sucessores Alberto de Faria, Rocha Pombo e Rodolfo Garcia, passando depois a ser preenchida por admiráveis jornalistas, como Elmano Cardim, ele próprio e o atual ocupante, Roberto Marinho.

Ootto encontrava-se em sua residência, muito nervoso, na tarde da eleição, quando recebeu o telefonema de Josué Montello, comunicando a sua vitória. E comentou: “Virgi. Acabou o pesadelo. Somente a minha filha Cristina e o meu medo achavam que eu ia perder.”

Estava com um copo de uísque na mão e abandonou-o numa homenagem à Academia: “Agora, quero chá. Muito chá. Somente chá.”

Sendo ou não um céítico; sendo ou não um pessimista; sendo ou não um homem que desprezava as “pompas do mundo” (título, aliás, de um dos seus livros), a verdade é que Otto não queria perder essa eleição para a Academia. Afirmava: “É chato ser derrotado até num jogo de bola de gude. Bom mesmo é ganhar, com a modéstia de quem perdeu.” E acrescentava:

— Não pensem que eu vou mudar. Continuarei boêmio e impontual, como sempre. Mas continuarei sendo sobretudo um liberal, porque, quanto à liberdade, prefiro pecar pelo excesso. Faz menos mal.

Ao discursar, recepcionando Otto na ABL, Afonso Arinos de Melo Franco fez um elogio dos mineiros, como sendo o mais genuinamente barroco de todos os brasileiros, por um lado, com uma reflexão humanística sobre a vida e a morte, mas, por outro lado, com um esplendor incontido e uma insubordinação simplesmente revolucionária. E dizia:

Por sua própria posição geográfica, Minas tem sido, desde o século XVI, o ponto convergente da inteligência brasileira. Sua originalidade consiste justamente em não ser original, num amálgama e numa fusão das nossas várias formas, com uma industrialização avançada e uma retrógrada estrutura agrária. Cidades apressadas e campos modorrentos.

Regiões contraditorialmente desenvolvidas e grotões niveladamente atrasados.

A abrangência cultural e religiosa do humanismo em Minas liberta os mineiros da prisão, materialista e utópica, do marxismo.

Seu protesto está na tradição de sua gente, numa identificação da injustiça sob a máscara da desigualdade.

Eles são moderados, prudentes, reservados, conciliadores, poupadões e matreiros, de fala mansa e matizada. Mas são também impetuosos, inovadores, não raro, boquirrotos, de índole ousada e corajosa.

Tomando posse, na Cadeira nº 39 da ABL, Otto disse que iniciava o rito acadêmico, sem abrir mão do que até então tinha sido. E prosseguiu:

“Muitas vezes já se afirmou que esta é a Casa da Liberdade. Ninguém aqui se aliena, ou faz o que não quer. Se não acrescentar, a Academia, em compensação, nada tira.”

Confessou-se encabulado por arrebatar das mãos de João Cabral de Melo Neto, seu grande amigo, o cetro de “benjamim” desta Casa, dizendo que não é bem um cetro, mas um arrimo e um cajado aos quais, mais cedo ou mais tarde, iremos recorrer. E declarou:

...o peso das convenções intimida e pode até mesmo aterrorizar. Uma dessas convenções é o fardão, do qual se tem falado bastante mal, muito mais aqui dentro do que



lá fora, primeiro, porque é aqui dentro que o sofremos e, segundo, quem sabe, porque talvez seja verde, como as uvas de La Fontaine. Manuel Bandeira, que só o envergou duas vezes – uma, na própria posse e outra, na recepção a Afonso Arinos – chamou-o “aurisplendente”, e nele não se sentiu – é o Poeta quem o diz – “glorioso itinerante *ad immortalitatem*, mas como um daqueles batráquios *chamarrés de pustules*, do Chantecler de Rostand”.

Preferindo ser chamado de “imorredouro”, em vez de “imortal”, Otto implicou sempre com o fardão acadêmico, bordado a ouro, e com o chapéu napoleônico, bicorne, cheio de plumas, preferindo guardá-los aqui mesmo na Academia, onde, nos dias de posse, chegava usando traje de passeio e, em seguida, já estava fardado. Dizia que jamais sairia com ele na rua, pois correria o risco de ser acusado de estar tentando a restauração da Monarquia.

No dia de sua posse, recebeu do amigo Galba Menegale um telegrama com a seguinte estrofe:

*O fardão aurisplendente
Só reveste avis rara.
Tanto louro em tanta lira,
Tanto lera o Otto Lara.*

Ele representava aqui uma tradição da cultura mineira, com um linguajar depurado e um certo parentesco machadiano, sóbrio e de inspiração universal.

Era um arquétipo perfeito do escritor, puro e completo, vivendo de suas utopias, segundo Gide, entre o objetivo e o sonhador, romântico, com os pés no chão.

Dir-se-ia um personagem ulyssiano de Joyce, na busca de transformar suas fantasias em magníficas realidades.

Há vinte anos, numa quinta-feira como esta, a atriz Tônia Carrero esteve aqui na Academia, participando de uma de nossas reuniões. À saída, despediu-se dos acadêmicos e, em particular, de Otto, que na época já estava

quase careca, mas sustentava, com muita galhardia, uma penugem no alto da testa:

– Otto, que gracinha, com esse topete, você parece até o Frank Sinatra.

Um longo e permanente duelo foi travado por Otto com Nelson Rodrigues, que chegou a escrever a peça *Bonitinha mas ordinária, ou Otto Lara Resende*, acrescentando: “O mineiro só é solidário no câncer.”

O teatrólogo o provocava. Otto não gostava. E respondeu, trocando pelos jornais implicâncias bem-humoradas.

Nelson Rodrigues assim costumava explicar as razões da amizade entre ambos:

– Somos três vezes analfabetos: em pintura, em futebol e em música. Em pintura, não passamos de imbecis plásticos; em futebol, de pebolísticos ignorantes e, em música, de iletrados sonoros.

E contava que, certa vez, informara a Otto que *A casa das três meninas* era uma opereta de Schubert.

Otto maravilhara-se com a informação e, comparecendo a um saraú de granfinos, perguntou a um ministro presente:

– V. Exa. sabe que *A casa das três meninas* é uma ópera de Schubert?

O ministro, surpreso, perguntara:

– Mas, é de Schubert mesmo?

E Otto, cochichando ao ouvido ministerial:

– Esta é uma informação de cocheira.

Certo dia, Nelson telefonou para Otto: “Ele mandou dizer que não está”, respondeu a empregada.

Nelson não se conformou e foi pessoalmente à residência de Otto. Tocou a campainha uma, duas, três vezes e a resposta era sempre a mesma: “O Doutor mandou dizer que não está.” Até que, na quarta vez, Otto abriu finalmente a porta e disse: “Entra Nelson. Nesta você me venceu.”

Otto era um homem bem-humorado, atento, conselheiro, sarcástico, malicioso, humorista, trocadilhista, amável e agradável, de boa convivência, um excepcional contador de “estórias” e de “causos”, aos quais emprestava um tom muito especial de expressões vivazes e de tertúlias inteligentes, que varavam as madrugadas.



Discorria sobre qualquer assunto, por mais inesperado que fosse, com uma conversa límpida e faceira, no bom estilo carlylianiano. Combinava muito bem a arte de escrever com a magia de conversar.

Segundo Josué Montello, Otto nasceu com uma vocação epigráfica, do *mot-d'esprit*, a palavra jovial, engracada, perene. Tudo quanto escreveu tem o dom da perenidade, com textos lapidares e primorosos. Seus contos tinham um fundo estético, moral e religioso, como bom católico que era, revelando um fisionomista atento à pauta das tendências humanas.

Tarcísio Padilha afirmou que Otto não era um vaidoso, mas uma criatura simples, quase inquieta, um homem bem-educado e civilizado, sem cometer uma gafe e sem dar uma opinião que não tivesse espírito e bom humor.

Segundo Antônio Olinto, Otto era um personagem mítico e até mitológico, imaginário, lírico, polido, gentil, cortês, por vezes irreverente, envolto em lendas, meio fúlgido, ou, como diria Rachel de Queiroz, um passarinho que a gente pega no dedo e segura para conversar.

Carlos Heitor Cony escreveu: “Dentro daquela regra imutável, segundo a qual, de hora em hora, Deus piora, fui ocupar seu lugar naquele canto de página do jornal, mas sem ter a pretensão de substituí-lo. Para quem não tem cão, o jeito é arrumar um gato para caçar. Com sua morte, perderam os leitores e eu perdi o Otto.”

O Acadêmico Ivo Pitanguy, que chegou a participar do Grupo dos Quatro, disputando com Sabino (um deles) alguns páreos de natação no Minas Tênis Clube, chegou a dizer, parodiando Garcia Lorca – numa referência ao seu amigo Ignácio Sanchez Mejía – que tardará muito a nascer, se é que nascerá, algum dia, uma pessoa tão boa quanto Otto Lara Resende.

Lêdo Ivo afirmou que ele se destacava justamente pela maliciosa capacidade de contar fatos, de dizer frases afortunadas e de alegrar até os tristes.

Para Geraldo França de Lima, ele era um escritor capaz de demolir instituições, com frases rápidas e seguras, que ocupava todos os espaços de uma conversa, narrando, mesmo sem estar escrevendo. Podíamos transcrever tudo o que ele falava e sair direto para publicar na imprensa.

Segundo Arnaldo Niskier, tratava-se de um homem de extraordinário bom humor, que de tudo ria e de tudo achava graça, mas que se mostrava capaz também de grandes indignações, que, felizmente, duravam muito pouco.

Para o Acadêmico Alberto Venancio Filho, ele era um escritor sutil e ágil, capaz de tornar atraente e leve o mais árido e pesado dos assuntos.

Segundo Eduardo Portella, ele tinha a capacidade de conciliar a percepção do cotidiano com o horizonte do mundo, no qual se inscrevem as grandes questões espirituais.

O Acadêmico Cândido Mendes de Almeida disse que, além do conto e do romance, ele vai ficar por ter sido, na nossa geração, quem mais se especializou na cultura da frase.

O nosso estimado confrade Affonso Arinos de Mello Franco revelou-me recentemente que Otto foi convidar seu pai, o Acadêmico Afonso Arinos, para ser o orador oficial de sua posse, mas lhe fez um insólito e incrível pedido: “Meu caro Afonso, fale em tudo menos em mim.”

Otto gostava de anagramas, a começar do seu próprio nome, que se escrevia do mesmo jeito: de trás para frente e de frente para trás.

Foi procurador da então Prefeitura do Distrito Federal e adido cultural nas Embaixadas do Brasil em Lisboa, com o Embaixador Ouro Preto, e em Bruxelas com o Embaixador Hugo Gouthier.

Afilhado do católico Jackson de Figueiredo e discípulo de Georges Bernanos, casou-se com Helena, no Mosteiro de São Bento, e com ela teve quatro filhos: Cristina, André, Bruno e Helena.

Brincando, dizia que já nascera cansado, porque viera ao mundo justamente no Dia do Trabalho, 1º de maio de 1922, e teria completado, há seis meses, oitenta anos de vida. Seria um oitentão. E poderia então responder à pergunta:

– É Otto ou oitenta?

Terminava o ano de 1992, quando, dia 9 de dezembro, Otto internou-se no Hospital da Beneficência Portuguesa, para submeter-se a uma simples cirurgia de hérnia de disco.



O cirurgião não encontrou a hérnia na primeira operação e, no dia seguinte, realizou uma segunda cirurgia para tentar extraí-la. Dias depois, teve alta e voltou para casa, onde começou a sentir dores violentíssimas e foi reinternado.

Chegou a ditar à sua filha Cristiana o texto de uma crônica, que seria a sua última, para a *Folha de S. Paulo*.

Assim, passou a noite de Natal daquele ano. Mas, não passaria a noite de Ano Novo. Sobre vieram uma infecção hospitalar e uma embolia pulmonar, que foram as causas de sua morte.

E, assim, ele se foi, mais cedo do que devia – mas, se foi – arrebatado à vida, numa fase de pleno esplendor de sua vitalidade intelectual.

Com pouco mais de 70 anos, morreu, dia 28 de dezembro de 1992, três dias antes do Ano Novo – e, portanto, há dez anos, que se completaram justamente em dezembro último.

Entre o dia em que entrou no hospital e o dia em que morreu, medearam apenas três semanas. Foi uma morte que surpreendeu todos os seus amigos e confrades.

Para a sua sepultura, Fernando Sabino chegou a sugerir o seguinte, rimado e curto epítáfio:

*Aqui jaz Otto Lara Resende.
Mineiro ilustre, mancebo guapo.
Deixou saudade, isto se entende.
Pudera! Passou 70 anos batendo papo.*

OTTO LARA RESENDE

A Boca do Inferno




COMPANHIA DAS LETRAS

2^a edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
Capa de Moema Cavalcanti. Vinhetas: *Arte rupreste espanhola*

Otto, luz e sombra

BENÍCIO MEDEIROS

Nossa intenção é falar aqui sucintamente sobre os dois campos de atividade nos quais Otto Lara Resende mais se destacou, que foram o jornalismo e a literatura, muito embora reconheça que isso será reduzir muito a importância e a personalidade do Otto, pois ele na verdade brilhou em muitas outras dimensões da sua vida e sobretudo no âmbito da sua dimensão humana – até hoje lembrada e relembrada pelos muitos amigos que deixou, da forma como fazemos hoje, aqui, nesta ocasião.

De fato, falar do jornalismo e da literatura de Otto é bastante delicado, porque é uma forma de resumi-lo, de dividi-lo em dois, e se eu faço isso é por influência do próprio Otto, pois ele, pelo que se sabe, delimitou dramaticamente, dentro de si mesmo, e talvez em seu próprio prejuízo, essas suas duas vocações correlatas, ao passo que outros escritores, alguns destes amigos de Otto, que também labutaram na imprensa como ele, conseguiram fazer tranqüilamente a síntese dos dois gêneros.

Jornalista, autor
do livro *A poeira
da glória* (1998),
sobre Otto Lara
Resende, e editor
da *Revista do Livro*
– Depto.
Nacional do
Livro.
Depoimento na
ABL em
21.II.2002.

Na relação desses amigos vou citar aqui Nelson Rodrigues, mais que um amigo, espécie de alterego de Otto, que transitava com a maior desenvoltura — poderia dizer até despudor — entre suas várias formas de expressão, e Rubem Braga, que também escrevia para jornal e livro ao mesmo tempo.

Nos Estados Unidos, então, há uma quantidade enorme de exemplos de jornalistas-escritores, ou escritores-jornalistas. Se Faulkner — tal qual Guimaraes Rosa entre nós — cunhou uma linguagem singular, lúdica, próxima da poesia, houve outros escritores americanos que trabalharam e ainda trabalham mais voltados para o mundo objetivo, fazendo obra igualmente relevante.

A bem da verdade, não se sabe exatamente onde acaba o jornalismo e começa a literatura na obra de Otto; ademais, ninguém pode se arrogar muito esse poder judicante de dizer o que é ou não é literatura, arbitrariamente, fora da perspectiva do tempo, porque muita coisa que não é acaba sendo, e também com o jornalismo pode acontecer esse tipo de transfiguração.

De modo que ao invés de falar em literatura e jornalismo, estabelecer uma divisão estanque entre esses dois gêneros, eu devia falar mesmo em objetividade e subjetividade na obra do Otto, o que seria tecnicamente mais correto, porque por definição o jornalismo é objetivo e a literatura é subjetiva, tendo em vista as suas respectivas finalidades. Mesmo assim, essa classificação é no fundo enganosa, diz ainda pouco, porque os próprios trabalhos jornalísticos de Otto, assim como a sua literatura, aparecem mesclados de subjetivismo, de poesia mesmo, de figuras de estilo e da emoção do narrador conduzindo mais do que o cérebro as palavras, características mais associadas à literatura que ao jornalismo.

Gostaria de esclarecer que não estou aqui afirmado, e nem vou afirmar, que literatura e jornalismo sejam uma coisa só, porque não são. São dois tipos de representação, duas abordagens diferentes daquilo que se tem como realidade. Só estou propondo modestamente uma flexibilização de conceitos na medida que existe aí uma zona comum que é freqüentada tanto pelo escritor como pelo jornalista.

Literatura, na verdade, é aquilo que perdura. Cartas, bilhetes, diários íntimos e outros papéis que resistiram ao tempo e tiveram um destino — destino literário — jamais imaginado pelos respectivos autores.



Houve época em que se discutiu muito no Brasil o que é literatura e o que é jornalismo – isso esteve na moda, num tempo em que a linguagem da imprensa ainda não tinha se firmado como gênero autônomo e a literatice que todo mundo conhece, com o seu estilo pomposo e personalista, campeava nas redações. A polêmica é coisa bizantina, pertence ao passado. Otto resolveu esse problema traçando uma linha no meio, entre seus dois ofícios. Dizia ele:

“Texto de jornal é estação de trem depois que o trem passa. Deixou de ter interesse.”

Não é uma mentira na essência, mas nem sempre é assim, principalmente quando se trata de um jornalista da qualidade de Otto. Eu recomendo enfaticamente a leitura de um livro chamado *O príncipe e o sabiá*, que não por acaso saiu depois da morte dele. São perfis de personalidades que Otto conheceu de perto – Françoise Sagan, Jânio Quadros, Guimarães Rosa, Getúlio Vargas, Adolpho Bloch – feitos com grande apuro e maestria. Talvez não tenham sido vistos como literatura no calor da hora, quando foram publicados pela primeira vez, mas não envelheceram, permaneceram, por causa do talento do autor.

Poderíamos dizer que jornalismo e literatura são duas formas de expressão – ou dois sistemas de comunicação – sem limites necessariamente definidos e que, embora autônomos, têm na palavra escrita a sua matéria-prima comum. Pergunto: o que vai diferenciar uma coisa e outra na obra de Otto Lara Resende?

O exercício do jornalismo corresponde ao lado solar da sua personalidade. Corresponde a uma trajetória objetiva, bem realizada – tem a ver com a sua *persona* pública, à qual se relacionam também as tiradas espirituosas do *causeur* – do mestre da conversação que ele foi – e a grande coleção de histórias, ficção ou não, nas quais ele aparece como agente ou protagonista.

Tive oportunidade de escrever uma vez que Otto foi um pouco vítima de si mesmo, já que a sua personalidade exuberante, projetada no meio social que freqüentou, acabou por ofuscar um pouco, pelo excesso de brilho, a sua própria obra escrita, mostrando-o muitas vezes apenas como um fazedor de boas frases – isso porque é sempre mais fácil assimilar anedotas, *slogans*, tiradas de espírito – como aquela que diz que “o mineiro só é solidário no câncer” – do que uma literatura tão densa e pessoal como a que deixou.

Nelson Rodrigues era tão bom frasista como Otto. Vejam o que ele escreveu: “A grande obra de Otto Lara Resende é a conversa. Deviam pôr um taquígrafo atrás dele e vender suas anotações em uma Loja de Frases.”

Usando de seu extraordinário poder de percepção, da sua decantada intuição, é possível que Nelson falasse assim em nome do senso comum. Mas há um outro lado, o lado humano que não entrou para o folclore. O mesmo Otto das caricaturas, o mesmo Otto que divertia os amigos com as suas memoráveis imitações, escreveu certa vez: “Não sou alegre. Sou triste e sofro muito. Dentro de mim há um porão cheio de ratos, baratas, aranhas, morcegos, escuro, melancolia, solidão.”

Todos nós temos o direito de nos sentir dessa maneira, e é assim que as pessoas de maneira geral se sentem: às vezes tristes, às vezes alegres. O que há de mais nessa frase de Otto é que ela aparenta servir como espécie de divisa pessoal, de advertência, de linha demarcadora – como se ele quisesse dizer: eu posso ser esse que vocês estão vendo, mas também sou outro; não sou apenas jornalista, também sou escritor.

Otto foi um jornalista ponderado. Não acentuou demais os defeitos dos entrevistados; politicamente, esteve sempre do melhor lado. Como escritor, no entanto, foi um escritor radical. Diria radical e contraditório, no sentido dialético do termo, na medida que conviveram nele o autor formado no cânone modernista (da mesma forma que companheiros mais próximos de geração, como Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino) e um temperamento barroco empedernido, moldado pela sua própria origem e circunstâncias de vida. Otto fez a seguinte confissão: “Eu nasci no fundo da Idade Média. São João del Rei, no dia 1º de maio de 1922, era uma comunidade de alta Idade Média. O peso daquele *décor* barroco, agravado pela massa física das igrejas que aprisionam a cidade numa proteção apavorante, imprime na alma da gente uma marca indelével.”

Ao relatar as exequias do rei D. João V, realizadas em São João del Rei, em 1751, o poeta mineiro Affonso Ávila, grande estudioso da arte barroca, apontou a terra natal de Otto como um grande centro irradiador do barroco brasileiro, que foi uma estética mas também um modo de ser, um modo de pensar,



uma arte caracterizada, nas palavras de Affonso Ávila, por uma “tendência ao feérico, ao maravilhoso, para acentuar-se numa forma diferente de persuasão, impregnada de dramaticidade, de noturnidade, até mesmo de morbidez.”

Pois vamos à obra de Otto. No conto intitulado “O porão” sem mais nem porquê um menino mata o amigo com um golpe de canivete. Em “Gato gato gato” um garoto não resiste à tentação de ver a imagem graciosa de um felino transfigurar-se em massa disforme por meio de uma tijolada certeira. Em “O gambá” uma roda de malvados acua e sacrifica um animal indefeso e esmaga os seus filhotes por puro entretenimento. E por aí vai. Consoante à sua confissão, existem muitos ratos, cupins e baratas nos contos e no único romance de Otto, *O braço direito*, que aparentemente servem como metáfora das torpezas humanas. Não é que ele quisesse chocar. Revelando o Mal, oferecia também a antítese do Bem, daí que ainda pode restar de admirável, e de sublime, no ser humano.

Assim como José Lins do Rego, que retratou, em páginas admiráveis, a decadência do ciclo da cana-de-açúcar no Nordeste, Otto Lara Resende foi também, a seu modo, um escritor da decadência – tomando como ponto de partida a sua terra, Minas Gerais, que viu o seu fulgor barroco esvanecer-se ao longo do tempo junto com suas jazidas esgotadas e a sucessão de mudanças e crises que sacudiram e transformaram o Brasil nos últimos dois séculos.

A sensação de perda, a nostalgia por tempos que às vezes só conheciam mesmo através de velhos retratos e de relíquias guardadas por gerações de antepassados são sentimentos que acompanham não apenas Otto Lara Resende, mas muitos outros escritores mineiros da diáspora, exilados Brasil afora, antes e depois dele. Esse tipo de tom nostálgico está presente tanto na poesia de Carlos Drummond de Andrade – Minas convertida num retrato na parede que provoca mais dor do que saudade – como nos versos de Alphonsus de Guimaraens, poeta condenado ao som dos sinos plangentes que repetem, como um mau agouro, com os seus responsos: “Pobre Alphonsus, pobre Alphonsus.”

José Lins enfatizou barrocamente as mutantes relações sociais de uma época de crise. Era muito mais objetivo do que Otto. Viu, no interior da Paraíba e de Pernambuco, o fogo morto, os engenhos de açúcar com suas engrenagens

paradas no tempo, a hera os sepultando aos poucos, os resquícios enferrujados e rangentes de um antigo fausto. Não foi esta a viagem de Otto Lara Resende. A decadência de que ele fala é também a decadência física, da feição das coisas, mas é sobretudo a decadência das mentalidades, a decadência dos antigos ritos que se tornaram ocos, que se transformaram em mentira.

Amigo e admirador dos modernistas, Otto deu no entanto toque singular à sua obra pois a mensagem modernista era a da extroversão, a da carnavaлизação da nacionalidade, ao passo que Otto fez uma obra centrípeta, introspectiva, de cunho existencialista. Foi um cultor do que se chamou romance psicológico e incluiu nos seus trabalhos elementos retirados à teoria psicanalítica de que foi expoente um amigo e confidente dos mais próximos como também dos mais expansivos – Hélio Pellegrino.

Poderíamos colocar Otto ao lado de Lúcio Cardoso e Cornélio Pena, escritores de ruínas e de meninas mortas, e de outros autores que quiseram esmiuçar a alma humana, devassá-la, muitas vezes sem dó nem piedade e muitas vezes, caso específico de Otto, ao arrepio iconoclasta do dogma religioso. Otto não foi um escritor sacrílego, conforme um dia chegou a ser apontado. Ele apenas buscou a verdade na condição humana da mesma maneira que buscou, como jornalista, a verdade dos fatos.

Foi um homem religioso, leitor de Georges Bernanos na mocidade. No entanto o mundo que retrata é um mundo de fé abalada, cheio de desvãos sombrios e de cânticos fúnebres, que se contrapõe fortemente à vertente lírica percorrida por alguns dos seus contemporâneos. É talvez por isso que o amigo Rubem Braga, um lírico contumaz, tenha sentenciado, singela e paradoxalmente: “Gosto muito dos contos de Otto, mas não gosto de lê-los, porque são tristes.”

De fato, procurei um *happy end* na obra de Otto e não encontrei. Sua literatura é realmente triste: as histórias em geral não terminam bem.

Não poderia deixar de evocar aqui o pequeno escândalo provocado pelo seu segundo livro de contos, *A boca do inferno*, de 1957, que lhe valeu sérias reprimendas por parte do meio católico conservador, o qual, decerto, esperava dele



uma obra mais edificante. Seriam manifestações vindas de grupos ainda fechados para novas visões do mundo. Recentemente, ao tecer considerações sobre um livro de Mário Peixoto, o crítico Wilson Martins rememorou o tempo “em que a psicanálise era combatida, entre nós, por eminentes personalidades e, em particular, nos meios católicos, como doutrina imoral, comunista e corruptora por definição”. Otto foi uma vítima desse movimento já que o aspecto inovador de *A boca do inferno* relaciona-se muito à psicanálise, pois foi Freud quem disse que as crianças não se enquadravam tanto, como a maioria podia imaginar antes dele, num conceito romântico de “pureza”. Há mais de 40 anos de seu lançamento, *A boca do inferno*, com toda a sua coleção de crueldades, não perdeu o poder de instigar, até de assustar. Leiam e comprovem.

Otto deu muita importância à porção da sua obra que considerou “literária”. Custou-lhe pôr nela um ponto final, conceder-lhe *status* de coisa definitiva. Até o fim da vida, vício de copidesque, ocupou-se em trabalhar seus textos, tentando aperfeiçoá-los, reescrevendo passagens de que não gostava, como se retocasse um testamento, reforçasse um compromisso assumido desde cedo com a posteridade. Quanto à sua produção jornalística, não lhe dedicou a mesma atenção, pois achava que aí o trem já tinha passado e a estação estava deserta.

Foi um engano. Há ainda muita gente esperando na estação, pronta para embarcar no trem do Otto! As sucessivas reedições de seus textos feitos para a imprensa mostram que vão aumentando de importância. E é o predicado da perdurabilidade que acusa a boa literatura. Curiosamente, o tempo parece ter operado na obra do Otto aquela síntese que ele em vida não soube ou não quis fazer. A dez anos da sua morte o seu acervo, até mesmo as frases que deixou, ressurgem como uma coisa só, indivisível – o Otto na sua total integridade. Jornalismo e literatura se somam, nele, como expressões de um talento único que têm como elo, como traço comum, a marca da humanidade – esta sim, um valor constante, acima de qualquer controvérsia, tanto na vida quanto na obra de Otto Lara Resende.

Revista Brasileira

FASE VII ♫ ABRIL-MAIO-JUNHO 2003 ♫ Ano IX ♫ N^º 35

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

MACHADO DE ASSIS

**ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS 2003**

DIRETORIA

Alberto da Costa e Silva – *presidente*
Ivan Junqueira – *secretário-geral*
Lygia Fagundes Telles – *primeira-secretária*
Carlos Heitor Cony – *segundo-secretário*
Evanildo Bechara – *tesoureiro*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio
Filho, Alfredo Bosi, Ana Maria Machado,
Antonio Olinto, Ariano Suassuna,
Arnaldo Niskier, Cândido Mendes de
Almeida, Carlos Heitor Cony,
Carlos Nejar, Celso Furtado,
Eduardo Portella, Evandro Lins e Silva,
Evanildo Cavalcante Bechara,
Evaristo de Moraes Filho,
Pe. Fernando Bastos de Ávila, Ivan
Junqueira, Ivo Pitanguy, João de
Scantimburgo, João Ubaldo Ribeiro,
José Sarney, Josué Montello, Lêdo Ivo,
Lygia Fagundes Telles, Marcos Almir
Madeira, Marcos Vinícius Vilaça, Miguel
Reale, Murilo Melo Filho, Nélida Piñon,
Oscar Dias Corrêa, Paulo Coelho, Rachel
de Queiroz, Roberto Marinho, Sábato
Magaldi, Sérgio Corrêa da Costa,
Sérgio Paulo Rouanet, Tarésio Padilha,
Zélia Gattai.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL

Miguel Reale, Carlos Nejar,
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

ASSISTENTE EDITORIAL

Frederico de Carvalho Gomes

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Av. Presidente Wilson, 203 – 4º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 2524-8230
Fax: (0xx21) 2220.6695
E-mail: publicacoes@academia.com.br
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

Sumário

EDITORIAL Defenda-se a língua 5

CELEBRAÇÃO

Sesquicentenário do falecimento de Álvares de Azevedo

CARLOS HEITOR CONY Álvares de Azevedo: o amante da morte 9

SÉRGIO MARTAGÃO GESTEIRA Eros e errância em Álvares 17

ALEXEI BUENO A idéia da morte em Álvares de Azevedo 39

80º Aniversário de Otto Lara Resende

ARNALDO NISKIER Otto Lara Resende no olhar de Sabino 65

LÊDO IVO O outro Lara Resende 73

MURILO MELO FILHO Otto: oitenta anos depois 77

BENÍCIO MEDEIROS Otto, luz e sombra 91

PROSA

ALBERTO DA COSTA E SILVA – I. Sobre a nova edição de *Coronel, coronéis* 99

GILBERTO VELHO – 2. (Continuação) 103

ARNALDO NISKIER Do *Tico-Tico* aos dias de hoje 105

JOÃO DE SCANTIMBURGO O sigilo nos Descobrimentos 113

TARCÍSIO PADILHA Um prefácio 127

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA A língua portuguesa hoje 129

FÁBIO LUCAS Pedro Nava: o abismo da memória 135

JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA Breve perspectiva histórica do feminismo nascente 145

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO Um aspecto da latinidade na virada do milênio 173

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS Amor a Portugal 177

HERNANI DONATO Xôôô (conto) 185

POESIA

BRUNO TOLENTINO O especreto 189

ADA PELLEGRINI GRINOVER Poemas 197

ALFRED DE MUSSET A noite de maio 201

GUARDADOS DA MEMÓRIA

SILVA RAMOS Em ar de conversa 213



Defenda-se a língua

Mais um número da *Revista Brasileira* enriquece o patrimônio cultural do Brasil. A revista onde a Academia nasceu, no longínquo ano de 1897, graças a Lúcio de Mendonça, que teve a idéia, e a Machado de Assis, que não só a aprovou, como chamou a si a responsabilidade de articular todo o processo de formação da sociedade, essa notável revista ganhou um lugar de prestígio único entre os intelectuais brasileiros e interessados na evolução cultural do Brasil, pela qualidade de suas publicações e pela formosa apresentação gráfica de que é dotada.

Em cada número, sem exagero, é toda uma riqueza de colaborações, rigorosamente selecionadas, pois somente colaboram os que recebem solicitação para esse fim. Felizmente, a Academia está podendo manter a periodicidade da revista, com um trabalho de revisão primoroso, combinando os textos com ilustrações. No presente número, optamos por uma variedade de colaborações, mas dando preferência à Língua Portuguesa, de tal maneira mal falada, que podemos, e não falta muito, reduzi-la a dialeto em lugar de língua.

Daí vir muito a propósito o excelente artigo do Acadêmico Arnaldo Niskier sobre o *Tico-Tico*, revista infanto-juvenil que constituiu a alegria de milhões de meninos e adolescentes, com suas figuras estereotipadas na memória de todos os leitores. Não havia quem não lesse o *Tico-Tico*, a cada semana, para se regalar com as suas personagens, todas recortadas da realidade, falando um português castiço, que encantava quem o lia e o fazia aprender a língua, de maneira agradável, ao contrário do que se passa nos dias de hoje, quando o ensino se tornou de tal maneira duro e intransitável, que os alunos dele não querem saber, e passam o tempo das aulas em conversas, entrando e saindo das salas de aula, com o consentimento tácito dos professores e professoras, que pouco se importam com o novo costume dos desmazelados alunos.

Pois nos fixamos na Língua Portuguesa, para tentar, com o nosso auxílio, atrair mais cultores do linguajar certo, da construção exata da frase, com a pronúncia correta das palavras e, por isso, com a permanente consulta de bons dicionários, como os há no país, tanto do presente como alguns do passado que merecem, sempre, a estante para se valer dele quando alguma dificuldade se apresenta ao leitor. Evidentemente, o número não é todo dedicado à Língua Portuguesa, mas a ela dá preferência em matérias de importância como a já citada do Acadêmico Arnaldo Niskier e o que leva a autorizada assinatura de Evanildo Cavalcante Bechara, filólogo que integra a relação dos acadêmicos titulares.

É uma contribuição, como é contribuição o sumário todo, notadamente o poema dedicado por Bruno Tolentino a Ivan Junqueira, que publicamos em homenagem ao autor e, naturalmente, ao secretário-geral da Diretoria da Academia. E os poemas da grande processualista Ada Pellegrini Grinover, altamente respeitada nos círculos jurídicos do país, bem como o longo poema “A noite de maio” de Alfred de Musset traduzido por Pedro Lyra.

Cremos que, com estas palavras de introdução pelo editorial, estamos dando satisfação aos nossos leitores, todos que nos honram com sua preferência e colecionam a revista desde o seu primeiro número desta fase.

∞ SESQUICENTENÁRIO
DO FALECIMENTO DE
ÁLVARES DE AZEVEDO

Ciclo de conferências realizado na ABL, em setembro-outubro/2002, sob a coordenação de Ivan Junqueira. O texto da conferência “A Escola de Morrer Cedo”, proferida em 15.10.2002 por Lygia Fagundes Telles, foi publicado na *Revista Brasileira* nº 31, págs. 113-119.

Álvares de Azevedo
(21.9.1831-25.4.1852)
Patrón da Cadeira 2 da ABL



H. A. Álvares de Azevedo,
A. B.

Álvares de Azevedo: o amante da morte

CARLOS HEITOR CONY

Ao morrer, em 1852, Álvares de Azevedo era praticamente inédito. A totalidade da sua obra não fora publicada em livro. Não teve tempo de construir uma biografia. Mesmo assim, 150 anos depois – ele viveu apenas vinte – aqui estamos falando dele. Ao longo desse século e meio muitos outros também falaram dele. E é certo que o seu nome, a sua obra e, sobretudo, o seu enigma continuarão sendo lembrados, apesar das mudanças de gosto literário que criaram novos valores e estabeleceram novos desafios.

A obra de Álvares de Azevedo poderia chamar-se “O noivo da morte”, título até mesmo de um livro de Vicente de Azevedo sobre ela. É impossível falar do autor e da obra sem associá-lo à morte, o que deveria ser um paradoxo, pois todos os poetas – grandes, pequenos e médios – também morreram. E aqueles que hoje exercem o ofício da poesia também morrerão, sendo a morte um lugar-comum e inarredável de todos nós – poetas ou antipoetas, como eu, e viva o conselheiro Acácio! De maneira que, queiramos ou não, somos todos noivos da morte.

Palestra proferida na Academia Brasileira de Letras, em 20.9.2002, abrindo o ciclo *Sesquicentenário do falecimento de Álvares de Azevedo*. Carlos Heitor Cony é cronista, contista, romancista, com mais de trinta títulos publicados, e jornalista desde 1952, redator em vários órgãos da imprensa carioca e paulista, escreve atualmente uma crônica diária para a *Folha de São Paulo*.

Os mais precipitados, por um motivo ou outro, não se contentam com esse noivado macabro e se afogam antes do tempo, tornando-se amantes da morte. Foi o caso de Álvares de Azevedo. De noivo, ficou amante da morte, antes do tempo.

O Romantismo, do qual ele foi a expressão mais explícita, e até certo ponto a mais caricatural, tinha dois pés, e infelizmente não eram de barro, mas de chumbo: o amor e a morte. Movimento importado, como tudo – desde os bondes da Light até as pedras de gelo da confeitoria Cavê – o Romantismo entre nós só não foi uma subescola literária do século XIX porque facilmente se abrasileirou, tornou-se coisa nossa, abriu-se para uma realidade nacional como nenhuma outra escola o fizera antes, nem o faria depois, nem mesmo o Modernismo, em 1922, movimento também importado, paródia intelectual da nascente globalização cultural, que a indústria da comunicação de massa facilitaria, e mais tarde imporia como veículo fácil e barato.

Já foi observado por numerosos estudiosos que o Romantismo absorveu não apenas a nossa paisagem, os nossos bosques que “têm mais flores”, nossas palmeiras “onde canta o sabiá”, nossas borboletas de asas azuis, que antes de serem espetadas nas bandejas que os turistas até hoje compram, foram perseguidas por todos nós na liberdade dos nossos oito anos. Até mesmo nossos índios, capturados para servirem de troféus exóticos, como os papagaios e as araras, e serem mostrados às cortes européias, até mesmo os índios penetraram em nossos poemas e romances, heróis e vítimas, mais vítimas do que heróis, graças ao alambique do ideal romântico, o primeiro movimento artístico e cultural que, ao contrário do classicismo, que deificava a morte, nela buscou a solução racional para os conflitos da condição humana.

Se, de um lado, produzimos um romantismo viril, como o de Castro Alves, do outro tivemos o romantismo ambíguo de Álvares de Azevedo, um romantismo assimilado dos seus grandes modelos universais, como Byron, Lamartine e Victor Hugo.

Um romantismo eclético, que transcendeu à poesia, inspirado na ficção gótica, como Hoffmann, penetrou na prosa com os contos extraordinários – no

duplo sentido da palavra extraordinário – de *A noite na taverna*. Como entender que um rapaz de apenas vinte anos tenha sido ao mesmo tempo o noivo da morte, pagando tributo antecipado de um sofrimento que não sofreu, tão ao gosto dos românticos, e um disfarçado humorista, e ao mesmo tempo um cínico intelectual, que deixou como epítáfio o famoso verso “Foi poeta – sonhou – e amou a vida”? , epítáfio que lembra o de Shelley: “Viveu, amou, cantou na solidão”, e mais proximamente o estranho epítáfio deixado por Stendhal: “Enrico Beyle, milanês, viveu, escreveu e amou.” É curioso, porque Stendhal já é um pseudônimo, e ao fazer o seu epítáfio ele traduziu o seu nome Henri para o italiano Enrico. E embora nascido em Grenoble, ele se diz milanês.

Vida pequena, porque curta, obra curta, porém grande, a poética de Álvares de Azevedo teve como núcleo o sentimento de inadaptação perante o mundo, que é um tema tipicamente romântico. Sem formação social e filosófica, que expressasse essa insatisfação, sua inadequação à realidade prosaica na qual vivia, Álvares de Azevedo refugiou-se no Romantismo, que dominava o cenário europeu em todas as artes, notadamente na música e na literatura. Não viveu o suficiente para embarcar numa aventura, como a de Byron, lutando pela independência da Grécia, nem precisou sair de seu próprio umbigo para ser romântico, como os seus ídolos na Inglaterra, na França e na Alemanha.

É de Antonio Candido a observação de que, ao analisarmos a obra de um clássico, devemos esquecer sua vida, os lances de sua biografia. Mas, ao estudarmos um romântico, o primeiro passo é a procura detalhada da sua passagem pelo mundo. O clássico precisava viajar – Ulisses, Enéias, Gama. Há um estudo de Gladstone Chaves de Melo, sobre o episódio do Velho do Restelo, em que ele diz que o Gama seria o épico, o clássico; e o Velho do Restelo, com aquele seu famoso discurso, reacionário, no Canto mais enigmático e estranho dos *Lusíadas*, seria o romântico, o anti-herói.

O romântico não precisa sair do seu quintal. Quando sai, como Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu, é no quintal em que viveu que ele busca a sua canção e com ela eterniza o seu gesto.

Nascido em São Paulo, Álvares de Azevedo pouquíssimo viajou no tempo e no espaço. Pelo que se sabe, só conheceu, além da terra natal, o Rio de Janeiro. Morou no Catumbi – é interessante, antigamente os românticos moravam no Catumbi – e, ao contrário de Byron, que além de sua obsessão pela Grécia, continental e insular, andou por Portugal, Itália, Espanha, Suíça, Álvares de Azevedo deixou-nos apenas o relato de uma viagem – do Catumbi à Rua do Catete, a cavalo, para ver uma namorada que ele, na realidade, não tinha. Realmente, era um romântico.

Uma namorada de Álvares de Azevedo talvez não seja nada além de uma metáfora. Ele, o noivo da morte, teria realmente uma namorada na vida real? São muitos os pesquisadores de sua biografia que chegam a admitir o homossexualismo do poeta, canoa fácil para nela embarcar e explicar algumas de suas obsessões, como a do amor exagerado pela irmã e pela mãe.

Sem ser exatamente um estudioso do assunto, acredito que Álvares de Azevedo, inteligente, beirando em alguns momentos o território sombrio do gênio, dominando línguas, adquirindo muito cedo uma cultura espantosa para a sua idade e para o seu tempo, exerceu com lucidez aquilo que é chamado de “sexo dos anjos”, cuja missão, chegada ao limite, seria a posse da morte, com a qual não pôde namorar nem noivar. Mas, logo que se tornou possível, dela se tornou amante.

Daí é que eu prefiro dizer que ele foi não o noivo da morte, e sim o amante da morte. Um amante artesanal, amante amador, que sabia que a arte é longa e a vida, curta. Daí apanhar-se penetrando a morte, muito mais com a ansiedade do amante, do que com a espera do noivo.

Falamos acima da suspeita que paira sobre a sua biografia. Não faltam aqueles que, debruçados sobre a sua vida, esmiuçando a sua obra, chegaram à conclusão de que o poeta teria sido homossexual, como Verlaine, Rimbaud, Wilde, e tantos outros poetas do século XIX e de todos os séculos, e séculos, assim seja.

Podemos destacar um de seus poemas, dos melhores, por sinal, em que a ambigüidade da forma sofisticada – como bom poeta que era, e de maneira

macabra, como bom romântico que também pretendia ser – revela a sua complexa sensualidade e talvez sua própria sexualidade. São versos que ele intitulou “Um cadáver de poeta”, que se encontra em sua obra mais conhecida, *A lira dos vinte anos*:

*Ninguém o conheceu; mas conta o povo
Que, ao lançá-lo no túmulo, o coveiro
Quis roubar-lhe o gibão — despiu o moço...
E viu... talvez é falso... níveos seios...
Um corpo de uma mulher de formas puras...*

Esta citação faz lembrar Guimarães Rosa, em seu monumental *Grande sertão: veredas*, cuja ação principal, num resumo bem radical, baseou-se num mal-entendido. Somente com a morte de Diadorim, Riobaldo descobre que não amava um cangaceiro, e sim uma mulher.

Se a temática propriamente romântica de Álvares de Azevedo tornou-se importante para a tentativa de decifrá-lo, aumentando-lhe a popularidade, sobre tudo após a sua morte, a freqüência de outros temas em sua obra é igualmente esclarecedora e paradoxalmente complicadora. As coisas muito explicadas, na verdade, se complicam. Ele não tem como eixo, em sua poética, a predominância do amor, seja em sua versão homo ou heterossexual. Admirava Alfred Musset, como admirava Lamartine, poetas que em essência se dedicaram ao amor pelo amor. Eu diria que Álvares de Azevedo se dedicava ao amor pelo amor do amor. Então, é mais romântico ainda. Seu grande ideal foi mesmo Byron, cuja amplitude procuraria alcançar, e certamente alcançaria se a vida não fosse tão curta para tão longo ofício.

Há momentos de dolorosa crueza em seus poemas, como aqueles dois versos que parecem dos melhores de toda a sua poética: “Que tudo profanou com suas imundas mãos / E latiu como um cão mordendo o século.” Estes versos, realmente, não são de um romântico. Sobretudo “E latiu como um cão mordendo o século”, que é uma imagem muito forte, mais próxima do clássico que

do romântico. E de repente, entre o amor levado ao extremo pelos limites nebulosos do Romantismo, e sua atração pelo fantástico, pela irrealidade do mundo real, surge às vezes o humorista, antecedendo de um século o poema-piada, tão freqüentado pelos poetas de 1922, Mário e Oswald de Andrade, e depois por Bandeira e Drummond, como nos versos:

*Minha desgraça é nascer poeta.
É ter para escrever todo um poema
E não ter um vintém para uma vela.*

Pode-se acusar Álvares de Azevedo de ser irregular na linguagem, na métrica, no acabamento de seus versos. Os parnasianos, que vieram depois, voltaram-se contra os românticos, criticando-lhes o desdém pela forma e a banalização mórbida dos sentimentos. Expressão maior da escola que sucedeu ao Romantismo, Olavo Bilac dedicaria alguns de seus versos mais conhecidos da famosa “Profissão de fé” ao polimento do poema:

*Invejo o ourives quando escrevo:
Imito o amor
Com que ele, em ouro, o alto-relevo
Faz de uma flor.*

E, mais adiante:

*Torce, aprimora, alteia, lima
A frase; e, enfim,
No verso de ouro engasta a rima,
Como um rubim.*

Álvares de Azevedo confessa abertamente que detestava a rima, lamentava o resíduo, o pó que sobe dos versos rigorosamente perfeitos, ele que fez tantos versos admiráveis, como os de uma das quadras mais repetidas da poética nacional:



*Descansem o meu leito solitário
Na floresta dos homens esquecida,
À sombra de uma cruz, e escrevam nela:
— Foi poeta — sonhou — e amou a vida. —*

Não se resiste à tentação de imaginar o que Álvares de Azevedo poderia ter produzido se vivesse mais dez ou vinte anos. Ele permaneceu na faixa etária que marcaria a nossa poesia romântica, sendo o mais moço a morrer, com Casimiro de Abreu, vivendo alguns meses mais, com Castro Alves, que morreu aos 24, e Fagundes Varela aos 34. O mais idoso de todos, Gonçalves Dias, morreria pouco depois dos 40 anos.

Não haveria sentido, em Álvares de Azevedo, ter amadurecido pelo tempo e pela vida. É certo que ele teria ampliado não apenas a sua obra poética, como a sua obra em prosa, na qual se destacam os contos fantásticos de *A noite na taverna*, contos estranhos que traíam a leitura de Hoffmann e que poderia servir de inspiração a um Offenbach tropical. E *Macário*, trabalho sobre o qual os críticos não chegam a uma conclusão se é romance ou um conto esticado, obra sem dúvida menor mas pretensiosa — menor porque é pequena mesmo, e pretensiosa porque intenta uma outra biografia que não chegou a existir.

Ao poeta se permite gemer na dor imaginária, amasiar-se com a morte que ainda não veio, e assim construir uma biografia que escapa do tempo e do modo. Ao romancista romântico, como Victor Hugo na França e José de Alencar no Brasil, a autobiografia só se justifica como o crime, na ciência jurídica, para o qual é necessária a materialidade. Por mais aventurosa que tenha sido a sua vida, fica lhe faltando a matéria — a matéria de memória, que aliás é título de um romance cujo autor é mais um criminoso do que um romântico, ou melhor, é criminiosamente romântico.

Se Deus escreve certo por linhas erradas, os homens às vezes conseguem escrever errado por linhas certas. Este me parece ter sido o desafio crítico que se apresenta à análise, cento e cinqüenta anos após a sua morte, da obra de Álvares de Azevedo. Faltou-lhe tempo e espaço para ordenar uma produção certa,

uma obra de consistência que transcendesse à escola romântica e invadisse, com a fulminância de um raio, o átrio solene da arte maior, tal como a de Gonçalves Dias e Castro Alves.

Mas não lhe faltam os *punti luminosi* – os pontos luminosos que Pound descobria na obra dos gênios. Curiosamente, dos nossos românticos, Álvares de Azevedo, pelas circunstâncias de sua curta vida e pelas limitações do seu tempo, conseguiu beliscar, sem morder, o século intemporal que os gênios habitam sem saber.

Eros e errância em Álvares

SÉRGIO MARTAGÃO GESTEIRA

*Heard melodies are sweet, but those unheard
Are sweeter [...]*

Keats, “Ode on a Grecian Urn”

Na segunda geração do Romantismo brasileiro, que cobre mais ou menos o período entre 1850 e 1860 (Álvares de Azevedo, recordemos, viveu entre 1831 e 1852, e sua *Lira dos vinte anos*, póstuma, data de 1853), acentuam-se algumas questões e temas que já perpassavam a produção poética da primeira leva dos escritores românticos brasileiros – no maior dentre eles, Gonçalves Dias, a poesia amorosa já evidenciava uma funda melancolia como tonalidade predominante dos quadros líricos. No ultra-romantismo da segunda geração – esta a que pertence Álvares de Azevedo – o *pathos* elegíaco sobrecarrega a cena existencial, tornada agora irremediável, eis que amor e morte, trocando, em definitivo, juras recíprocas de eterna paixão, celebram núpcias a todo o tempo e custo, o custo maior resultando, não poucas vezes, no esgarçamento do tecido poético, que se desfria em lamentações tão infundáveis quanto previsíveis.

Conferência
proferida na
Academia
Brasileira de
Letras em
24.09.2002.
Sérgio Martagão
Gesteira é Mestre
em Literatura
Brasileira e
Doutor em
Letras, pela
UFRJ. Autor de
um livro de
contos, *O convento
das alarmadas*, e do
ensaio *A carne da
ruína*, sobre a
poesia de Augusto
dos Anjos.

Isso advém desse, digamos, incansável desânimo de moços poetas a estamparem em suas obras tantas moças suspirosas e pálidas, virgens aos pés das quais desmaia, com freqüência, um eu lírico exausto e cambaleante. Mas, em muitos passos dos nomes de primeira água dessa corrente de dúvida e pessimismo que expressou o *mal du siècle* em nossas letras – num Álvares de Azevedo, num Junqueira Freire, em parte de um Fagundes Varela – a palavra da poesia se robustece, ensejando quadros menos diluídos pela sentimentalidade sôfrega.

Quando consideramos a obra de Álvares de Azevedo sob a ótica de Eros, fica-nos a impressão de que aí o famoso deus Cupido, tão miticamente destro em suas certeiras e inflamadas setas, teria desferido, por alguma artimanha dessas muitas musas que o afagam e afogam, um golpe inábil – ou excessivamente brando ou excessivamente ríspido –, tamanha imperícia resultando num gritante erro de alvo ou de objeto, a que corresponderia a não menos gritante errância do sujeito. Trata-se, pois, existencialmente, de uma espécie de naufrágio – naufrágio de si, dos outros ou de todos num mundo em que todos (o mundo, inclusive), por um embargo recíproco, não lograram caber. De onde proviria, então, essa turbulência na pintura de criaturas tão erradias? De que erro teriam porventura errado para que sua existência se pudesse ver resumida nessas ondas cíclicas de palores e de suspiros? Nisso se resumiria quanto Eros teria obrado na poesia de Álvares de Azevedo?

Mário de Andrade, em seu já prestigioso e instigante artigo “Amor e medo”,¹ em grande parte insinuou que sim. O que aqui nomeamos erro de alvo ou erro de objeto lá seria interpretado pelo que o autor de *Macunaíma* designaria por “falta de objetividade”. “Falta de objetividade”, nos versos do moço poeta, nas questões do amor. Álvares seria, assim, um inexperiente em matéria sexual, e idealizaria, em retratos enfadonhos porque convencionais, a figura feminina. Chega mesmo Mário de Andrade a reprovar em Álvares de Azevedo o juízo restritivo que este em carta a um amigo faz a respeito das belezas da mulher paulistana, e, para defendê-la, vai ao ponto de citar autores alemães: “*in dieser Provinz findet man*

¹ Andrade, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Martins, 1974.

nur schoene Frauen; [...]”² – nesta província, só se acham mulheres belas. E reprova em Álvares de Azevedo o excessivo atentar das vestes femininas, a sugerir uma ótica feminil: “femininamente presta mais atenção a cetins e escumilhas, que a corpos gostosos da gente apertar nas valsas”, diz o autor de *Paulicéia desvairada*, num arroubo sensualista. Em seguida, com fina argúcia, observa: “Todas as mulheres que vêm na obra de Álvares de Azevedo, se não são consanguineamente assexuadas (mãe, irmã), ou são virgens de quinze anos ou prostitutas, isto é, intangíveis ou desprezíveis.”³ E opõe o poeta da *Lira dos vinte anos* a, entre outros, Castro Alves, considerado por Mário de Andrade “um sexual perigoso, duma sexualidade animal bem correta”.⁴

Essa caracterização por Mário de Andrade do universo erótico de Álvares de Azevedo é a que explicaria o séquito de virgens esquivas ou de prostitutas infrenes que perpassam os versos do nosso romântico, ensejando, nos amados e amantes com que umas e outras se envolvem, um desconcerto que aí se representa *ad nauseam*. Mas o mundo amoroso de Álvares de Azevedo não se pode sintetizar no mero registro irônico desses espasmos de donzelas flébeis, nem na crônica de transtornos de moçoilos quase sempre afoitos e perdidos no encalço de figuras trêfegas, mulheres que, num ou outro caso, lhes resistem ou os acolhem em cenas que se movem entre o lânguido e o patético. Tal desconcerto não se haverá de explicar apenas pela maior habilitação sexual de quem se põe em devaneios do gênero. Antes, a se tratar de algum erro de Eros, perguntemo-nos o que terá, pois, desejado Eros para que a existência geral – mesmo a do mundo – se visse traduzida por tanto *spleen* e desnorteio?

² Ibidem, p. 203. A citação integral da passagem, de autoria de Schlichthorst, é a seguinte, conforme se lê no ensaio de Mário de Andrade: “In dieser Provinz findet man nur schoene Frauen; es gibt wohl wenig *Gegenden der Welt*, wovon man das mit Recht sagen kann.” – Nessa província, só se acham mulheres belas; deve haver apenas poucas regiões do mundo onde isso pode ser dito com razão.

³ Ibidem, p. 204.

⁴ Ibidem, p. 204. O parágrafo integral, que estende suas restrições a Casimiro de Abreu, é assim: “Em Castro Alves se sente sempre, ou pelo menos mais que nos outros, a mulher. Ele foi de fato um sexual perigoso, duma animalidade sexual bem correta. É exatamente o contrário de Casimiro de Abreu, que irrita pelas perversõezinhas com que recama a sua burguês dulcidão.”

De fato, a poesia de Álvares de Azevedo – e para além de suas raízes biográficas – em grande parte reviveu a alta tradição do lirismo amoroso, que, desde o século XII, no amor cortês da lírica trovadoresca,⁵ passando ainda pelo Dante e Petrarca de musas modelares, ou pela alta lírica do maneirismo camoniano (sem falar, por exemplo, de nossa tradição arcádica) – para ficarmos em algumas poucas de suas consagradas ocorrências, essa poesia constituiu o lugar adequado à manutenção da aura que reclamava e obrigava a distância como condição propícia aos enlevos e à ascese do Amor. E daí se haverem disseminado, de feições tão angelicais, as Lauras, Nises e Glauras que se tornaram o tipo mais habitual da caracterização feminina na poesia, e que a pena de Álvares de Azevedo igualmente incorporou. Nele essa distância freqüentemente se traduz, como sabemos, e como de modo arguto o sublinhou Mário de Andrade no mesmo artigo, nas cenas em que a amada dorme. Temos aí, no fundo, apenas um grau de intensificação desse distanciamento entre poeta e amada, talvez como recurso que propicie a visão extática de um corpo já tão idealizado que quase ausente, isto é, de um corpo próximo das cercanias da morte, onde a esmaecida donzela possa ser contemplada em sua idealidade. Como se lê, por exemplo, nas oitavas de “Sonhando”:

*Hier, la nuit d'été, qui nous prêtait ses voiles,
Était digne de toi; tant elle avait d'étoiles!*

V. Hugo

*Na praia deserta que a lua branqueia,
Que mimo! que rosa! que filha de Deus!
Tão pálida — ao vê-la meu ser devaneia,
Sufoco nos lábios os hálitos meus!*

⁵ Cf. as considerações que a respeito faz Spina, S. *A lírica trovadoresca*. São Paulo: Editora da USP, 1996, sobretudo pp. 18-49 e 363-367.

Não corras na areia,

Não corras assim!

Donzela, onde vais?

Tem pena de mim!

A praia é tão longa! e a onda bravia

As roupas de gaza te molha de escuma;

De noite — aos serenos — a areia é tão fria,

Tão úmido o vento que os ares perfuma!

És tão doentia!

Não corras assim!

Donzela, onde vais?

Tem pena de mim!

A brisa teus negros cabelos soltou,

O orvalho da face te esfria o suor;

Teus seios palpitar — a brisa os roçou,

Beijou-os, suspira, desmaia de amor!

Teu pé tropeçou...

Não corras assim!

Donzela, onde vais?

Tem pena de mim!

E o pálido mimo da minha paixão

Num longo soluço tremeu e parou;

Sentou-se na praia; sozinha no chão

A mão regelada no colo pousou!

Que tens, coração,

Que tremes assim?

Cansaste, donzela?

Tem pena de mim!

*Deitou-se na areia que a vaga molhou,
Imóvel e branca na praia dormia;
Mas nem os seus olhos o sono fechou
E nem o seu colo de neve tremia.*

*O seio gelou?...
Não durmas assim!
Ó pálida fria,
Tem pena de mim!*

*Dormia – na fronte que níveo suar!
Que mão regelada no lânguido peito!
Não era mais alvo seu leito do mar,
Não era mais frio seu gélido leito!*

*Nem um ressonar!...
Não durmas assim!
Ó pálida fria,
Tem pena de mim!*

*Aqui no meu peito vem antes sonhar
Nos longos suspiros do meu coração:
Eu quero em meus lábios teu seio aqueitar,
Teu colo, essas faces, e a gélida mão...
Não durmas no mar!*

*Não durmas assim.
Estátua sem vida,
Tem pena de mim!*

*E a vaga crescia seu corpo banhando,
As cândidas formas movendo de leve!
E eu vi-a suave nas águas boiando
Com soltos cabelos nas roupas de neve!*

*Nas vagas sonhando
Não durmas assim;
Donzela, onde vais?
Tem pena de mim!*

*E a imagem da virgem nas águas do mar
Brilhava tão branca no límpido véu!
Nem mais transparente luzia o luar
No ambiente sem nuvens da noite do céu!*

*Nas águas do mar
Não durmas assim!
Não morras, donzela,
Espera por mim!*

Destaquemos a atmosfera volátil, evanescente, vizinha da sensação onírica, um tanto na linha dessa semântica da insinuação que Merquior considerou um dos traços mais reconhecíveis de uma outra estética, a simbolista.⁶ Se pensarmos na paisagem em que a lua branqueia a praia deserta, que por sua vez já é longa; se imaginarmos os serenos na praia, os ares, além do úmido vento que perfuma esses mesmos ares, tudo aí sevê impregnado de pátina quase impalpável, na pintura da diafaneidade. O próprio eu lírico assim se apresenta também, pois diz que o seu ser devaneia, e fala dos hálitos seus. A amada, por seu turno, é apresentada pálida, com ar doentio, a mão regelada, as roupas de neve. Tanto no nível da caracterização da paisagem física quanto na do sujeito lírico ou de sua amada, temos a reiteração da mesma ambiência etérea e pouco vitalizada, que impregna generosamente substantivos (*lua, hálitos, roupas de gaze, serenos*), adjetivos (*doentia, pálida, branca, alva, nívea*) e verbos (*suspirar, perfumar, desmaiár, sonhar, boiar*). Nesse espaço o eu e sua amada, articulados apenas como

⁶ Merquior, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977, p. 131.

aspiração de proximidade, têm na brisa, no erotismo da brisa que se põe no lugar dele e amorosamente atua no corpo dela, um representante ativo desse desejo do sujeito, ao propiciar o efetivo acesso ao corpo da amada. Mas esse representante, na memória de sua proveniência, não faz de todo desaparecer as marcas habituais da ausência que vincam a poesia azevediana, porquanto a brisa não deixa de desmaiar, em harmonia com a tonalidade geral do poema. De forma que a caracterização de crescente diafaneidade da figura feminina nas estrofes finais mais acentua o interdito do contato físico, levando o poema para esse tipo de cena que se representa já nos lindes da morte. Morte que, por sua iteração na obra, admitiria ainda ser lida como *petite morte*, senão prenúncio de, a serviço, quiçá, de uma grande e insistente morte maior – a que leva os lívidos amantes a perscrutarem as informes terras da desmesura, onde o eu se poderá dissolver de si, no transporte amoroso.

Nos ecos, ou, antes, nos sussurros do que soa nesse diálogo entre amor e morte, de fato muito se dorme na obra de Álvares de Azevedo. Como, ainda, nesta graciosa “Cantiga”:

*Em um castelo doirado
Dorme encantada donzela;
Nasceu – e vive dormindo
– Dorme tudo junto dela.*

*Adormeceu-a sonhando
E dormem no seio dela
Um feiticeiro condão,
As rosas do coração.*

*Dorme a lâmpada argentina
Defronte do leito seu:
Noite a noite a lua triste
Dorme pálida no céu.*

E por aí segue o poeta, até que, como é habito da tradição ultra-romântica, a morte é prontamente acionada, mas, já de modo menos típico, em final feliz:

*Acorda, minha donzela,
Soltemos da infância o véu...
Se nós morrermos, num beijo,
Acordaremos no céu!...*

A musa, assim, no pacato sono ou na doce vigília, neste como em outros poemas, se põe na condição algo alheada quanto ao mais concreto do mundo, com o seu corpo falto de vitalidade, a despeito de todo o viço juvenil. Colore-se, pois, essa pintura, dos tênues matizes da morte e da ausência, mas, nessa vertente, nada aí favorece a ênfase em aspectos mais sombrios, pois o retrato em *sfumatto* da amada é ainda submetido ao império de uma luminosidade branda, que lhe acentua os traços espiritualizantes. O corpo mortiço, no que ainda cintila como presença enfática da beleza, remete apenas e empenhadamente à esfera atemporal e platônica do Belo, infenso à dependência da matéria e do agônico mundo dos fenômenos.

Em cisão brusca – o que, no particular, de certa forma confirma o olhar marioandradino –, o corpo erótico que se pode exibir vulnerável e putrescível é, muito à Augusto dos Anjos, aquele já maculado pela figura da prostituta. A sexualidade, assim franqueada, abre caminho para a devastação irrestrita da matéria – ela se estende às cenas de devoração da morte. Em Álvares de Azevedo, em “O conde Lopo”, por exemplo, temos passagens assim:

*Hoje te apodreceu a rósea carne
Que os ossos te cobria, e eis-te aí nua
Como nunca te viram teus amantes.
Eis-te aí nua prostituída ao verme
Que só te morde com seus agros beijos
O alvo lugar onde em cetim macio*

*Dos seios tanta fronte repousara
No ébrio tremor de enlouquecido gozo.*

[...]

*Prostituta real o amor lascivo
De um voluptuoso rei alçou-te ao leito
E do tálamo ao trono – hoje coitada!
Só o verme te quer quando nas covas
Não acha sânie onde perpasse os lábios
E p'ra fome iludir morde-lhe o fêmur!*

Em Augusto dos Anjos, num poema como “A meretriz”, de *Outras poesias*, observamos antes uma radicalização de cenas dessa natureza – aliás, extensiva a grande parte da obra do autor de “O lamento das coisas”, adquirindo freqüentes laivos expressionistas –, eis que, no poeta paraibano, a prostituta morta chega mesmo ao requinte, dentro do que Augusto dos Anjos chamaría “animalidade sem castigo”,⁷ de tomar a iniciativa de oferecer-se à fauna devoradora, não sem o prestimoso zelo de, aproveitando o ensejo, “dizer ainda palavras de lascívia” aos micróbios, já certamente, é de supor, eufóricos e impetuosos...

Outros pontos comuns que configuram a poesia de Álvares de Azevedo como uma das possíveis fontes do cáustico lirismo de Augusto dos Anjos são a referência a objetos do cotidiano: charutos, ou a imagem do sorvete, ou a lua desliricizada referida como crânio, ou ainda o fêmur citado acima, sem falar, em “O poema do frade”, nos versos que referem seres prosaicos, apoéticos, longe da tradição do lirismo, como dor de dente, ou, também, “três xícaras d’óleo de rícino”, para ficarmos em algumas ocorrências. Mas este não é propriamente um aspecto a desdobrar aqui, nessas anotações.

⁷ Tomo aqui emprestado o termo que é aplicado por Augusto dos Anjos ao “sátiro peralta”, no “Monólogo de uma sombra”, e “em cujas células vilíssimas / Há estratificações requintadíssimas / De uma animalidade sem castigo.” Cf. Anjos, Augusto. *Obra completa. Organização, fixação do texto e notas de Alexei Bueno*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 197.

A marcação forte entre, de um lado, a virgem inatingível e, de outro, a prostituta atingibilíssima, possui, entretanto, contrariamente à análise de Mário de Andrade, algumas gradações, que impregnam de uma identificável sensualidade os amantes postos em cena nos versos do nosso escritor romântico. Tais quadros passam a favorecer certos elementos e aspectos corporais, dotados de viva impregnação sensual, que emprestam à poesia de Álvares de Azevedo feições plásticas de alguma densidade erótica. Como vemos nesses excertos:

*Ora, por uma triste desventura,
O rei entrando na Cabana Verde
Achou só a mulher. — Adormecida
No desalinho descuidoso e belo
Com que elas dormem, soltos os cabelos,
A face sobre a mão, e os seios lindos
Batendo à solta na macia tela
Da roupa de dormir que o modelava...*
(“Boêmios”)

Ainda quanto a seios, estes exemplos:

*Oh! quem pintara o cetim
Desses limões de marfim,
Os leves cerúleos veios,
Na brancura deslumbrante
E o tremido de teus seios ?*
(“Seio de virgem”)

*Deixe encostar meus lábios incendidos
No teu seio que bate.*
(“Glória moribunda”)

*E as roupas onde o seio transparece
As formas cristalinas desenhando,
Colos onde o suor límpido desce
Nos seios como pérolas rolando, [...]*
(“O poema do frade”)

No mesmo poema, temos sugestivas descrições de cabelos e de colos em enredos e molduras sensuais:

*Por que és tão bela, ó pálida Consuelo?
Por que és tão bela assim nas noites minhas,
E as ondas do teu lânguido cabelo
M'embriagam de perfume e as puras linhas
Das faces, do teu colo voluptuoso
O coração afogam-me de gozo?*

[...]

*Mulher! e quem não te sonhara um dia
No mórbido palor das faces tuas,
Dos olhos nesse fogo que inebria,
As formas alvas, transparentes, nuas,
E esse teu colo em palpitar desfeito,
Os véus macios a tremer do leito?*
(“O poema do frade”)

Ou, por fim, estas delicadas quadras de “Meu desejo”:

*Meu desejo? era ser o teu espelho
Que mais bela te vê quando deslaças
Do baile as roupas de escumilha e flores
E mira-te amoroso as nuas graças!*

*Meu desejo? era ser desse seu leito
De cambraia o lençol, o travesseiro
Com que velas o seio, onde repousas,
Solto o cabelo, o rosto feiticeiro...*

Virgens, prostitutas, corpos pintados em maior recato ou em cenas de maior realismo, os destinos dos que estão tangidos por Eros exibem um espetáculo marcado pela busca de uma intensidade que o sujeito, como se sequioso da satisfação definitiva, não parece descortinar em suas relações nem com uma, nem com outra dessas mulheres. Com efeito, as promessas do amor são pouco confiáveis, como se queixa na “Lembrança dos quinze anos”:

*Não me fales de amor... um teu suspiro
Tantos sonhos no peito me desperta!
Sinto-me reviver, e como outrora
Beijo tremendo uma visão incerta...*

O amor não correspondido evidencia um Álvares de Azevedo a atrair-se mais e mais pela solução que a morte representaria:

*Miséríssimo! votei meus pobres dias
Àsina douda de um amor sem fruto,
A minha alma na treva agora dorme
Como um olhar que a morte envolve em luto.*

*Que me resta, meu Deus? morra comigo
A estrela de meus cándidos amores,
Já que não levo no meu peito morto
Um punhado sequer de murchas flores !*
(“Adeus, meus sonhos!”)

Nesse poeta que morreu antes dos vinte e um anos, o pressentimento da morte, constante de muitos de seus versos e de alguns de seus melhores poemas (“Lembrança de morrer”, os sonetos “Já da morte o palor me cobre o rosto” e “Perdão, visão dos meus amores”, ou ainda “Oh! páginas da vida que eu amava”) descerra um crispado horizonte que se tolda sobre a existência geral, a qual se torna o doloroso espetáculo de insuficiência e corrosão. Em Álvares, como em outros poetas de seu tempo, a inflexão sombria, crepuscular e, não poucas vezes, desesperada modula o *pathos* que anuncia, em seu errância própria, ser o mundo, sempre, por demais. Efetivamente, como se lê em “Lágrimas de sangue”, “O meu peito cansou da vida insana”...

Assim, o amor e, de forma mais ampla, o erotismo, no que inclua a alusão às práticas sexuais, se tornam por excelência a promessa de redenção do perder-se do sujeito dentro de si, como via de acesso a um além a que ele não acede, mas a que sevê, em agonia, remetido. As vias amplas da carnalidade descerram, desta sorte, outras perspectivas, mais conturbadas e culposas, que não alcançam também redimir o eu dessa turbulência geral, e como que atávica, da alma romântica: “E por te amar, por teu desdém – perdi-me... / Transnoitei-me nas orgias macilento”, lê-se em “Lágrimas da vida”. Ou, em “Oh! Não maldigam!”:

*Oh! Não maldigam o mancebo exausto
Que nas orgias gastou o peito insano,
Que foi ao lúpanar pedir um leito
Onde a sede febril lhe adormecesse!*

*Não podia dormir! Nas longas noites
Pediu ao vício os beijos de veneno:
E amou a saturnal, o vinho, o jogo
E a convulsão nos seios da perdida!*

“Glória moribunda”, de *Poesias diversas*, expõe a revolta do lirismo azevediano contra o espetáculo ruinoso da existência. O tom blasfemo viceja nesta e

noutras passagens, acionado, como tanto ocorre nas aporias do sujeito, pela onipresença da morte:

*Sorris? Eu sou um louco. As utopias,
Os sonhos da ciência nada valem.
A vida é um escárnio sem sentido,
Comédia infame que ensanguenta o lodo.
Há talvez um segredo que ela esconde:
Mas esse a morte o sabe e o não revela.*

Pouco em seguida, a desilusão traduz-se por “Oh! Riamos da vida! Tudo mente!”, e, frente a tanto impasse, abre-se, mais uma vez, o estuário do prazer carnal: “A orgia! Na saturnal entre a loucura/ Derrama o vinho sono e esquecimento.”, que ecoa, ainda, no terceiro segmento do quinto canto de “O poema do frade”: “[...] foge o mundo! / [...] Filho da dor! Para esquecer a vida / Bastam os seios da mulher perdida!..”

Repercutindo a epígrafe byroniana retirada do segundo canto do *Don Juan*, que inaugura o primeiro do mesmo “O poema do frade” (“*Man being reasonable must get drunk / The best of life is intoxication*”), a bebida e, igualmente, o corpo são convocados, como se viu, como formas de esquecimento. E sabemos do prestígio que o conhaque tem em nosso poeta, por todas as ilusões que propicia, a começar pelas que visitam o dileto reino do amor:

*Vem, fogoso Cognac! É só contigo
Que sinto-me viver. [...]
E no cérebro passam delirosos
Assomos de poesia... Dentre a sombra
Vejo num leito d'ouro a imagem dela
Palpitante, que dorme e que suspira,
Que seus braços me estende...
(“Idéias íntimas”)*

Nesta segunda parte da *Lira dos vinte anos*, a que pertencem “Idéias íntimas”, o erotismo despe-se das cenas mais tempestuosas que o acometem, e uma outra mulher aparece na obra de Álvares de Azevedo. Em vários poemas sai-se da moldura idealizante e vai-se para uma caracterização mais galhofeira e cômica, produzindo-se o efeito de humor de corte realista em que a mulher, se não se apresenta previamente destituída no plano dos costumes, na condição, por exemplo, de prostituta, surge destituída por estratificação social. Quem lê o tão conhecido poema “É Ela! É Ela! É Ela! É Ela!” pode perceber que a consideração não-séria, jocosa, com que se resolve o enredo amoroso,⁸ levando ao desgaste de um lirismo de alta estirpe, ancola-se na desclassificação prévia da amada, para que a cena tipicamente romântica não tenha guarida. A rigor, todas essas cenas e mulheres, das que aparecem na descrição luminosa às que se apresentam como prostituta ou lavadeira, levam o eu a uma crônica infindável de impasse e desencontro, o que nos convida a retomar nossas considerações iniciais.

Face a tantos desconcertos com que se avém o sujeito em Álvares de Azevedo, de que erro sevê tomado Eros, o infausto errante dessas plagas? Pois o poeta se pinta exatamente assim. São versos tão sintomáticos quanto “Eu vaguei na vida sem conforto”, ou “Passei como Don Juan entre as donzelas”, ou as queixas, mais exacerbadas, de “Vivi na solidão – odeio o mundo”... Em “O poema do frade” se descortina o “triste sonhador que ainda espera/ E nos vapores do viver desliza!”, e que, pouco depois, murmura adeus “Nas longas noites de cismar aéreo”. Flagra-se assim, em êxtase ou, bem mais freqüentemente, em desencanto um eu que investiu em Eros como seu destino redentor, mas constata, desiludido, que “Esperei minha amante noite e dia / E o ideal não veio”...

⁸ É um poema em que aparece a figura de uma mulher por quem o eu lírico suspira. Numa das passagens, ela, estando a dormir, tem um bilhete escondido no seio. O moço, valendo-se de todo empenho para não acordá-la, lê o bilhete, pensando tratar-se de uma declaração de amor da donzela a esse admirador. Mas verifica que o bilhete nada mais era senão um... rol de roupa suja, já que a amada era uma lavadeira.

Em outro passo, Eros, nostalgicamente, submete-se à verdade maior de Cronos, à herança inelutável do tempo:

*Passado, por que murchaste?
Ventura, por que passaste
Degenerando em saudade?,*
(“Tarde de outono!”)

O aspecto outonal do mundo, mesmo e até nas primícias do amor, anuncia o aturado desgaste que não poupa da finitude tudo quanto é. Mas onde errara Eros, que se pusera a vagar, inclusive nas narrativas de Álvares de Azevedo, em cenas de incesto, de antropofagia, de necrofilia e de outros desgarramentos a que se assiste em *A noite na taverna*? Onde porventura erraram esses protagonistas, que, mesmo nos espasmos com que se desenham os lívidos amantes em noites eternamente virgens, estão sempre sedentos de um além que o prosaico e avaro mundo teima em não lhes conceder? E que, na bebida, ou nas vias do corpo, também não alcançam o apaziguamento de um mal-estar que percorre toda a geração do *mal du siècle*?

Seriam essas inquietações e esses transtornos uma corriqueira ocorrência de alguns postiços trismos em adolescentes muito desconfortáveis, o que se explicaria pelo confinamento paulistano dos estudantes de Direito num espaço então algo tacanho, na primeira metade do século dezenove, a embriagarem-se de refinadas e mórbidas estrangeirices, ainda que poéticas? Penso que não há como explicar apenas por tal deriva quanto aí se passa. Os presunidos modismos de afetação, que, levados tão a sério, abalavam, de modo inevitável, todo sujeito que lhes fosse, estilística e existencialmente, muito simpático, o mal-estar, que, no horizonte da industrialização européia, tornou ao sensível artista o protótipo dramático do *outsider*, apenas obliquamente, em sua formulação histórico-sociológica, dá conta da dissonância em vida e da ressonância em poesia de um desconcerto maior, que o século aguçou e fez expressar, à sua maneira. Desde os Heine, os Lenau, os Musset, os Es-

pronceda, os Byron de lá até os nomes de cá da tradição ultra-romântica, e sem entrar no mérito ou porte de cada qual (o que nos parece bastante assinalável – mas não caberia aprofundar aqui), a turbulência da alma romântica, em seu infinito anelo (Bosi), resultou numa tradução tantas vezes consistente, na fatura poética que dela recebemos. E isso por mais que a destempere, tantas vezes, na segunda geração de nosso Romantismo, o *pathos* interjetivo dessa lírica inflada e desiludida.

O errar, que é tão humano, é também o vagar que é próprio do homem, como o divagar o é do poeta e de sua imaginação. O poeta vaga e divaga, e sobretudo o faz, no Romantismo, porque saudoso de um outro lugar, sempre aquém ou além de onde não veio a caber, mas onde se encontra incomodamente plantado, num enraizamento de que sua voz é a insinuante queixa. Destinado à captação do Aberto, ou do Absoluto, o homem romântico se empenha, de fato, em ultrapassar a contínua contingência ou nela se dissolver, para de algum modo captá-la além de seu inconsistente vislumbre fenomênico.

De certa maneira, é lícito postular que esse olhar romântico configura um modo tangencial de aproximação do mundo. Enquanto a vocação realista no âmbito da literatura parece comprazer-se na consideração minuciosa do já-dado, percebe-se que o momento de toque do olhar romântico no mundo é, simultaneamente, o instante do salto para um âmbito maior de realidade: pretexto, em última análise, para o exercício de novo vôo, que remeterá a um novo toque e a um novo vôo, na renovada partida de um eu que a cada instante desliza de seu próprio e debilitado núcleo.

Por isso talvez seja válido supor que essa nostalgia, antes de ser a sedução específica por algum vislumbre que o passado pudesse representar, é, muita vez, a recusa em levar em consideração este outro ponto que o presente aponta, em sua inquietante opacidade. Nesse caprichoso e conturbado *Sehnsucht*, o futuro e sua nostalgia são de uma sedutora luminosidade e de uma lúdica transparência, capazes de acolher o transe, porque prometem a viagem, o ímpeto e o trânsito do sujeito.

Nos manuais de literatura, isso se diz assim, às vezes: tendência ao escapismo, fuga do real; romantismo egóico; inquietação e busca do Infinito. Tal ato repertoriante não desvela, em seu empenho classificatório, indagações de todo pertinentes, tais como as que põem em dúvida de que real se fala, para onde se escapa (tanto ou mais do que de onde se escapa), que Infinito é este em função do qual uma busca é exercida, e assim por diante.

Não é a ocasião, aqui, para escavar essas mesmas e densas questões. Mas algumas considerações finais talvez coubessem para situar a errância de Eros na obra de Álvares de Azevedo, no tumulto da alma romântica, cuja cristação maior se fez manifestar na segunda geração de nosso Romantismo. O que move a paixão dessa alma é, antes de tudo, o conhecido horror à limitação. Já o pré-romântico Rousseau o evidenciava quando dizia, em *Rêveries d'un promeneur solitaire*: “Da superfície da terra elevava minhas idéias a todos os seres da natureza, ao sistema universal das coisas, ao ser incompreensível que tudo abarca. Então, perdido o espírito nessa imensidão, não pensava, não raciocinava, não filosofava. Sentia-me – sentia-me com uma espécie de voluptuosidade; [...] Amava perder-me com a imaginação no espaço. Sufocava-me com o universo e gostaria de lançar-me no infinito.”⁹ Musset, sublinhando a antinomia entre razão e paixão, advertia que “Quando a paixão domina o homem, a razão o segue a chorar e o avisa do perigo; mas desde que o homem parou para ouvir a voz da razão, desde que ele se diga: ‘É verdade, eu sou um louco, onde estava indo?’, a paixão lhe grita: ‘É

⁹ Citado por Gerd Bornheim, em “Filosofia do Romantismo”. In: Guinsburg, J. O Romantismo. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 81. Aliás, o perder-se do sujeito no Infinito é propiciado pelo vigor da imaginação e do devaneio românticos. Que se leia, por exemplo, nas citadas *Rêveries*, uma passagem como a seguinte: “[...] la rêverie me délassé et m'amuse, la réflexion me fatigue et m'attriste; penser fut toujours pour moi une occupation pénible et sans charme. Quelquefois mes rêveries finissent par la méditation, mais plus souvent mes méditations finissent par la rêverie. Durant ces égarements mon âme erre et plane dans l'univers sur les ailes de l'imagination dans des extases qui passent tout autre jouissance.” In: Rousseau, J.-J. *Rêveries d'un promeneur solitaire*. Paris: Booking International, 1994, p. 100.

eu, eu vou então morrer?.”¹⁰ E é ainda Antonio Cândido quem nos lembra, na *Formação da literatura brasileira*, que, no Barroco, se a natureza se faz menor do que as palavras, e se há, no Classicismo, uma adequação entre natureza e palavras, no Romantismo o mundo é, antes, puro transbordamento, não cabendo, por isso mesmo, no verbo convocado a dizê-lo.¹¹ Essa sensação de que há sempre algo mais ou, como está na famosa frase de Novalis, de que tudo é romântico desde que transportado para longe, esse dizer que sempre refere um além a apontar a pouquidade de todo aquém traz à baila, portanto, a perspectiva de expansão do sujeito por deriva de um sonho inconcluso.

Tomo emprestado agora a Gerd Bornheim, que há pouco nos deixou, uma bela referência, em que compara a forma de ver o real entre Zola e Rilke. Ele nos diz que certo autor, ao contrastar André Gide a Rilke, sugere que o primeiro, “quando se interessava por um objeto, olhava-o quase com cobiça, procurando devassá-lo, apreender-lhe todas os aspectos; tinha-se a impressão de que iria sacar uma lente do bolso, para melhor poder observar. Rilke, ao contrário, para ver um objeto, fechava os olhos.”¹²

A imagem de fechar os olhos é, aliás, aplicável, de certa forma, ao deus Cúpido, um deus também vendado, um deus que de igual modo se põe a errar, no sentido do mito de Eros e Psiquê. Na obra de Álvares de Azevedo algo assim

¹⁰ “Quand la passion emporte l’homme, la raison le suit en pleurant et en l’avertissant du danger; mais dès que l’homme s’est arrêté à la voix de la raison, dès qu’il s'est dit : ‘C'est vrai, je suis un fou; où allais-je?’, la passion lui crie : ‘Et moi, je vais donc mourir?’.” In: Musset, Alfred de. *La confession d'un enfant du siècle*. Paris, Alphonse Lemerre, s/d, pp. 12-13.

¹¹ “Decorrencia do conceito setecentista do belo = verdadeiro (verossímil) é a busca das formas naturais no mundo físico e moral. Com intuito meramente ilustrativo, poderíamos dizer que há em literatura três atitudes estéticas possíveis. Ou a palavra é considerada algo maior que a natureza, capaz de sobrepor-lhe as suas formas próprias; ou é considerada algo menor que a natureza, incapaz de exprimi-la, abordando-a por tentativas fragmentárias; ou, finalmente, é considerada equivalente à natureza, capaz de criar um mundo de formas ideais que exprimam objetivamente o mundo das formas naturais. O primeiro caso é o do Barroco, o segundo, do Romantismo; o terceiro, do Classicismo.” In: Cândido, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 3. ed. São Paulo: Martins, 1969, p. 57.

¹² Bornheim, Gerd. “A filosofia do Romantismo”. In: Guinsburg, J., op. cit.

se dá, como uma intensificação dos quadros da vassalagem amorosa, de tão antiga tradição literária e filosófica, desde as matrizes do platonismo; ou, nos antípodas desse enquadramento, mas preservando os ritos do impasse, as vias da carnalidade, que se ampliam em corrosão no sujeito.

Assim, entre a gesta comedida da idealização amorosa e os gestos sem medida da paixão e da volúpia, Eros circula, manifestando desconforto e desalento, ao não encontrar o suposto porto apaziguador onde ancorar. O erro de objeto que leva Eros à errância não é o que o torna menos viril junto às moças com que porventura valse, mas antes o que camufla o não aceitar o estranho objeto que faz Eros mover-se, e que está sempre, de fato, deslocando-se em outro e para um outro lugar. Nesse sentido, toda a alma romântica, móvel e movediça, escuta absorta as palavras de Novalis, quando dizia “Eu não sou daqui”, e pode abrir-se para a Noite dos amplos sentidos e da renovação dos mistérios do ser. Desdobrando a epígrafe keatsiana deste artigo, diria que o renovado anelo pela música ainda não ouvida é o que pode ensejar a escuta da música que já se ouve, e cuja melodia não deve ser apenas saudade da que ainda não se ouviu, mas prévia presença, muito densamente celebrável, da que ainda se está por ouvir...

A poesia, pois, de Álvares de Azevedo, na polaridade radical de suas virgens a dormir e de suas prostitutas em cáustica vigília, torna-se o palco, com todos os seus fantasmas e excessos – até penosamente estilísticos e cenográficos –, onde se representa, com uma intensidade às vezes patética, o embate de um sonho, talvez adolescente, mas tão enraizado no Romantismo e tão presente na experiência humana, em que um eu se dilacera entre as eternas mesuras do Amor e as não menos eternas desmesuras de Eros.



Ilustração de Di Cavalcanti
Inserida em *Noite na taverna / Macário*
Edição da Livraria Martins, 1941

A idéia da morte em Álvares de Azevedo

ALEXEI BUENO

O admirável ensaísta português João Pinto de Figueiredo, autor de uma das melhores biografias de Mário de Sá-Carneiro, editada em 1983, intitulou-a, para certa estranheza do leitor desavisado, *A morte de Mário de Sá-Carneiro*. Estranheza por se tratar, rigorosamente, de uma biografia, iniciada como todas elas pela história dos ascendentes e pelo nascimento do protagonista, e daí seguindo até o seu falecimento. Pelo título, no entanto, julgar-se-ia antes um estudo específico sobre a morte do grande poeta, morte voluntária e envolvida em tais peripécias trágicas ou quase cômicas que daria perfeitamente matéria para um volume... É que no prefácio vinha a explicação do título. De acordo com João Pinto de Figueiredo, toda a vida de Sá-Carneiro não teria sido mais do que uma preparação e um caminho para a sua morte, envolvida em patética teatralidade, a ponto de justificar a designação da obra, *A morte*, em vez da mais previsível *Vida de Mário de Sá-Carneiro*.

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, em 1º de outubro de 2002.

Alexei Bueno publicou, entre outros livros de poesia, *As escadas da torre* (1984), *Poemas gregos* (1985), *Lucernário* (1993), *A via estreita* (1995), *A juventude dos deuses* (1996), *Entusiasmo* (1997), *Em sonho* (1999) e *Os resistentes* (2001). Organizou, para a Nova Aguilar, a Obra Completa de vários autores brasileiros.

Se aqui falamos na “idéia da morte em Álvares de Azevedo”, ressaltamos, logo de início, como o faria o biógrafo português, que não nos referimos à sua noção filosófica sobre a morte, às idéias metafísicas ou escatológicas que porventura houvesse tido o poeta da *Lira dos vinte anos* sobre o maior dos assuntos. Toda a sua vida, e parte grandemente majoritária da sua obra, giram em volta da idéia do aniquilamento, comumente em conúbio inextricável com o sentimento amoroso. Pode-se dizer que isso seria quase uma característica de escola, mas nem o *spleen*, o *ennui*, o *mal du siècle*, o *taedium vitae* mais ou menos comuns a todo leitor de Byron, de Heine ou Musset conseguem explicar a predominância da idéia da morte na biografia e nos escritos de Álvares de Azevedo, além de qualquer comparação com os outros grandes poetas do nosso Romantismo.

Alguns poetas no Brasil já receberam, ou mesmo se outorgaram, o título de “poeta da morte”. Augusto dos Anjos, talvez o candidato mais forte, escreveu no fim de um soneto: “Eu sou aquele que ficou sozinho / Cantando sobre os ossos do caminho / A poesia de tudo quanto é morto”, terceto que acabou por ser gravado, muito tardivamente, no seu túmulo. Sempre o julgamos, no entanto, muito mais o poeta da impossibilidade da cognição e da impotência da matéria do que o poeta da morte. Místico desesperado pela impossibilidade de crer e por uma visão requintadíssima até a neurose da nossa frágil materialidade, seu tema central é o sofrimento humano, do qual a morte é um dos elementos centrais, e o fracasso do olhar perscrutador da ciência, o que o faz tão avançado para a sua época ainda de euforia científica. Como disse Fernando Pessoa, ele diria, seguramente: “Não procures nem creias, tudo é oculto.” E o seu epitáfio de místico alucinado, transcendendo portanto de muito a morte, deveria ser, na nossa opinião, em vez do terceto citado, esta estrofe de “Os doentes”:

*As minhas roupas, quero até rompê-las,
Quero, arrancado das prisões carnais,
Viver na luz dos astros imortais,
Abraçado com todas as estrelas.*



Outro que mereceria o título, inegavelmente, é o grande Alphonsus de Guimaraens, que assim escreveu em um dos sonetos do belíssimo *Setenário das dores de Nossa Senhora*: “Possa eu, Poeta da morte, Alma de assombros”. Se foi tudo isso, de fato, desde o trauma da morte precoce de sua noiva Constância, talvez a sua própria fé inabalável o faça transcender o título.

Pois quem o merece, sem discussão e sempre, é Álvares de Azevedo. Não temos nenhuma simpatia pelas biografias freudistas ortodoxas, no estilo de Maria Bonaparte, afirmando a virgindade de Edgar Allan Poe, ou nas do nosso Godin da Fonseca, julgando, com a sua convicção algo truculenta, Camilo Castelo Branco cego não por sífilis, mas por ter querido matar o pai, e Machado de Assis não epiléptico, mas histérico após se ter casado com Carolina. Como entre os românticos, no entanto, obra e vida por definição não separam, e tendo tido o nosso poeta – com a sua precocidade quase rimbaudiana ou chattertoniana – tão curta vida como vasta a obra, trataremos das duas sempre juntas, o que aliás é mais agradável que muitas metodologias estéreis.

O que dominava totalmente a psique do autor de “Se eu morresse amanhã”, para além de uma relação muito explicável entre o anelo amoroso não realizado e o êxtase de aniquilação, era o pressentimento convicto, e finalmente cumprido da maneira mais inesperada, da morte prematura. De fato, era fácil morrer na primeira metade do século XIX, antes do triunfo das idéias revolucionárias de Pasteur e muito antes da sempre bendita invenção dos antibióticos. Quanto ao pressentimento, esse sempre foi, nos bons tempos, apanágio dos poetas, dos vates, dos eleitos para o vaticínio. Há, em toda a história da poesia universal, uma série impressionante de premonições de morte, às vezes muito detalhadas, e depois cumpridas. Shelley previu muito bem, em sua grande elegia à morte de Keats, “*Adonais*”, o que veio a ser o seu afogamento no Golfo de Nápoles. O genial Eminescu, poeta nacional da Romênia, previu – e isso é muito mais estranho e escabroso – que seria morto com a cabeça esmagada por uma pedra, o que lhe aconteceu, anos depois, quando, internado em um hospício, foi atacado por um colega de desventura.

Entre nós, exemplo espantoso é o de Gonçalves Dias, no célebre poema “Adeus aos meus amigos do Maranhão”, dos *Primeiros cantos*, duas décadas antes de sua morte. É poema que faz parte do que poderíamos chamar de gênero do exílio, comum a todos os que partiam para longe naqueles tempos. Já na “Canção do exílio” encontramos o típico apelo, “Não permita Deus que eu morra; / Sem que eu volte para lá”, depois exaustivamente glosado por Casimiro de Abreu, mandado, como Gonçalves Dias, a estudos para Portugal. Apesar de já haver naquela época um bom correio e uma regular ligação marítima, sempre a angústia do distanciamento da pátria era muito maior do que conseguimos supor depois do surgimento do telefone, do satélite e do celular. Imaginemos o que seria, então, partir para a Índia e a China como Camões, e avaliemos a fabulosa fortaleza moral dos nossos maiores. Apesar de fruto normal da temática do exílio e do sincero sofrimento causado por ele, a verdade é que Gonçalves Dias anteviu muito bem a sua morte e a desaparição do seu corpo no naufrágio do *Ville de Boulogne*, em 3 de novembro de 1864, no trecho do poema célebre:

*Porém quando algum dia o colorido
Das vivas ilusões, que ainda conservo,
Sem força esmorecer – e as tão vírgosas
Esp’ranças, que eu eduko, se afundarem
Em mar de desenganos; – a desgraça
Do naufrágio da vida há de arrojar-me
À praia tão querida, que ora deixo,
Tal parte o desterrado: um dia as vagas
Hão de os seus restos rejeitar na praia,
Donde tão novo se partira, e onde
Procura a cinza fria achar jazigo.*

Se este trecho de Gonçalves Dias sagrou-se, de qualquer modo, com a aura do vaticínio, o que sentimos nos incontáveis apelos à morte de Álvares de Aze-



vedo, e nas suas inumeráveis declarações convictas de morte prematura, adentra claramente no domínio da obsessão. Nascido em São Paulo, mas de família paterna fluminense, oriunda de Itaboraí – terra também de Joaquim Manuel de Macedo, parente do poeta, e de Salvador e Lúcio de Mendonça – o menino Manuel Antônio Álvares de Azevedo parece ter sofrido, aos quatro anos de idade, um grande choque psicológico com o falecimento de um irmão, Inácio Manuel, ainda bebê. De acordo com informações de seu primo e editor Jaci Monteiro, o pequeno Manuel Antônio, ao ver o cuidado com que enfeitavam a criança morta, perguntara, curioso, o que era aquilo. Ao ser informado de que se tratava de um anjinho, que assim vestido iria para o céu brincar com os outros anjos, exaltou-se terrivelmente, exigindo que o enfeitassem e ataviassem da mesma maneira, para que pudesse subir ao céu como o irmão defunto. Depois disso parece ter sofrido de uma grave crise de febre, e ter sido, até os nove anos, aluno medíocre. Nessa idade, transferido de Niterói, onde morava, para o Colégio Stoll, reputado estabelecimento situado em Botafogo, sofreu uma espécie de estalo do Padre Vieira, passando a demonstrar a milagrosa precocidade que o caracterizaria até a morte, nela incluída os não poucos momentos geniais da sua obra, a mais destituída, por outro lado, de experiência vital direta na literatura brasileira. Aos dez anos de idade, assim falou sobre ele o Dr. Stoll, seu mestre, em carta ao pai do brilhante aluno: “Ele reúne, o que é muito raro, a maior inocência à mais vasta capacidade intelectual que encontrei na América numa criança da sua idade.” Tal capacidade intelectual redundaria numa curiosidade quase diabólica, que o levaria a reunir a fabulosa cultura humanística que demonstra nos seus ensaios sobre literatura e teatro, uma cultura quase pletona na rapidez com que foi adquirida, e só superada, entre os nossos românticos, pela de Gonçalves Dias, que aliás teve exatamente o dobro do seu tempo de vida. Ao entrar, em 1848, na Faculdade de Direito de São Paulo, passa a ser dos alunos mais notáveis. Quando de sua morte, a admiração votada pelos contemporâneos à obra literária que produzira não era inferior à admiração pela sua sapiência jurídica, que parece ter sido espantosa.

Neste ponto nos aproximamos dessa característica quase esquizóide da alma de Álvares de Azevedo. Ao mesmo tempo em que produz uma obra literária gigantesca entre os 16 e os 20 anos, obra onde domina um insuportável tédio de viver e onde não faltam, sobretudo na prosa, bebedeiras e orgias altamente byronianas, é excelente e responsabilíssimo aluno, de enorme afeição familiar e provavelmente bastante casto. Pelo que conhecemos de sua correspondência, se não morreu virgem, deve ter tido no máximo alguma fugaz experiência de amor venal. Como disse certa vez Lygia Fagundes Telles, se ele muito falou de mulheres e bebidas, quem realmente bebeu foi Fagundes Varela, e quem realmente conhecia mulheres era Castro Alves, os dois poetas cujos nomes, com o dele, encimam os três pórticos da Academia de Direito que imortalizaram. O grande Varela foi de fato alcoólatra sem lacunas, como diria o Eça, e Castro Alves aos 18 anos já vivia maritalmente, no Recife, com uma moça chamada Idalina, e aos 19 era amante de Eugênia Câmara, dez anos mais velha que ele. As cartas familiares de Maneco, o nosso Álvares de Azevedo, na mesma idade, são de uma inocência quase pueril, como Mário de Andrade já ressaltara. E em tudo a obsessão da morte prematura. Quando Castro Alves, aos 17 anos, atinge a sua absoluta maturidade estética escrevendo “Mocidade e morte”, que se chamava inicialmente “O tísico”, isso acontece como consequência de uma hemoptise real, de uma probabilíssima morte prematura, que veio de fato a ocorrer sete anos depois, e as imagens da vida à beira de se perder são de intensa sensualidade:

*Ob! Eu quero viver, beber perfumes
Na flor silvestre, que embalsama os ares;
Ver minh'alma adejar pelo infinito,
Qual branca vela n'amplidão dos mares.
No seio da mulher há tanto aroma...
Nos seus beijos de fogo há tanta vida...
— Árabe errante, vou dormir à tarde
À sombra fresca da palmeira erguida.*



Mas uma voz responde-me sombria:

Terás o sono sobre a lájea fria.

Morrer... quando este mundo é um paraíso,

E a alma um cisne de douradas plumas:

Não! o seio da amante é um lago virgem...

Quero boiar à tona das espumas.

Vem! formosa mulher — camélia pálida

Que banharam de pranto as alvoradas,

Minh'alma é a borboleta que espaneja

O pó das asas lúcidas, douradas...

E a mesma voz repete-me terrível,

Com gargalhar sarcástico: — impossível!

Eu sinto em mim o borbulhar do gênio.

Vejo além um futuro radiante:

Avante! — brada-me o talento n'alma

E o eco ao longe me repete — avante! —

O futuro... o futuro... no seu seio...

Entre louros e bênçãos dorme a glória!

Após — um nome do universo n'alma,

Um nome escrito no Panteon da história.

E a mesma voz repete funerária: —

Teu Panteon — a pedra funerária!

Em completa oposição, o tom do nosso grande imaginativo é sempre de uma languidez dominante. Quando a morte não é pedida ou pressentida, ela aparece como coroamento da experiência amorosa. É o eterno morrer de amor, a ligação amor-morte conhecida de todos os seres humanos, a sensação de suspensão dos sentidos provocada pelo êxtase amoroso comparada com a sus-

pensão dos sentidos consequente ao fim do fenômeno vital, em suma, a célebre “Morte, morte de amor, melhor que a vida”. Em soneto belíssimo e famoso, de feição formal bocagiana, mas de tom quase premonitório do Simbolismo, assim ele descreve a amada, sintomaticamente adormecida e pálida, duas obsessões repetidas quase *ad nauseam* na sua obra poética, principalmente na primeira parte:

~~ Soneto

*Pálida, à luz da lâmpada sombria,
Sobre o leito de flores reclinada,
Como a lua por noite embalsamada,
Entre as nuvens do amor ela dormia!*

*Era a virgem do mar! na escuma fria
Pela maré das águas embalada!
Era um anjo entre nuvens d’alvorada
Que em sonhos se banhava e se esquecia!*

*Era mais bela! o seio palpitando...
Negros olhos as pálpebras abrindo...
Formas nuas no leito resvalando...*

*Não te rias de mim, meu anjo lindo!
Por ti – as noites eu velei chorando,
Por ti – nos sonhos morrerei sorrindo!*

Outra dominante em sua correspondência é a queixa da não realização amorosa, ou, trocando em miúdos, de não encontrar namorada. A união de uma poderosíssima vocação literária com a pouca idade e a timidez em um meio muito acanhado como era a São Paulo de meados do oitocentos, tudo coroado pela voracidade de leituras, é o que talvez nos dê essa impressão de qua-



se esquizoidia em parte de sua obra. Em tese, nenhum autor necessita de vivência pessoal compatível com a obra realizada, e tal sensação também nos seria dada por um Guimarães Rosa, cordato diplomata de gravata borboleta, escrevendo essa epopéia titânica e trágica que é *Grande sertão: veredas*. Mas no caso de Álvares de Azevedo, a grande precocidade e a índole introvertida são os elementos geradores da ânsia de fuga para o sonho, através da literatura, e de realização do êxtase de amar, através da morte. José Veríssimo, tão agudo crítico dos nossos românticos, comprehendeu todo essa conjuntura de forma admirável:

A liberdade que lhe outorgava a vida de “acadêmico”, numa pequena cidade escolar onde os estudantes tinham graças de estado de que usavam e abusavam, a ausência do constrangimento familiar e as mesmas isenções que lhe conferia o renome de menino-prodígio que levara do Rio, influíram-no a viver a vida romântica, realizando as idealizações dos poetas de que se achava saturado, Musset, Byron, Espronceda, George Sand, ou imitando a existência de vezos que lhes atribuía a eles ou tinham as suas criaturas. E pela imaginação ao menos, [Álvares de Azevedo] começou a viver tal vida na qual, com as suas inclinações, entrou muita literatura. Como, porém, o arremedo se lhe fundia perfeitamente com o temperamento e correspondia em suma aos seus mais íntimos instintos poéticos, não resultou em disparate conforme com mais de um tem acontecido. Da combinação das próprias tendências com a imitação literária, criou-se uma vida fictícia. Presumiu transplantar para a mesquinha vida de S. Paulo de meados do século passado, costumes e práticas do Romantismo europeu. Quis praticar as façanhas sentimentais dos heróis de Musset e Byron. A candura com que o fez não só o salvou de um ridículo naufrágio, mas até o engrandeceu, criando-lhe a feição que o distinguiria na poesia brasileira e o faria um dos seus dominadores.

Mas há ainda uma característica que o salva do livresco e da obsessão da morte e aumenta a impressão das dicotomias em sua obra, o humor, o admirável humor, tão raro entre nós, da segunda parte da *Lira dos vinte anos*. Grande conhe-

dor da literatura em inglês, que dominava perfeitamente, e da poesia alemã, que parece ter conhecido sobretudo por traduções francesas, a intimidade com Heine, acima das outras, mas também com Shakespeare, sua maior referência literária, abriram-lhe esse caminho. E como Cervantes fazendo na segunda parte do *Quixote* quase a crítica geral da primeira, ele, na segunda parte da *Lira* quase reduz à paródia ridícula o *pathos* da seção inicial. De fato, em um poema magistral que é quase um auto-retrato, “Idéias íntimas”, ele se salva de toda a condição de poeta livresco, de poeta de segunda mão, ao assumir-se *realmente* livresco. A literatura passa aí a deixar de ser sucedâneo de vida não realizada para se transformar em segunda natureza, como encontramos, modernamente e de forma explícita, por exemplo, em um Jorge Luis Borges, entre outros.

Se há um poema, no entanto, que nos parece sintetizar toda a vida de Álvares de Azevedo, o seu drama e o da sua geração, é o primeiro dos “Hinos do profeta”, que aqui reproduzimos integralmente, apesar da extensão, por sua grande importância:

~~ Hinos do profeta
I
Um canto do século

Spiritus meus attenuabitur, dies mei breviabuntur, et solum
mihi superest sepulchrum...

Jó

*Debalde nos meus sonhos de ventura
Tento alentar minha esperança morta
E volto-me ao porvir;
A minha alma só canta a sepultura,
Nem última ilusão beija e conforta
Meu suarento dormir...*

*Debalde! que exauriu-me o desalento:
A flor que aos lábios meus um anjo dera
Mirrou na solidão....
Do meu inverno pelo céu nevoento
Não se levantará nem primavera
Nem raio de verão!*

*Invejo as flores que murchando morrem,
E as aves que desmaiam-se cantando
E expiram sem sofrer...
As minhas veias inda ardentes correm,
E na febre da vida agonizando
Eu me sinto morrer!*

*Tenho febre – meu cérebro transborda...
Eu morrerei mancebo, inda sonhando
Da esperança o fulgor!
Oh! cantemos ainda! a última corda
Inda palpita.... morrerei cantando
O meu hino de amor!*

*Meu sonho foi a glória dos valentes,
De um nome de guerreiro a eternidade
Nos hinos seculares:
Foi nas praças, de sangue ainda quentes,
Desdobrar o pendão da liberdade
Nas frontes populares!*

*Meu amor foi a verde laranjeira
Cheia de sombra, à noite abrindo as flores
Melhor que ao meio-dia:*

*A várzea longa – a lua forasteira
Que pálida como eu, sonhando amores,
De névoa se cobria.*

*Meu amor foi o sol que madrugava,
O canto matinal dos passarinhos
E a rosa predileta...
Fui um louco, meu Deus! quando tentava
Descorado e febril manchar nos vinhos
Meus louros de poeta!*

*Meu amor foi o sonho dos poetas
– O belo – o gênio – de um porvir liberto
A sagrada utopia.
E à noite pranteei como os profetas,
Dei lágrimas de sangue no deserto
Dos povos à agonia!*

*Meu amor!... foi a mãe que me alentava,
Que viveu e esperou por minha vida
E pranteia por mim...
E a sombra solitária que eu sonhava
Lânguida como vibração perdida
De roto bandolim...*

*E agora o único amor... o amor eterno
Que no fundo do peito aqui murmura
E acende os sonhos meus,
Que lança algum luar no meu inverno,
Que minha vida no penar apura,
É o amor de meu Deus!*

*É só no efluvio desse amar imenso
Que a alma derrama as emoções cativas
Em suspiros sem dor:
E no vapor do consagrado incenso
Que as sombras da esperança redivivas
Nos beijam o palor!*

*Eu vaguei pela vida sem conforto,
Esperei minha amante noite e dia
E o ideal não veio...*

*Farto de vida, breve serei morto...
Não poderei ao menos na agonia
Descansar-lhe no seio!*

*Passei como Don Juan entre as donzelas,
Suspirei as canções mais doloridas
E ninguém me escutou...
Oh! nunca à virgem flor das faces belas
Sorvi o mel, nas longas despedidas....
Meu Deus! ninguém me amou!*

*Vivi na solidão — odeio o mundo,
E no orgulho embucei meu rosto pálido
Como um astro nublado...
Ri-me da vida — lupanar imundo
Onde se volve o libertino esquálido
Na treva... profanado!*

*Quantos hei visto desbotarem fríos
Manchados de embriaguez da orgia em meio
Nas infâmias do vício!*

*E quantos morrerão inda sombrios
Sem remorso dos negros devaneios...
Sentindo o precipício!*

*Quanta alma pura, e virgem menestrel
Que adormeceu no tremedal sem fundo,
No lodo se manchou!
Que liras estaladas no bordel!
E que poetas que perdeu o mundo
Em Bocage e Marlowe!*

*Morrer! ali na sombra – na taverna
A alma que em si continha um canto aéreo
No peito solitário!
Sublime como a nota obscura, eterna,
Que o bronze vibra em noites de mistério
No escuro campanário!*

*Ó meus amigos, deve ser terrível
Sobre as tábuas imundas, inda ebrioso
Na solidão morrer!
Sentir as sombras dessa noite horrível
Surgirem dentre o leito pavoroso...
Sem um Deus para crer!*

*Sentir que a alma, desbotado lírio,
Num mundo ignoto vagará chorando
Na treva mais escura...
E o cadáver sem lágrima, sem círio,
Na calçada da rua, desbotando,
Não terá sepultura!*



*Perdoa-lhes, meu Deus o sol da vida
Nas artérias inflama o sangue em lava
E o cérebro varia...
O século na vaga enfurecida
Mergulha a geração que se acordava...
E nuta de agonia!*

*São tristes deste século os destinos!
Seiba mortal as flores que despontam
Infecta em seu abrir –
E o cadafalso e a voz dos Girondinos
Não falam mais na glória e não apontam
A aurora do porvir!*

*Fora belo talvez, em pé, de novo
Como Byron surgir – ou na tormenta
O homem de Waterloo:
Com sua idéia iluminar um povo,
Como o trovão da nuvem que rebenta
E o raio derramou!*

*Fora belo talvez sentir no crânio
A alma de Goethe, e resumir na fibra
Milton, Homero e Dante
– Sonhar-se num delírio momentâneo
A alma da criação e o som que vibra
A terra palpitante!*

*Mas ab! o viajor nos cemitérios
Nessas nuas caveiras não escuta
Vossas almas errantes...*

*Do estandarte medonho nos impérios
A morte, leviana prostituta,
Não distingue os amantes!*

*Eu, pobre sonhador – eu, terra inculta
Onde não fecundou-se uma semente,
Convosco dormirei:
E dentre nós a multidão estulta
Não vos distinguirá a fronte ardente
Do crânio que animei...*

*Ó morte! a que mistério me destinas?
Esse átomo de luz que inda me alenta,
Quando o corpo morrer,
Voltará amanhã aziagas sinas
Na terra numa face macilenta
Esperar e sofrer?*

*Meu Deus! antes, meu Deus! que uma outra vida,
Com teu braço eternal meu ser esmaga
E minha alma aniquila:
A estrela de verão no céu perdida
Também às vezes teu alento apaga
Numa noite tranquila!...*

No final, como vemos, desse poema genial, que modula todos os tons da lírica romântica, o poeta renega mesmo a possibilidade de uma metempsicose, de uma forma qualquer de outra sobrevivência, implorando ao Criador o nirvana búdico que tão bem cantou Antero de Quental. Mas não é este, no entanto, o poema que imortalizou Álvares de Azevedo de forma definitiva na alma brasileira, assim como a sua maneira de ansiar ou de antever a própria morte.



Um dos que realmente cumpriu esse papel foi o que fecha a primeira parte da *Lira dos vinte anos*, “Lembrança de morrer”:

~~ Lembrança de morrer

No more! o never more!

Shelley

*Quando em meu peito rebentar-se a fibra
 Que o espírito enlaça à dor vivente,
 Não derramem por mim nem uma lágrima
 Em pálpebra demente.*

*E nem desfolhem na matéria impura
 A flor do vale que adormece ao vento:
 Não quero que uma nota de alegria
 Se cale por meu triste passamento.*

*Eu deixo a vida como deixa o tédio
 Do deserto, o poento caminheiro
 – Como as horas de um longo pesadelo
 Que se desfaz ao dobre de um sineiro;*

*Como um desterro de minh’alma errante,
 Onde fogo insensato a consumia:
 Só levo uma saudade – é desses tempos
 Que amorosa ilusão embelecia.*

*Só levo uma saudade – é dessas sombras
 Que eu sentia velar nas noites minhas...
 De ti, ó minha mãe, pobre coitada
 Que por minha tristeza te definhas!*

*De meu pai... de meus únicos amigos,
Poucos — bem poucos — e que não zombavam
Quando, em noites de febre endoudecido,
Minhas pálidas crenças duvidavam.*

*Se uma lágrima as pálpebras me inunda,
Se um suspiro nos seios treme ainda
É pela virgem que sonhei... que nunca
Aos lábios me encostou a face linda!*

*Só tu à mocidade sonhadora
Do pálido poeta deste flores...
Se viveu, foi por ti! e de esperança
De na vida gozar de teus amores.*

*Beijarei a verdade santa e nua,
Verei cristalizar-se o sonho amigo...
Ó minha Virgem dos errantes sonhos,
Filha do céu, eu vou amar contigo!*

*Descansem o meu leito solitário
Na floresta dos homens esquecida,
À sombra de uma cruz, e escrevam nela:
— Foi poeta — sonhou — e amou na vida. —*

*Sombras do vale, noites da montanha
Que minha alma cantou e amava tanto,
Protegei o meu corpo abandonado,
E no silêncio derramai-lhe canto!*



*Mas quando preludia ave d'aurora
E quando à meia-noite o céu repousa,
Arvoredos do bosque, abri os ramos...
Deixai a lua prantear-me a lousa!*

Foram poemas como este, com esta dicção lírica totalmente brasileira, – enquanto em Gonçalves Dias sempre sobreviveu certa rigidez clássica, diríamos lusitana, apesar do uso nacionalíssimo do suarabácti – que fizeram a glória de Álvares de Azevedo e alteraram os caminhos da poesia romântica entre nós. Todos os nossos grandes poetas do período tiveram a sua maneira de cantar a morte. Há uma maneira de Laurindo Rabelo, no seu poema “Adeus ao mundo”, há outra de Casimiro de Abreu, em “Juriti”, há outras em Junqueira Freire e em Fagundes Varela, há a de Castro Alves, já aqui lembrada em um dos seus grandes momentos. A de Álvares de Azevedo foi das que maior repercussão alcançaram entre o público, com a sua constância e a fatalidade do seu rápido cumprimento biográfico. E aí reside uma grande curiosidade. Gonçalves Dias, Laurindo Rabelo, Casimiro de Abreu e Castro Alves foram todos tuberculosos, tendo fortes motivos para intentar o tema. Junqueira Freire era um cardíaco grave, e Fagundes Varela alcoólatra quase suicida. Dessa grande geração, quem não tinha doença nenhuma e levava uma vida morigerada era Álvares de Azevedo, que acabou morrendo mais jovem que todos. O companheiro de “república” do grande estróina Bernardo Guimarães e do grande bebedor Aureliano Lessa conseguiu, como num triunfo da própria vontade, entrar na terra de onde ninguém volta antes de todos, cumprindo as suas premonições e sendo o terceiro quintanista a morrer, de acordo com a conhecidíssima antevisão.

Estávamos em 1852. De férias em Itaboraí e depois na Corte, repleto de premonições fúnebres, o poeta sofre uma queda de cavalo no dia dez de março, voltando para casa a pé e com forte dor perto da virilha esquerda. Chamado o médico, o Dr. Francisco Praxedes Andrade Pertence, um dos mais famosos da época, este constata um tumor na fossa ilíaca, o que hoje seria curado com meia dúzia de injeções de penicilina. Operado a quinze do mesmo mês, resiste

até 25 de abril, quando morre, provavelmente de infecção generalizada, exclamando a frase célebre: “Que fatalidade, meu pai!”, nos braços do mesmo. Mortaria na cama da mãe, como essa previra em sonho, na casa número 1 da Rua do Infante, a atual Dois de Dezembro, esquina com a Praia do Flamengo. Estava cumprida a fusão da obra com a vida tão buscada por todos os românticos. No dia seguinte, 26 de abril, foi enterrado, com grande comoção, no cemitério de Pedro II, na Praia Vermelha, próximo ao antigo Hospício que seria tão íntimo do nosso Lima Barreto, hoje Reitoria da UFRJ. À beira do túmulo, entre os oradores, Joaquim Manuel de Macedo leu aquele que se transformou no seu poema mais célebre, “Se eu morresse amanhã”, arrancando lágrimas a todos:

~~ Se eu morresse amanhã!

*Se eu morresse amanhã, viria ao menos
Fechar meus olhos minha triste irmã;
Minha mãe de saudades morreria
Se eu morresse amanhã!*

*Quanta glória pressinto em meu futuro!
Que aurora de porvir e que manhã!
Eu perderia chorando essas coroas
Se eu morresse amanhã!*

*Que sol! que céu azul! que doce n'alva
Acorda a natureza mais louçã!
Não me batera tanto amor no peito
Se eu morresse amanhã!*

*Mas essa dor da vida que devora
A ânsia de glória, o dolorido afã...
A dor no peito emudeceria ao menos
Se eu morresse amanhã!*



Em setembro de 1854 – para não desperdiçarmos aqui esta cena poesca, que agradaria ao nosso poeta – o seu pai pede licença para transferir os seus restos para o recém-inaugurado cemitério de São João Batista da Lagoa, uma vez que o cemitério da Praia Vermelha havia sido quase destruído por uma grande ressaca. Sua mãe, dona Maria Luíza, vai ao cemitério devastado exumar o filho, acompanhada de um criado e do cão do poeta, Fiel, que estivera ao seu lado no dia da queda do cavalo. As escavações têm início junto aos restos do túmulo, mas o cão se afasta alguns metros, começa a uivar e a escavar a areia, até aflorarem dela os ossos de Álvares de Azevedo, ainda envolvidos com restos da roupa que portava as suas iniciais. Quem hoje abrir o primeiro livro de registros do cemitério de São João Batista lá encontrará, na primeira página muito gasta, o nome do poeta, o décimo segundo a ser inumado naquela necrópole. Repousa em belo mausoléu, próximo a alguns grandes nomes do final do século XIX, como Taunay, Torres Homem, Floriano Peixoto e uns tantos barões.

Extinta portanto a “dor da vida”, começava a glória da morte. Ao perguntarem certa vez a Castro Alves quais as suas maiores admirações na poesia brasileira, respondera o gênio baiano: “Fagundes Varela entre os vivos e Álvares de Azevedo entre os mortos.” Sua obra imensa, rapidamente publicada, começou a esgotar edições atrás de edições. O mesmo poeta que atingira o lirismo lânguido, incorpóreo, de certos sonetos amorosos, criara quase um Condoreirismo *avant la lettre* com uma ode de magnífica virilidade como “Pedro Ivo”, que supera o poema que Castro Alves escreveu sobre o mesmo tema, o que não é pouca coisa. O autor de peças de um lirismo quase infantil, diríamos casimiriiano, do início da *Lira dos vinte anos*, era também autor do delírio de assassinatos, incestos, orgias, hecatombes e bebedeiras da *Noite na taverna* e o fabulador demoníaco de *Macário*. A sua influência sobre Castro Alves – que numa bem fundamentada opinião de Hildon Rocha chegara a São Paulo emulando inconscientemente a sua sombra ilustre – foi decisiva, ainda que sempre transfigurada em expressão pessoal pelo poder criador do maior poeta do nosso Romantismo. Na obra de Castro Alves podemos encontrar, de fato, as seguintes expressões: “roto bandolim”, “braço eternal”, “os ares embalsama”, “adeus, amores,

adeus!”, “George Sand, a loura” (que, cá entre nós, nunca o foi), “brigue voador”, todas encontráveis, letra por letra, na obra da Álvares de Azevedo, com o detalhe curioso de que a última só veio a ser publicada muito depois da morte do poeta baiano, o que comprova quanto essa fronteira entre influências e afinidades é melindrosa.

Vivendo e morrendo sob o signo da fatalidade, um poema da Álvares de Azevedo, “Meu sonho”, sempre nos pareceu a síntese desse seu estado de permanente tensão. É quase consenso que nele se inspirou Antero de Quental, que conhecia muito bem a poesia brasileira, para escrever o seu célebre soneto “Mors-Amor”:

~~ Mors-amor

*Esse negro corcel, cujas passadas
Escuto em sonho, quando a sombra desce,
E, passando a galope, me aparece
Da noite nas fantásticas estradas,*

*Donde vem ele? Que regiões sagradas
E terríveis cruzou, que assim parece
Tenebroso e sublime, e lhe estremece
Não sei que horror nas crinas agitadas?*

*Um cavaleiro, de expressão potente,
Formidável, mas plácido no porte,
Vestido de armadura reluzente;*

*Cavalga a fera estranha sem temor:
E o corcel negro diz: “Eu sou a Morte!”
Responde o cavaleiro: “Eu sou o Amor!”*



O mesmo clima de sonho tenebroso, a mesma hierática e noturna grandeza encontramos no poema de Álvares de Azevedo, que nos parece quase sintetizar a sua vida:

~~ Meu sonho

Eu

*Cavaleiro das armas escuras,
Onde vais pelas trevas impuras
Com a espada sanguenta na mão?
Por que brilham teus olhos ardentes
E gemidos nos lábios frementes
Vertem fogo do teu coração?*

*Cavaleiro, quem és? o remorso?
Do corcel te debruças no dorso...
E galopas do vale através...
Oh! da estrada acordando as poeiras
Não escutas gritar as caveiras
E morder-te o fantasma nos pés?*

*Onde vais pelas trevas impuras,
Cavaleiro das armas escuras,
Macilento qual morto na tumba?...
Tu escutas... Na longa montanha
Um tropel teu galope acompanha?
E um clamor de vingança retumba?*

*Cavaleiro, quem és? — que mistério,
Quem te força da morte no império
Pela noite assombrada a vagar?*

~~~ O fantasma

*Sou o sonho de tua esperança,
Tua febre que nunca descansa,
O delírio que te há de matar!...*

Esse sonho, essa febre e esse delírio, que realmente o mataram, é que o mantêm vivo, neste instante, aqui entre nós.

MARCOS VINICIOS VILAÇA
ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE



CORONEL CORONÉIS

tb tempo brasileiro

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/EDUFF

Sobre a nova edição de *Coronel, coronéis*

I.

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Quase quarenta anos depois de escrito, *Coronel, coronéis* reaparece como se fora um livro novo. Os seus autores, Marcos Víni-cios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, não lhe alteraram a forma nem tampouco o conteúdo; mudaram, porém, os nossos olhos e, embora menos do que desejariam, mudou a paisagem humana que em suas páginas contemplamos. Ao ser escrito, a partir de um trabalho de campo realizado em 1963, este livro pretendia ser — e era — uma análise do processo de ruptura da sociedade agropecuária do Nordeste e, por meio de quatro retratos de corpo inteiro de coronéis ainda vivos ou recentemente falecidos, das transformações por que passava uma espécie de mandonismo político, econômico, social e familiar profundamente arraigado no sertão e no agreste pernambucanos.

O que, em 1965, ano da primeira edição desta obra, era um diagnóstico do presente, hoje lemos ou relemos como se fossem páginas de história. O ensaio de abertura, breve e conciso, porém percuciente e denso de idéias, parece ter sido escrito com a visão que temos hoje do

Poeta e historiador,
autor de *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses* (1992 e 1996) e de *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700* (2002). Presidente da Academia Brasileira de Letras.

que ocorreu no interior do Nordeste na segunda metade do século XX. As premonições cautelosas de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, que o pensou e redigiu, tomam agora a forma de reconstrução do passado. Ou de interpretação de uma reconstrução do passado. Para isso, creio que muito contribuiu o não terem os autores de *Coronel, coronéis* reclamado que lhes reconhecessem o exclusivo da razão. Teorizaram somente quando não havia outro jeito; preocuparam-se, e assim está no livro, “em descrever” e “não propriamente em explicar ou resolver”. Porque desenharam com cuidado e sem preconceitos o que presenciavam e o que atentamente ouviam, muito do que, nesta obra, se promete como futuro de fato realizou-se, e o que não queria ser ou parecer lição, lição ficou.

Veja-se isto. Diz-se com certa insistência que a Europa deve sobretudo à máquina de costura, à bicicleta e ao rádio transístor a entrada que conseguiu, no século XX, na Ásia e na África. Pois bem, em *Coronel, coronéis*, reclama-se para o caminhão, ou, melhor, para o chofer de caminhão, o ter infiltrado o interior tradicionalista com os valores do litoral modernizado. O papel do caminhão na vida brasileira, e sobretudo no Nordeste, já fora o enredo de um livro anterior de Marcos Vinícius Vilaça, *Em torno da sociologia do caminhão*, mas, em *Coronel, coronéis*, sublinha-se em poucas linhas e de modo nítido, a sua função modernizadora. Neste livro, contrasta-se implicitamente o chofer na boléia de seu veículo com o coronel sentado na varanda. Em consequência, não poderiam deixar de ser de todo diferentes, no aspecto, comportamento e destino, de um lado, os aglomerados urbanos que surgiram em torno da casa de fazenda (ou, em última análise, do curral) e, de outro, as aldeotas, vilas e cidades que se foram, bem mais tarde, formando ao lado das bombas de gasolina, nas estradas a serviço dos caminhões.

No seu instigante ensaio introdutório, Roberto Cavalcanti de Albuquerque descreve como se estava a esgarçar e acabaria por desfiar-se, no contacto com as novas realidades externas, o grosso tecido de um paternalismo que se queria economicamente fechado e quase auto-suficiente, sóbrio na projeção de suas necessidades (tanto que a mesa mais do que farta era o único esbanjamento), tendo na terra a forma preferida de acréscimo de patrimônio e, consequentemente, no latifúndio a medida da riqueza, e que socialmente se assentava no

que era mais do que uma família extensa, pois compreendia filhos de sangue e filhos de criação, irmãos, cunhados, concunhados, sobrinhos, genros, noras, netos, compadres, afilhados, agregados, rendeiros, meeiros, empregados e vizinhos, além dos perseguidos e desamparados que se colocavam na condição de protegidos. A autoridade era uma só e indivisível: a do chefe, que, de cima para baixo, protegia os seus e os amparava nas horas aflitas, exigindo em paga, de baixo para cima, a obediência e a servidão.

Nada é linear e simples neste livro em que Roberto Cavalcanti de Albuquerque cuida do coronel, enquanto Marcos Vinícius Vilaça se ocupa dos coronéis. Nem simples e linear poderia ele ser, pois trata da vida e tem por tema seres humanos. Os retratos dos quatro manda-chuvas não receberam no papel nem os gestos nem as vestimentas para provar uma tese. Cada qual tem fisionomia, conduta e temperamento próprios, e em cada qual se entretem de modo distinto o gosto de mandar e desmandar, comum a todos, com a manha, a crueza, a generosidade, o dever da ajuda e a cobrança da sujeição. Este é sovina; aquele, mão-aberta. Este, franco; aquele, sonso. Este fala e escreve demais; aquele poupa as palavras. Este adora as novidades; aquele para elas se fecha. Magro ou gordo, baixo ou alto, o coronel não aparece neste livro apenas como tipo, categoria ou ícone, mas sobretudo como gente. Homem de rotina, mais do que de excessos. Afeito à violência, mas capaz de camaradagem e carinho.

São quatro coronéis diferentes. Um a desmentir os outros. Ou quase. Quatro coronéis famosos, que marcaram a política de seu tempo. Como alguns mais, que poderiam estar neste livro, se seus autores tivessem querido ampliar-lhe o escopo e a geografia. Eles sabem de mulheres com pulso de coronel, viúvas, casadas ou solteironas, sedutoras ou viragos, a comandar as vidas humanas a seu redor. Sabem também de padres e de um bispo mandões, donos dos fiéis, do seu trabalho e do seu voto. E eu sei de um cacique, mais do que anticlerical, ateu, leitor de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Fidalgo de Almeida e Guerra Junqueiro, que escrevia sonetos satíricos e malcomportados e os publicava em folhetos. E de um tio-avô que, exportador e importador, era em tudo um coronel sertanejo numa então pequena cidade portuária, onde dava as

ordens e elegia quem queria, e que, ao mandar os meninos de férias para a serra, os fazia acompanhar por seu batalhão de jagunços a cavalo, de cartucheiras cruzadas no peito e armados de revólver, rifle e punhal. Como o coronel Chico Heráclio, também o meu tio, que tinha nome de rei, José III, usava o cinto por fora dos passadores da calça. Ou das arreatas, como se diz no Nordeste.

Marcos Vinícius Vilaça, que compôs os quatro retratos, não encheu o fundo de pessoas, animais, casas e objetos. Pôs no palco ou na paisagem apenas o que era necessário. Tampouco demorou-se nos pormenores das feições e maneiras de cada um. Ficou no essencial, que bastava para a fidedignidade do retrato. Não pintou, portanto, como Frans Hals ou Van Dick; pintou como Modigliani, a selecionar os traços, os volumes e as cores que marcavam uma presença, e a revelá-la com piedade e ironia. Descreve. Narra. Com a exatidão de que podemos ser capazes. Deixa ao leitor o julgamento e a denúncia.

Foi possível a Roberto Cavalcanti de Albuquerque sintetizar com rara inteligência e sentido de futuro um mundo que sentia apagar-se, e a Marcos Vinícius Vilaça, escrever o que definiu como quatro “perfis sociológicos”, porque trataram diretamente com as personagens principais e com os comparsas das histórias que nos contam e das situações sociais que analisam. O volume e a riqueza do material que recolheram – desde as entrevistas com os coronéis à leitura minuciosa dos jornais – fazem com que este não seja um livro surgido de outros livros. Nele, não é, portanto, o eco o que ouvimos, mas, sim, as vozes dos que então falavam e hoje reclamam ser história.

Este livro apontava para o declínio dos coronéis sertanejos – o que se materializou nas duas décadas de governos militares. E anunciava, ao analisar a passagem do voto-de-cabresto para o voto-mercadoria, que o clientelismo, no interior do Nordeste, se cobriria de novos trajes. Mudam-se os tempos, mudam-se as roupagens. Sempre foi assim – argumentariam os nossos dois autores. Desde o início da saga dos homens sobre a terra, para fingir que se foram da cena, o domínio exclusivista e a arbitrariedade na política, a exploração econômica, a intolerância intelectual e o autoritarismo familiar têm-se vestido e ataviado com novas roupas. Mas a tesoura que as corta e a agulha que as cose parecem ou são as mesmas.

2.

GILBERTO VELHO

A nova edição de *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste* é extremamente oportuna e bem-vinda. Revista e aumentada, apresenta não só dados novos e atualizados como outras reflexões com apreciável enriquecimento em relação às anteriores. Trata-se de obra pioneira e que está longe de ter esgotado o seu potencial de contribuição para a interpretação da sociedade brasileira. É um trabalho que tem, entre os seus méritos, apresentar uma pesquisa socioantropológica fascinante e original sobre quatro *coronéis* do alto sertão e do agreste pernambucano. A partir do trabalho de campo, produz uma reflexão sólida que lida com as ambigüidades e paradoxos do fenômeno do coronelismo, escapando de qualquer reducionismo ou esquematismo.

Um dos aspectos mais importantes dessa análise sobre continuidade e transformação social é a percepção do complexo papel dos *coronéis* como mediadores. Com todas as diferenças individuais e cronológicas, além de exercerem o seu poder, de modo mais ou menos arbitrário, estabelecem alianças e canais de comunicação com diferentes esferas e instituições da sociedade, gerando um trânsito sociocultural que pode, como mostram os autores, minar as próprias bases de sua autoridade. Nesse sentido, este trabalho contribui, de modo decisivo, para uma visão sofisticada e complexa do mandonismo e da vida política em geral. Dentro da história do pensamento social brasileiro, leva-nos a aproximações e comparações com as obras clássicas de Gilberto Freyre, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro e Maria Isaura Pereira de Queirós, entre outros.

Antropólogo, doutor em Ciências Sociais pela USP (1975), professor titular de Antropologia Social do Museu Nacional (da UFRJ). Autor de *A utopia urbana* (1989), *Individualismo e cultura* (1999), *Subjetividade e sociedade* (1989), *Projeto e metamorfose* (1999) e *Nobres & anjos* (1998). Organizou, entre outros livros, *Desvio e divergência* (1989), *Arte e sociedade* (1977), *O desafio da cidade* (1980).

Vale salientar que as quatro situações de domínio do coronelismo investigadas apresentam um riquíssimo painel não só sobre a vida política propriamente dita mas, em termos mais amplos, sobre relações e dimensões culturais. São investigados valores, hábitos e atitudes na melhor tradição histórico-antropológica. É justamente essa perspectiva que dá ao livro a sua grande atualidade, pois levanta, explícita ou implicitamente, importantes questões sobre a própria atividade de pesquisa, suas possibilidades e seus limites, diante de mudanças objetivas e subjetivas que afetam tanto o universo investigativo, como os próprios investigadores.

O livro, portanto, é particularmente importante, com especial destaque nessa edição, na sua contribuição para os estudos de mudança social. Nos últimos quarenta anos, muitas transformações, mais ou menos profundas, ocorreram no Nordeste estudado por Marcos Vinícius Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, que já na primeira edição as percebiam e colocavam como foco privilegiado de sua atenção. Em função dos movimentos migratórios, da urbanização e da modernização em geral, este quadro acelerou-se e tornou-se mais agudo, associado a graves problemas socioeconômicos examinados com perspicácia pelos autores. Nesse período, muitos cientistas sociais se debruçaram sobre o Nordeste investigando a questão agrária, a política, a vida na cidade, os movimentos sociais, entre outros temas. Com certeza, *Coronel, coronéis* é um marco altamente significativo nessa área de estudos, devendo tornar-se cada vez mais uma referência básica. A qualidade do livro é ainda mais expressiva e valorizada pela clareza e precisão de linguagem.

Do *Tico-Tico* aos dias de hoje

ARNALDO NISKIER

Por que o brasileiro lê tão pouco? Na verdade, a média de dois livros por habitante é muito pequena, se compararmos com países europeus como a França e a Inglaterra, em que essa média é, respectivamente, de oito a nove livros por ano.

Uma das explicações primárias pode ser buscada na falta de hábito. O prestígio da televisão é cada vez maior, com as crianças passando 4 e 5 horas diárias diante do aparelho, o que irá colaborar para torná-las menos cultas. Outra causa é o preço do livro, muito caro para os nossos padrões atuais.

Campanhas como o *Leia Brasil*, com apoio da Petrobras, são abençoadas. Já vi o caminhão da cultura em diversos lugares, inclusive no interior do Brasil, numa ação verdadeiramente patriótica de incentivo ao gosto pela leitura. O projeto chegou à Academia Brasileira de Letras, desde 1997, quando tiveram início as Visitas Guiadas. Estudantes de escolas públicas desembarcam dos ônibus alugados pelo projeto, para um *tour* pelas dependên-

Professor,
educador,
conferencista.
Sua obra chega a
uma centena de
títulos, sobre
educação
brasileira,
filosofia e
história da
educação,
administração
escolar,
tecnologias de
ensino, obras
didáticas e de
literatura
infanto-juvenil.

cias da Casa de Machado de Assis, a fim de conhecer seus mistérios e sua magia, popularizando o acesso àquela instituição secular. Isso é extremamente positivo.

Com a experiência pessoal de leitor da revista *Tico-Tico*, por ela formado no amor à literatura brasileira, posso afiançar que ela marcou época. Nascida em 1905, no Rio de Janeiro, sobreviveu até 1956, alcançando cerca de 2 mil números. Sou proprietário de 1.500 dessas revistas, praticamente o dobro do que possui a Biblioteca Nacional, onde normalmente se guardam essas preciosidades. O projeto foi todo informatizado pela DOC-PRO.

Hoje, para preservar as revistas *Tico-Tico*, que estão na Editora Consultor, bem assim 187 ilustrações originais que foram igualmente adquiridas, desenvolvemos o projeto de CD-Rom, com apoio da Funarte.

As aventuras de Reco-Reco, Bolão e Azeitona ou mesmo do Zé Macaco, com as prodigiosas ilustrações de Luiz Sá e outros gênios da arte brasileira, são de uma pureza única, além de primarem pela orientação de um nítido conteúdo pedagógico, hoje raramente existente. Aliás, vale frisar que *Vida Infantil* e *Vida Juvenil*, que lançaram o clássico pintor Joselito nas ilustrações, tinham esse mesmo e elogiável estilo. Sabem por que aprecio essas histórias? Simplesmente porque têm gosto de raiz, sabor de Brasil.

Desse mesmo conjunto faz parte a revista *Recreio*, em que estiveram Ruth Rocha, Sônia Robatto e Waldir Igayara e que chegou à tiragem de 1 milhão de exemplares. Depois, houve a experiência de *Bloquinho*.

Quando entrou em cena a televisão, na década de 50, não terá sido essa a causa de derrocada do gênero? Houve um hiato, voltando o espaço das revistas e dos livros daí decorrentes a ser ocupado por artistas como Ziraldo, Rui de Oliveira e Maurício de Souza, craques internacionais do gênero que hoje a televisão não consegue abafar. Ao contrário, ela agora procura a adesão desses artistas ao gênero, o que explica o contrato da Turma da Mônica com a Rede Globo de Televisão.

~~ Guia dos ilustradores

Numa visita à FNAC, em Paris, no ano de 1987, quando presidente da Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, deparei-me com um documento muito bem elaborado em que estavam contidos os maiores e melhores ilustradores franceses. Ocorreu-me a idéia de elaborar o *Guia Brasileiro de Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil*, com apoio na Lei Sarney. E assim foi feito.

Temos, num livro de capa dura, elaborado com grande cuidado e muito carinho, a relação dos nossos principais ilustradores, em geral esquecidos, embora mereçam o reconhecimento da nossa sociedade, sendo muitos deles premiados internacionalmente.

Lembro disso porque me espanta o fato de se ter feito apenas uma edição da obra, que tem um nítido valor histórico. Não seria o caso de o projeto *Leia Brasil* reeditar o livro que faz justiça aos nossos grandes ilustradores?

~~ Presença na educação

Como presidente da Academia Brasileira de Letras, em dois mandatos sucessivos, procurei valorizar a literatura infantil e juvenil, o que faço também como autor de 23 livros para crianças. Tenho também o embrião de um projeto envolvendo o inesquecível Viriato Correia, além de estimular o uso dos espaços culturais da ABL, em especial a Sala José de Alencar e o Teatro R. Magalhães Jr., este com 350 lugares, para a apresentação de peças para o público infantil. De Rachel de Queiroz, encenamos *O menino mágico*, com grande sucesso.

Vale a pena referir aqui a uma carência inexplicável, no campo pedagógico. Por que não existe a obrigatoriedade, nos cursos de formação de professores, da ministração de uma disciplina com o nome de Literatura Infantil e Juvenil? Lembro que, no Instituto de Educação (antiga Escola Normal) isso chegou a ser feito, mas sem a necessária continuidade. Agora que, por iniciativa do Conselho Nacional de Educação, onde estive por dois anos, há todo um clima fa-

Ano I

RIO DE JANEIRO, — QUARTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1905.

Nº 2

TICO-TICO

UM FATAL ACONTECIMENTO!



Instigado com as vadiagens da Mousa, Lílio resolve amarrá-lo ao braço da cadeira.



Nisto entra uma visita de cerimônia — o dr. Tancinha Tugnacchia.



O dr. Tancinha Tugnacchia, recebido com toda a etiqueta, vai sentar-se, quando Lílio desaparece.



A Mousa corre para Lílio, arrastando a cadeira e fazendo-o cair; o dr. Tugnacchia assenta no chão, estorvando a cadeira e sustentando os ladrilhos.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO. Rua do Ouvidor, 189 — RIO DE JANEIRO
[Publicação d'O MAIS] TIJOGUE: 20.000 EXEMPLARES

Número avulso 200 reis

Capa da revista *Tico-Tico*, Ano I, nº 2, 18 de outubro de 1905.



Capa da revista *Tico-Tico*, exemplar de 1956. (Coleção da Editora Consultor)

vorável à reformulação desses cursos, inclusive com a implementação dos Institutos Superiores da Educação, por que não se faz um esforço no sentido de oferecer o necessário *know-how* para que se corrija essa falha lamentável?

É claro que se a idéia vingasse, a ela se poderia acoplar a elaboração de materiais de apoio impressos e de multimídia, com a clara intenção de servir de auxílio aos professores que se encarregarão de sua ministração. E logo complemento com a lembrança da modalidade da educação à distância, hoje alvo do interesse oficial, e que poderia servir de instrumento precioso e insubstituível para a divulgação da inovação pedagógica por todo o País. Como imaginar que a TV Educativa, por exemplo, seria insensível a esse reclamo?

~~ Parceria

As parcerias estão na moda e são necessárias. Por que não pensar em outras possíveis parcerias, como vimos em recente viagem aos Estados Unidos? Um imenso projeto, encabeçado por um cartão de crédito, junto a um grupo de *shopping centers*, prometendo a distribuição gratuita de livros infantis se uma determinada quantia em compras fosse alcançada num período x de tempo. Cumprido o tempo e obtida a meta, crianças de escolas públicas em regiões carentes são aquinhoadas com livros de qualidade, para enriquecer o seu aprendizado. A pergunta é simples: se eles podem, por que aqui não se faz o mesmo?

~~ Um complemento

Acompanhei de perto a experiência do Mobral, junto ao Ministério da Educação. Chegou a alfabetizar 5 milhões de brasileiros, por intermédio dos seus 100 mil alfabetizadores. A seqüência se fez num programa de semi-qualificação profissional: 1 milhão de pessoas atendidas, praticamente em todos os nossos Estados. Esse descompasso entre 5 milhões e 1 milhão na continuação do programa trouxe uma gravíssima consequência: por desuso, 4 mi-

Ilhões de brasileiros, três anos depois, regrediram ao estágio anterior de analfabetismo.

É o meu receio, como educador, em relação ao grande programa de distribuição de livros didáticos que promove o Ministério da Educação. É preciso que se continue a distribuir os livros básicos, nas matérias oficiais, mas defendendo a idéia de que é preciso ampliar (e muito) o programa de Salas de Leitura, nas Secretarias de Educação.

São comprados milhões de livros didáticos de Matemática, Ciências, Língua Portuguesa, etc. São comprados milhares de livros considerados paradidáticos. Essa diferença entre milhões e milhares é que causa preocupação. Uma cultura não se forma apenas com livros didáticos, mas também com os seus complementos literários, especialmente na faixa etária em que é possível estimular o gosto pela leitura. O contato com o livro, mesmo antes de dominar a leitura, abre, no cérebro da criança, uma grande riqueza na sua expressão verbal. É um esforço que deve ser feito, de toda forma, antes mesmo dos sete anos de idade.

~~~ Língua Portuguesa

Ao tomar posse, pela segunda vez, na presidência da Academia Brasileira de Letras, prometi que faria de 1999 o ano da língua portuguesa. Qual o sentido dessa iniciativa? Na verdade, há uma enorme preocupação com o fato de que se escreve muito mal em nosso país e se fala pior ainda.

Isso é falta de leitura, a existência de um pequeno número de bibliotecas públicas (cerca de 4 mil, num país que tem mais de 5 mil municípios), a falta de maior incentivo oficial à publicação de novos livros, os preços excessivos dos nossos serviços gráficos, a falta de um plano estratégico de valorização do gosto pela leitura ou de uma política nacional do livro.



Porto de Sevilha, séc. XVI.

Pintura de Francisco Pacheco
(Museu da América, Madri)

O sigilo nos Descobrimentos

JOÃO DE SCANTIMBURGO

A Sergio Corrêa da Costa

Devemos saltar no tempo, para irmos buscar as origens da colonização portuguesa na América. Portugal se preparou tenacíssimamente para a grande empresa. Estudando-se os descobrimentos no quadro da História Portuguesa, vemos que sucessivos monarcas porfiaram na consecução do grande objetivo. A Escola de Sagres se destacava como a mais adiantada tecnologia náutica da época. Fazendo do sigilo a norma de seus trabalhos, a Escola de Sagres engendrou o desvendar do caminho das Índias e o Brasil.

Se todas as teses sobre a legenda do Infante Dom Henrique tem importância para a História e o historiador, pode-se afirmar, no entanto, que a tese do sigilo na política dos descobrimentos e o eixo de ação que fez de Portugal, pequena, minúscula nação, grande potência marítima, nos séculos XV e XVI. Foram as razões de Estado que levaram o Infante Dom Henrique e Dom João II, genial condutor de

Jornalista, ensaísta, historiador, autor de *Tratado geral do Brasil*, *Introdução à filosofia de Maurice Blondel*, *No limiar de novo humanismo*, entre outras obras. Baseou-se, neste capítulo, no alentado estudo de Jayme Cortesão, *Os descobrimentos portugueses* (Editoria Arcádia, sem data e sem indicação da cidade onde foi editada a obra).

seu povo, um dos grandes príncipes da Europa, a esconderem, quanto lhes foi possível, a política dos descobrimentos, e os instrumentos de que se serviam, para executá-la. Quem especula sobre a vida do Infante Dom Henrique e do Príncipe Perfeito; quem analisa as atividades a que se aplicaram, para dotar a nação portuguesa de forte estrutura econômica, fazendo-a expandir-se, ao mesmo tempo, até onde pudessem chegar os seus súditos, a aspiração à grandeza e a fé em Cristo, à qual foi sempre fiel o grande Portugal; quem o faz verifica que eles praticaram a determinação de sonegar ao mundo conhecido, sobretudo aos seus competidores de Castela e Aragão, Veneza, Gênova e Florença, os estudos, as descobertas, as invenções, as pesquisas, graças aos quais puderam contornar a África, puderam vir até ao Brasil, puderam dobrar o Continente Americano e entrar no Pacífico.



Em todas as épocas históricas, as razões de Estado impuseram o sigilo. O Infante Dom Henrique e Dom João II não fizeram mais do que seguir um costume largamente usado por chefes de Estado. Em nossos dias vimos, na competição pelos descobrimentos siderais, a União Soviética e os Estados Unidos manterem o sigilo mais rigoroso em torno de suas pesquisas científicas e de suas aplicações técnicas, para investigar o universo. Sabiam os norte-americanos que os russos dedicavam-se ao estudo dos foguetes interespaciais, mas no dia 4 de outubro de 1957, quando o primeiro *Sputnik* foi lançado à estratosfera, colocando-se em órbita, a América se tomou de estupefação e espanto, sofrendo o seu povo um rude golpe, tanto mais rude se levarmos em conta que se considerava ele muito superior aos soviéticos. A União Soviética mais do que os Estados Unidos mantém no maior sigilo as suas invenções, as suas descobertas e as suas pesquisas. O segundo *Sputnik* não causou menor espanto ao mundo e, especialmente, ao povo norte-americano, espanto que ainda mais aumentou quando os russos anunciaram que despachariam um foguete para a Lua, e acertaram o alvo, plantando no satélite da Terra a bandeira soviética. Os cientistas



Infante Dom Henrique, o Navegador
Fundador da Escola de Sagres
Miniatura do manuscrito português
“Crônica da Conquista da Guiné”
(Bib. Nationale de Paris, seção de Manuscritos)

russos trabalham em regime de rigorosa clausura. Segregados do meio social, pertencem a um mundo à parte, a fim de que não só se dediquem plenamente aos fins para os quais foram recrutados, como, também, não transmitam, ou não tenham a fraqueza de transmitir a ninguém, os segredos de que são portadores. É a política do sigilo, levada ao extremo. Enquanto isso os americanos confiam na consciência de seus cientistas, e, como sabemos, já foram várias vezes traídos.

Impressionamo-nos que sejam punidos com a morte os que violaram o sigilo das descobertas científicas a que se ligaram, ou foram presos. Mas, as razões de Estado são implacáveis, e a política do sigilo é a cinta de proteção atrás da qual guardam as nações os seus êxitos científicos. Executam-se hoje cientistas traidores, como antes e depois do Infante Dom Henrique. No século XV, confinavam-se pilotos, os guias das caravelas; hoje confinam-se cientistas, os guias dos engenhos que afuroam os espaços. Pode-se afirmar, diz Jayme Cortesão, “que Dom Manuel e Dom João III não foram os inventores da tática de confinar os pilotos ao serviço próprio”. “Garcia de Resende, o melhor informado dos cronistas, neste particular”, acentua Jayme Cortesão, “mais uma vez nos põe no rastro dessa prática e dos meios utilizados por aquele monarca, para impedir que os pilotos portugueses se evadissem para o estrangeiro e, com eles, o segredo da náutica e da nova geografia econômica”. A esse respeito, Garcia de Resende nos conta, na sua *Crônica de Dom João II*, uma história que poderia ser narrada a respeito da União Soviética em nossos dias. “Um piloto e dois marinheiros fugiram para Castela, com dinheiro da Mina, furtado, e com a intenção de desservirem a el-Rei, que tanto que o soube teve tal maneira que dentro de Castela os houve à mão. E trazendo-lhes todos, foi sabido das irmandades que por muitas partes espalhados vieram após eles. E os que os traziam, sentindo os que vinham e vendo que não podiam trazer todos sem muito risco e suas pessoas se embrenharam numa grande mata e mataram os cavalos para não rincharem, e aos dois marinheiros cortaram as cabeças, que trouxeram, e ao piloto, depois da terra segura e as irmandades idas, trouxeram andando de noite com anzolos na boca, por não falar e vieram com ele a Évora, onde



logo foi esquartejado. Por onde nenhum ousava de ir como não devia, porque não sabiam onde pudessem escapar a el-Rei.”

É uma história sombria. O historiador Jayme Cortesão tacha-a de horripilante. Ao mundo de hoje mudaram os métodos. Faz-se a tortura psíquica, a devassa do foro íntimo, e se condena, mesmo à morte. É como se conserva o sigilo na política dos descobrimentos. As democracias têm uma estranha vocação suicida, e não raro, no seio delas, e mais de uma vez se viu ser assim, desvendam-se segredos de Estado, sem que os culpados sejam punidos. Mas a regra é outra, é a da punição até com a morte. Foi graças à quebra do sigilo que os russos vieram a ter, logo depois de agosto de 1945, a bomba atômica, como também foi graças ao sigilo que os americanos deixaram o mundo estupefato naquela data sinistra, lançando sobre Hiroshima a primeira bomba nuclear, que poria fim à guerra, com a rendição incondicional do Japão. Dizia Chesterton, com razão, que a História não se repete; são os homens que fazem hoje o que fizeram ontem e farão amanhã o que fazem hoje. Os modernos, como os enviados d’el-rei, vão buscar seus inimigos onde eles se encontram. Não defendo os modernos, nem critico Dom João II. Situo a política do sigilo, com as suas implicações, os seus castigos, as suas penas, na esfera das razões de Estado. Quer se queira, quer não, os chefes de Estado, segundo a escola de Maquiavel, procuram desvendar o sigilo, sem anunciar-lo. Nos séculos XV e XVI, como em outros séculos, antes e depois, não se procedia diferentemente, senão em acidentes. Substancialmente, os objetivos eram e são os mesmos.

Era Portugal uma pequena nação. Os seus bravos filhos, a sua Casa reinante, tinham o sentido da grandeza e procuraram explorá-lo ao máximo de suas possibilidades. Nação que lutava com enormíssimas dificuldades econômicas – pois a aventura do mar custava muito dinheiro, um dinheiro que a nação não possuía, – tinha a sua Casa reinante de largar-se, no entanto, em que pese ao paradoxo, ainda mais pelos mares, a fim de procurar abastecimento, riqueza e, por via de consequência, poder. “No Portugal, primitivo”, diz Damião Peres, “a produção industrial, se se exclui as das marinhas de sal, mal bastava às mais elementares necessidades da vida quotidiana. Por escassas que fossem e, de

fato, o eram, as aspirações de conforto ou de luxo então existentes, só pelo comércio de importação poderiam

Não surpreende, por isso, que um autor da metade do século XII assinale a presença de mercadores portugueses num dos grandes centros comerciais do Levante fornecedores de produtos ricos — a célebre feira de São Demétrio em Tessalônica. Estavam, então, os portugueses, na vanguarda em matéria de comércio e de navegação. A “bolsa” de mercadores do tempo do rei Dom Diniz, a primeira companhia de seguro marítimo mútuo, criada por Dom Fernando, a carta de privilégio de 6 de junho de 1377, do mesmo rei, são peças de um só plano que a dinastia de Avis pôs em prática, para formar o conjunto que iria possibilitar ao Infante Dom Henrique, ao rei Dom João II e a Dom Manuel os caminhos do mar-oceano. Um dos dispositivos da carta de privilégio de 6 de junho de 1377 permitia o livre uso de madeiras das matas da Coroa por quem quisesse construir navios. Os pinhais da Leiria, plantados por Dom Diniz, significavam uma antevista. As caravelas iriam fazer-se com as suas madeiras. As dinastias têm o valor histórico de serem contínuas. A tradição, que é uma força de coesão social, não sofre as síncopes que se observam nos regimes rotativos, onde se perdem energias preciosas, pela superstição da mudança, tantas vezes desnecessária. Não fossem a Casa de Avis e a Casa de Bragança, as dinastias que descerraram novos horizontes à convivência humana, à consecução da riqueza, à glória do cristianismo, e talvez outra fosse a face da terra.

Todos os que são providencialistas na História vêm a mão da Providência na escolha de Portugal para a formidável obra dos descobrimentos. Foi Portugal estimulado pela tentação da riqueza. Era econômico o móvel da sua expansão, sem dúvida. Mas não somente econômico. “Aos estímulos oriundos do mundo da economia”, acentua Damião Peres, “cumpre acrescentar aqueles que, como forças espirituais, os vivificavam — os de natureza científica e religiosa. A curiosidade científica foi decreto um não despiciendo fator da expansão portuguesa, pois que os estudos cosmográficos eram objeto de viva atenção em Portugal, já na primeira metade do século XIV; porém muito mais atuou, sem dúvida, o pensamento de cruzada, que reacendia a secular tradição portuguesa



da luta contra os muçulmanos, no fragor do qual se forjara a estrutura da nação". Não é fácil ao homem do século XX, neste século de triunfo incontestável do naturalismo e do racionalismo, para os quais Deus não existe independente do homem, mas é pensado pelo homem; é difícil imaginar-se o ardor da fé de um homem do século XV, sobretudo um membro da Casa reinante. Mas a empresa de Portugal no mundo, a sua gloriosa empresa, se foi econômica, pois a nação precisava viver, crescer, desenvolver-se, prosperar, foi também, e sobretudo, espiritual. Os versos de Camões nada têm de poeticamente fantasioso. Os portugueses saíram pelos mares, para dilatar a fé e o Império. O Infante Dom Henrique, nutrido de fé, cumpria o seu dever, a sua fidelidade à Igreja. Os príncipes católicos de Portugal foram cavaleiros de Cristo, dedicados, na plenitude do ardor religioso, da fé, que vence montanhas, aos mandamentos de Cristo. Azurara, cronista da intimidade do Infante, diz-nos quais foram as razões que levaram Dom Henrique a corporificar as suas aspirações. Eram, primeiro, saber a verdade sobre o que haveria para além das Canárias e do Bojador; segundo, averiguar se haveria algum reino de cristãos e bons portos para o comércio exterior de Portugal e trocas de país com país; terceiro, conhecer o poderio dos mouros na África, isto é, dos infiéis, com os quais teria de se haver; quarto, queria ver se encontraria príncipes cristãos, para formar com eles, contra os inimigos da sua fé; quinto, no seu pitoresco linguajar, "acrescentar, em a Santa Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar".

A obra do Infante, os seus propósitos, como os de seus príncipes e reis, em todas as épocas, foi sempre essa, a de aumentarem o reino de Deus na terra, com a incorporação de novos crentes. Era um homem de fé, o Infante Dom Henrique, e um ardente nacionalista, e só por ser homem de fé e amar a sua terra pôde realizar a obra que o consagrou como a mais alta figura da galeria de descobridores, e um dos príncipes que mais contribuíram para alargar os horizontes do homem no mundo e a sua visão para a eternidade. A grande nação, que deu o Condestável Santo, poderia dar e deu o Santo Descobridor. É da essência do cristianismo encarar e tomar o homem na perspectiva do realismo. A

natureza humana é decaída. O dogma do pecado original apresenta-nos o homem na sua natureza humana, verdadeira. Pode redimir-se, e se redime pela fé, mas tem que reagir sempre às tentações da queda. O tempo de Dom Henrique e de Dom João II estava, ainda, nutrido pela Escolástica, isto é, pela filosofia do realismo aristotélico-tomista.

O Infante Dom Henrique era o homem de fé, que crê no seu próximo, feito à imagem e semelhança de Deus, mas que deve lutar sempre para não resvalar de sua crença profunda. Para defender os interesses de seu povo, de sua nação, de sua dinastia, de seu reino, escudou-se no sigilo. “As espadas do Mestre de Aviz e o Condestável Nuno Álvares Pereira, vão tornar-se, nas mãos poderosas do Infante, o leme das caravelas.” “Mas Aljubarrota continua. E em guerra como na guerra, o plano das operações é e tem de ser secreto.” Esse era o ponto de apoio da ação do grande príncipe, para não se deixar vencer pelos seus inimigos políticos, no plano dos interesses do Estado, e os espirituais, no plano dos interesses religiosos. Não se dissocie nunca – insistimos – o empreendedor, o capitão dos descobrimentos, o príncipe das geniais iniciativas, do homem de fé, alimentado nas moradas do Senhor. Recusamo-nos a ver na epopéia dos descobrimentos tão-somente o móvel econômico, como fazem, à distancia, marxistas voluntários ou involuntários, embora os interesses econômicos desempenhassem papel ativo e saliente na obra dos príncipes que a realizaram. “Crente sincero e profundo”, aduz ainda Damião Peres, “excelente soldado, inteligência aberta à curiosidade científica, homem prático, mas não mesquinho, o Infante Dom Henrique possuía, em admirável equilíbrio, qualidades que, completando-se, constituiriam uma personalidade forte; e porque em alto grau teve também qualidades de organizador, metódico e persistente, sabendo ordenar os problemas e escolher os colaboradores. Dom Henrique tinha o arcabouço de um grande estadista – e isso foi, gloriosamente.”





Conjugaram-se em Portugal a vocação marítima de seu povo, a fé maravilhosa de sua gente e de seus príncipes, e o genial senso de oportunidade de dois membros da dinastia reinante, Dom Henrique e Dom João II. Seria longo historiar, ainda que em esboço, o plano dos descobrimentos, os objetivos do infante, a obra de Dom João II, o Príncipe Perfeito, inclusive a sua participação sagaz na elaboração do Tratado de Tordesilhas. O que se deve ter em conta no estudo da época henriquina é o sigilo que, a nosso ver, foi fundamental na façanha dos descobrimentos portugueses. Os veículos espaciais que hoje, em segredo, se constroem, correspondem ao que eram, no século XV, as caravelas portuguesas. “Temos”, diz Jayme Cortesão, “muito sólidas razões para acreditar que, durante o primeiro quartel do século XVI, um certo tipo de caravela, que os documentos referidos designam, por via de regra, caravela latina, constituía uma criação original da arte de construção naval portuguesa, especialmente adaptada a singrar junto de litorais muito articulados. Não podiam, nem poderiam os portugueses vender ou divulgar o segredo da construção. Equivaleria a perder a hegemonia dos mares e a possibilidade dos descobrimentos, que era antevista pelo Infante. Por isso, por esse fundamental motivo, as Ordenações Manuelinas o proíbem: ‘mandamos e defendemos’, dizia o Código, ‘que nenhuma pessoa de qualquer condição que seja não venda aos estrangeiros, caravelas [...] nem as vá fazer ao estrangeiro’.”

Como vimos, a sanção contra os violadores da lei era severa. Cobrava-se a vida de quem o fizesse. A caravela era um segredo, e segredo, deveriam ser, igualmente, por via de consequência, as cartas de marear, dos roteiros, do valor do grau, dos regimentos e das coordenadas. “Se o Infante Dom Henrique”, diz ainda, a este respeito, Jayme Cortesão, “e os dirigentes portugueses que se lhe seguiram proibiram a venda de caravelas ao estrangeiro, mandava a lógica que se opusessem igualmente à saída de capitães, pilotos, cosmógrafos e cartógrafos, encarnação viva da marinharia e da ciência náutica portuguesa e, com eles, dos roteiros para as novas terras, das cartas de marear e de tudo o que ensinasse a nova ciência da posição e direção do navio pela altura dos astros e, mais que tudo, ao do sol do meio-dia.”

O Estado era então ciumento de seus recursos náuticos e geográficos, para atingir o objetivo de alcançar a expansão econômica e se assegurar de uma posição espiritual do mundo de então. Eram os dois meios de conquista, aos quais Portugal poderia e deveria se atirar para contrabalançar a sua exigüidade territorial e o seu frágil poderio econômico. Uma faixa de terra, com rala população, havia de ter o heroísmo como estímulo e ideal, e a ambição como decisivo móvel de suas ações, ambição que pode ser mesmo santa. Todos os povos bateram-se, sempre, pelo menos por um deles, o econômico, e, algumas vezes pelo outro, e muitas vezes por ambos. No mundo moderno, as democracias se depauperam sem a força interior que as anime na luta contra os seus inimigos, enquanto o comunismo e, ainda, um movimento religioso, de religião atéia, seduzindo milhões de pessoas com as promessas do reencontro do paraíso perdido e a posse da terra, que anunciam enfim livre de todas as alienações.

Portugal lutou, bravamente, na aurora do mundo moderno por uma idéia e um ideal, lutou pela consecução da riqueza, a fim de que seu povo tivesse, segundo o direito natural, uma vida melhor e mais feliz, mas lutou, também ou sobretudo, pelo “estandarte de todas as nações”, pelo reinado espiritual de Cristo. Quando os estudos geográficos, geopolíticos, cartográficos, técnicos, como era possível à técnica do tempo, colocaram os portugueses em face do desconhecido, de cujo véu já levantavam a ponta da perscrutação, a Casa de Aviz, por meio de seus membros, reservou, para um reino de rara vocação, a glória de fazer o descobrimento de novos caminhos da riqueza e novas terras para nelas plantarem a bandeira da fé. Insistimos neste ponto, por tê-lo como fundamental. O Infante Dom Henrique, o rei Dom João II agiram sabiamente em defesa dos interesses de sua nação. Faltaram, sistematicamente, no mais justo dos propósitos com a verdade, nos cálculos e nas disposições geográficas, para que outros não viesses a saber até onde haviam chegado nos seus estudos. Colombo, com todo o seu tirocínio, foi ilaqueado por Dom João II, e convinha que o fosse.

O sigilo era a chave dos descobrimentos. Se cometessesem indiscrições, os portugueses seriam vencidos pela competição com os castelhanos. “Encontra-



mo-nos agora aptos a compreender”, diz Jayme Cortesão, “no seu oculto significado, os respectivos erros de latitude dos lugares de África, cuidadosamente consignados, por um dos Colombos, nas suas notas, como resultado de observação da altura do Sol ao meio-dia, pelos portugueses.” O Príncipe Perfeito enganara Colombo, no que fizera muito bem. É provável que hoje, americanos, ingleses, franceses, russos e alemães, tenham sido, também, enganados, e continuem se enganando uns aos outros. O esforço que os portugueses haviam feito, o custo elevado das pesquisas, com todas as dificuldades do tempo, os progressos que haviam sido feitos, não deveriam ser malbaratados, notadamente na época em que os descobrimentos garantiam a posse da terra.

De todas essas considerações, verifica-se que Portugal seguiu uma política nacional de sigilo nos descobrimentos, sonegando todas as informações que pudessem revelar aos castelhanos e aragoneses, súditos dos reis católicos, aos genoveses e venezianos, as informações que possuíam, os estudos que haviam feito, as pesquisas a que haviam chegado sobre as rotas marítimas, as terras das quais se imaginava virem a ter notícia. Era preciso defender os interesses da nação portuguesa, de seu povo, de sua história e de sua vocação marítima e descobridora.

Vários historiadores não estão de acordo quanto à intensidade e constância da política do sigilo na era dos descobrimentos. Não sevê, com igual medida de julgamento a importância do sigilo. O historiador Damião Peres não concorda, totalmente, com Jayme Cortesão, que foi o mais afirmativo defensor da tese do sigilo nos descobrimentos: “Em Portugal, as esferas governativas esforçaram-se por manter secretos os progressos da ciência astronáutica, o exato traçado das vias marítimas e o mundo de pormenores da navegação com que cada piloto, aumentando o seu saber pessoal, enriquecia simultaneamente o valor da classe. A extensão e intensidade das providências dirigidas a um tal fim são objeto de controvérsias, entre os autores que dessa ‘política do sigilo’ se têm ocupado. Jayme Cortesão, por exemplo, crê-a intensamente praticada já nos tempos do Infante Dom Henrique, e conta entre os reflexos dela certas anomalias perceptíveis, nos relatos das crônicas relativos à expansão ultramari-

na de Portugal. Costa Pimpão, quanto a esta opinião, e Duarte Leite, quanto àquela, desenvolveram vigorosa argumentação. Um exame objetivo do debate leva a aceitar que a ‘política do sigilo’ foi, de fato, praticada em Quatrocentos e Quinhentos, os dois séculos áureos da expansão marítima de Portugal, não, porém, numa intensidade constante, quer na sua incidência geográfica, quer na sua incidência náutica. Por outro lado, não poucas vezes a ação governativa se viu frustrada pelas defecções individuais – insofridas ânsias de engrandecimento, despeitos pessoais e até o intento de escapar a justas punições. Isso, sem falar na natural tendência para a difusão, que é própria de todo o conhecimento científico. Por tudo isso numerosos portugueses vieram a colaborar em empreendimentos estrangeiros. Censurável, muitas vezes do ponto de vista patriótico, essa colaboração foi, porém, meritória, pelo auxílio assim prestado a tantos empreendimentos úteis.”

O sigilo não poderia, evidentemente, guardar-se por longo tempo. Visava o Infante, visou Dom João II, garantirem para Portugal a prioridade, a primazia e, portanto, o direito de exploração de novas terras, incorporadas à Coroa, ou as rotas que levariam as suas caravelas para a terra das Índias, a terra das especiarias, isto é, da riqueza. É historicamente sabido que as expedições portuguesas foram ruinosas para o exaurido Tesouro do reino. Nem poderiam deixar de sê-lo. Portugal era um pequeno reino, sem recursos, de frágil e precária economia. A sua expansão, ademais das finalidades referidas ao longo de nosso estudo, tinha como objetivo o de fortalecer economicamente a nação, o Estado e os planos de expansão da Casa de Aviz. Estropiou-se o Erário português, mas Portugal realizou uma aventura soberba na história. Ao móvel econômico Portugal associou o fim espiritual. Toda a epopeia dos descobrimentos, a gloriosa empresa de Portugal, teve como objetivo o engrandecimento econômico da nação, a consecução da riqueza, mas também a fé ardente, que remove montanhas, e plantou no continente americano o “estandarte de todas as nações”. Na contextura dos descobrimentos, incluindo-se o sigilo, propuseram-se a Casa de Aviz, o Infante Dom Henrique, o Príncipe Perfeito, a maior glória de sua dinastia, de sua nação, de seu povo e de sua fé. É difícil



para os modernos o compreenderem, mas essa é a interpretação da história portuguesa e da ação de seus príncipes, os formidáveis agentes dos descobrimentos.

Temos defendido a tese segundo a qual deve o Brasil à Casa de Bragança a sua unidade, admirável como quer que a encaremos. Atribuímos, no caso, antes à ação política da monarquia portuguesa, do que religiosa, das ordens que para aqui se trasladaram, a força de coesão que manteve intacto o enorme território nacional. Foi graças à monarquia portuguesa, à instituição monárquica, que se associaram todos os esforços, da Coroa, com os seus interesses, dos portugueses e brasileiros, para sustentar a estrutura de uma terra imensa, que era cobiçada desde o seu amanhecer. Essa extraordinária ação culminou com Dom João VI, com Dom Pedro I e Dom Pedro II, três fatores de integração nacional, efetivamente integração, com todas as dificuldades, os percalços, os obstáculos do tempo. Quando se pensa que uma população rarefeita habitava os oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, aglutinados apenas pelo círculo de ouro da Coroa, é que se pode fazer idéia da grandeza de uma obra, a da monarquia portuguesa. Essa obra foi herdada. As dinastias se sucedem, mas as instituições ficam. A monarquia portuguesa, que iria desvendar o Brasil ao mundo, fundou-se, pois, na política do sigilo nos descobrimentos. Não entramos na querela do acaso, que é controvertida, mesmo porque somos antes pela intencionalidade. O acaso é contestado. O que importa é articular-se a política do sigilo com a possibilidade de ter Cabral recebido secretas instruções, as quais ele não teria transmitido – na lógica da orientação dos monarcas dos descobrimentos – a ninguém na armada, para se afastar das costas da África, a fim de ver se encontrava terra.

É uma hipótese. Há outras, mas o certo é que o sigilo favoreceu o descobrimento do Brasil e, por via de consequência, no encadeamento das causas e efeitos na História, a nossa dimensão territorial, a nossa herança lusitana, e todas as qualidades que lhes herdamos de velha civilização e cultura, entroncada no humanismo medieval. Com todas as malversações, com todas as distorções,

com todos os falseamentos, a civilização brasileira segue, ainda, a mesma linha da velha lusitania, a linha fiel à espiritualidade cristã.

Não há ações isoladas na face da terra. Causas engendram efeitos, e efeitos, causas. Do Infante Dom Henrique e do Príncipe Perfeito, Dom João II, aos nossos dias, cinco séculos passaram sobre a História. É pouco. Se alongarmos a vista e perscrutarmos esse longo período, veremos que foi sábia a política da monarquia portuguesa, no cumprimento de uma vocação que a Providência lhe traçou. Há cinco séculos o sigilo na política dos descobrimentos está justificado pelo Brasil. Não é pouco, nem se pode considerar inatual o tema. Esse mesmo sigilo iria possibilitar a colonização. Trinta e dois anos depois de descoberto o Brasil, descia em São Vicente a armada de Martin Afonso de Sousa. Cuidadosamente preparada, a viagem teve um fim a alcançar, a colonização cristã e a exploração econômica da nova terra. Não foi, estejamos convencidos disso, fortuita a escolha dos companheiros de viagem de Martin Afonso de Sousa. Todo um grupo da maior representação na nobreza do reino veio para São Vicente, e aqui, a partir do padrão português, iniciou a colonização, segundo a velha e reafirmada fidelidade de Portugal à fé cristã. A consciência do rei e de seus súditos, notadamente a nobreza, era submissa à fé, guardada pelo Papado. Não tiveram problemas de consciência os monarcas e seus súditos, que não fossem absolvidos na obra grandiosa da colonização e evangelização. Tomando o mandamento de Cristo a rigor, os reis portugueses abriram a nova terra à nobreza cristã e aos padres que eram portadores da doutrina e da Cruz de Cristo. Do sigilo passamos à obra dos colonizadores, o primeiro dos quais foi Martin Afonso de Sousa, que desceu em São Vicente, com alguns membros da flor da nobreza lusitana. Esse foi o primeiro resultado concreto da política do sigilo.

Um prefácio

TARCÍSIO PADILHA

João de Scantimburgo vem marcando sua trajetória intelectual por um acendrado espírito aberto aos múltiplos desafios da civilização e da cultura. Sua vasta obra percorre os mais diversos temas, desde a história do Brasil e da França, estendendo-se pela análise do liberalismo, atravessando o domínio da filosofia e da teologia, aprofundando o exame das peculiaridades da América Latina; até buscando enfrentar o decisivo problema do mal. Finitude e infinitude, liberdade e determinismo, dogmatismo e liberalismo, ceticismo e metafísica do conhecimento dividem a arena rica e fecunda do pensador paulista. Seu intento neste ensaio consistiu em mergulhar suas antenas na densidade temática e problemática de uma civilização, em seu sentir, vivendo patente crise estrutural.

O autor revela, no seu *opus* crítico, a coexistência da curiosidade e da estudosidade, objeto de conhecida distinção tomista. Vinca-lhe o perfil esta fome de conhecimento, de perseguição implacável da compreensão de sentido, o ponto de partida no qual Platão pôs suas complacências. Scantimburgo não se deixa aprisionar pelas malhas

Prefácio do livro
*A agonia da
civilização, de
João de
Scantimburgo,*
publicado em
março de 2003.

delimitadoras de uma vã curiosidade. Atira a barra mais longe e se adentra nos meandros autorizados pela estudosidade. Em verdade, poucos pensadores brasileiros lograram abarcar, ao longo de suas obras, problemas tão diversificados, com a revelação surpreendente de um amplo conhecimento de assuntos tão variados quanto complexos. Isto se deve à sua formação filosófica haurida nos arcanos do tomismo e do blodelismo, de que é inequívoco expoente em língua portuguesa.

Em seu ensaio o autor percorre a história política, social e cultural da contemporaneidade, e expõe didaticamente o seu filosofar, com ênfase no realismo e em permanente menção dos princípios cristãos que embasa e inspiram toda a sua especulação.

Num mundo secularizado, diz o autor, não há lugar para Deus. Daí a fragilidade basilar do homem atual, sem bússola para direcionar o seu caminho, sem referencial em seu percurso existencial. Aqui e ali, Scantimburgo parece vergar-se ao peso do mal que nos assola. Assim fora, caso lhe não restasse o apelo ao mais-ser que promana de sua visão cristã do homem. O mergulho na densidade humana realça a presença de algo mais, que tipifica o Absoluto e lhe assegura o lugar privilegiado que lhe compete na hierarquia ontológica. O autor não ignora, pois, a presença do mal que crucificou Charles Renouvier, mas atesta em sua fé cristã a abertura à Transcendência, sem a qual o homem se amesquinha e mesmo se refuga em sua finitude. Para Scantimburgo, o coração humano estará sempre inquieto, agostinianamente falando, até que sacie a sua sede sem par do Absoluto, que é horizonte do ser e não alvo concreto a ser buscado no cenário cotidiano.

A mensagem do filósofo paulista recolhe toda a ganga de um mundo em vertiginosos progresso e em fase de mudança, apontando-lhe os escolhos e sinalizando para a magnitude do mistério que habita a alma humana e lhe assegura o acesso a um plano superior, em que as agruras de um devir temporário se há de transformar em plenitude.

A língua portuguesa hoje

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

Com o advento dos estudos lingüísticos modernos introduzidos no Brasil no fim da primeira metade do século passado, se vem acentuando não só nos meios universitários mas também nas propostas de política do idioma para o ensino fundamental e médio, a idéia redutora de que o objeto de estudo e de atuação gramatical é a chamada língua falada “primária”, espontânea e usual, por ser a manifestação natural do falar. E dentro desta óptica, o estudo e atuação da língua escrita, mormente na sua realização literária mais elaborada, resultariam de uma ação coercitiva de grupo social elitista, considerada, por isso, artificial e imprópria para ocupar o lugar de relevo que lhe emprestava o antigo e tradicional princípio por que se pautava a atividade escolar de ensinar a falar e a escrever corretamente a língua portuguesa.

O texto literário dos autores dos séculos XIX e XX foi substituído pelo texto jornalístico, pelas letras de músicas populares, pelas charges e cartuns e pelos textos verbais e não verbais da publicidade

Estudo apresentado na Academia Brasileira de Letras, na sessão de 26 de setembro de 2002. Evanildo Bechara é professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF; diretor das revistas *Littera* e *Confluência*. De sua bibliografia destacam-se a *Moderna gramática portuguesa* (publicada em 1961, está na 37^a edição, revista e ampliada) e *Gramática escolar da Língua Portuguesa* (2001).

comercial. Privilegiou-se o uso, o discurso; deslocou-se também o eixo de preocupação da linguagem humana concretizada na língua para outros códigos de comunicação; saiu-se do sistema lingüístico para o plano semiótico. Passou-se, então, como seria esperado por natural, a falar mais *sobre* a língua do que *de* língua, quer no âmbito das universidades, quer no ambiente de sala de aula para alunos do nível fundamental e médio.

Essa alteração de pedras no tabuleiro do xadrez lingüístico veio mexer profundamente em certos princípios em que se assentavam os alicerces didático-pedagógicos da correção idiomática e, por consequência, as metas de política do idioma. O professor de língua, cuja tarefa se caracteriza por um ensino normativo, passa a ser desbancado pelo lingüista que, como pesquisador de *como* a língua funciona e não como *deve* funcionar, defende o moto *Deixe o seu idioma em paz!*

J. Mattoso Câmara Jr., introdutor da Lingüística Moderna no Brasil e em Portugal, denunciara, na década de 60, os malefícios resultantes da confusão dessas duas disciplinas correlatas mas independentes:

“A gramática descritiva [...] faz parte da Lingüística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a Lingüística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a Lingüística Aplicada a um fim de comportamento social. Há assim, por exemplo, os preceitos práticos da Higiene, que é independente da Biologia. Ao lado da Sociologia, há o Direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade [...].

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer lingüística sincrônica com preocupações normativas.” (*Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes, 1970, pág. 5.)

Uma das mais frutíferas inovações sedimentadas pelas ciências da linguagem foi, sem dúvida, a lição de que uma língua histórica não é uma realidade



homogênea e unitária, mas se diversifica em variedades cronológicas, regionais, sociais e estilísticas.

Há, todavia, por parte dos falantes de uma comunidade idiomática, um esforço no sentido de se estabelecer idealmente uma modalidade de língua que, sobrelevando-se a essas variedades, constitui uma categoria de língua para toda essa mesma comunidade e que está apta a traduzir-lhe os anseios da vida cultural, política e econômica supra-regionais: é a *língua comum*.

E sobre a língua comum pode criar-se outra língua comum idealmente mais normatizada para servir a toda a comunidade e a toda a nação. E o que se chama *língua padrão*, *padrão* ou *exemplar*. A língua literária é a mais alta representação dessa exemplaridade.

Enquanto a Lingüística tem por objeto de estudo todas as variedades da língua histórica, a Gramática Normativa só se preocupa com os fatos da língua exemplar.

A confusão dos papéis do lingüista e do professor de língua tem desvirtuado os conceitos de correção *idiomática* e de *exemplaridade*. Correto em língua é tudo o que é tradição fixada na comunidade, tudo o que é normal e usual em cada membro da comunidade com os outros dessa mesma comunidade. Este conceito de correção, tanto no léxico quanto na gramática, tem vigência circunscrita; chamar o fruto da aboboreira de *abóbora* ou *jerimum* tem sua vigência territorial circunscrita ao Sul ou ao Norte e Nordeste do país, respectivamente. E no Sul, a vigência da pronúncia *abóbora* está circunscrita ao registro formal, enquanto *abobra* está circunscrita ao registro informal e popular. Na gramática, *eu lhe vi* tem sua vigência no registro informal e popular, enquanto *eu o (a) vi* tem vigência no registro formal e exemplar, pois é a construção eleita para os textos de natureza cultural, social ou científica. Todas estas formas e construções são corretas no âmbito da dimensão histórica da língua, mas só algumas são eleitas como exemplares. Por isso é que dissemos que a Gramática Normativa só registra os fatos da língua exemplar.

O que prevalece na sala de aula hoje é a aceitação dos fatos correntes no registro informal e popular; se a aceitação fosse para patentear a diversidade na uni-

dade relativa do idioma, para estimular nos utentes uma educação mais ampla de sua competência lingüística, transformando-o num poliglota reflexivo do próprio idioma pátrio, estaríamos no melhor dos mundos, como o personagem de Voltaire. Mas o mal é que tais fatos são privilegiados em detrimento da modalidade exemplar, sob o pretexto de que esta, como já assinalamos, é artificial, purista, elitista, anacrônica e quantas mais adjetivações houver. Leiam-se, para exemplo, os comentários exarados nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, da Secretaria de Educação Fundamental do MEC, com vista à orientação do magistério de Língua Portuguesa, ao lado – diga-se a bem da verdade – de observações extremamente pertinentes: “Assim, por exemplo, professores e gramáticos puristas continuam a exigir que se escreva (e até que se fale no Brasil!):

O livro *de* que eu gosto não estava na biblioteca;
Vocês vão assistir *a* um filme maravilhoso;
O garoto *cujo* pai conheci ontem é meu aluno;
Eles se vão lavar / vão lavar-se naquela pia,

quando já se fixou na fala e já se estendeu à escrita, independentemente de classe social ou grau de formalidade da situação discursiva, o emprego de:

O livro que eu gosto não estava na biblioteca;
Vocês vão assistir um filme maravilhoso;
O garoto que eu conheci ontem o pai é meu aluno;
Eles vão se lavar na pia.

Se é certo, como defendem ilustres confrades, que a ABL deve estender sua reflexão crítica sobre os desafios da contemporaneidade da sociedade brasileira, avultam, a nosso ver, nessa preocupação, as questões que dizem respeito à cultura e à educação do povo e, aí, ganha relevo maior uma competente e bem orientada política da língua portuguesa como fundamento e instrumento da cultura nacional.



Se cabem às instituições de ensino, nos seus níveis fundamental, médio e superior, o estudo, a pesquisa e a investigação da pluralidade de usos da competência discursiva da língua portuguesa em toda sua dimensão histórica, caberá fundamentalmente à ABL a promoção dos meios e providências necessárias ao cultivo e florescimento da língua escrita padrão ou exemplar, como aqui a entendemos, para efetivar os objetivos traçados pelos fundadores desta Casa de Machado de Assis, objetivos que se acham consagrados no art. 1º do nosso *Estatuto*.

A rigor, no tocante à cultura da língua nacional, a ABL tem-se limitado à questão ortográfica a à elaboração do dicionário. Neste sentido, a Comissão de Lexicografia, sob a competente presidência do confrade Eduardo Portella, está trabalhando na área de sua atribuição e de projetos paralelos. Há cem anos, à altura da fundação da Casa de Machado de Assis, bastavam tais providências. Hoje, com o privilegiamento das variedades lingüísticas, ao lado da variedade padrão, relegada para segundo plano, impõe-se que a ABL retome, com medidas e ações efetivas, o compromisso da cultura da língua.

Para tanto, propomos que a instituição promova a criação de uma nova coleção – que se poderá chamar *Coleção Antônio de Moraes Silva* –, destinada à publicação de obras de real mérito, originais ou reedições, sobre língua portuguesa, bem como um prêmio especial – que se poderá chamar *Prêmio Silva Ramos* –, atribuído, bienalmente, a trabalho publicado relativo ao estudo da língua escrita padrão.

Acreditamos que com tais providências de política do idioma a ABL legitima, segundo as palavras do confrade Miguel Reale, em recente pronunciamento, a sua posição central no cenário cultural do País.



Otto Lara Resende e
Pedro Nava (Rio, 1983)

Pedro Nava: o abismo da memória

FÁBIO LUCAS

~~ Emoções e confissões

A literatura confessional brasileira é extensa e, em alguns momentos, excepcional. Parece provir de uma tradição lusitana, daquela a que se opunha, com todo o seu poder de crítica e de assepsia verbal, o poeta e ensaísta João Cabral de Melo Neto.

Tomemos alguns exemplos. O interesse primordial é demonstrar que, a partir do caráter pessoal e auto-referente, alguns autores transcendem a narratividade do “eu” para alcançar um projeto superior de criação e de expressão literária.

Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, cansou-se de afirmar, em entrevistas e depoimentos, o caráter confessional de sua poesia. E o seu exacerbado individualismo. Ao recordar o namoro com o Partido Comunista, o poeta um dia assim se pronunciou: “Não fizemos uma carga pesada sobre a gente, porque sabiam que eu tinha um temperamento muito individualista. Isso eu confesso que sou.

Doutor em Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, especializou-se em Teoria da Literatura. Autor de 40 obras de Crítica Literária e Ciências Sociais, entre os quais *Razão e emoção literária* (1982), *Vanguarda, história e ideologia da literatura* (1985), *Do barroco ao moderno* (1989), *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII* (1999), *Murilo Mendes, poeta e prosador* (2001).

Cara fechada eu acho que não sou, mas individualista confesso que sou, inteiramente. É meu temperamento, minha natureza.¹

E, em entrevista a Cristina Sena, pontua: “Toda a minha poesia é confessional, são meus problemas, a minha dificuldade de adaptação à vida, todo esse sofrimento. Mas eu fazia isso de uma maneira velada, não era nunca na primeira pessoa. E quando era na primeira pessoa, era uma primeira pessoa imaginaria.”²

Toda a prosa de Fernando Sabino pode traduzir-se num longo solilóquio em busca do “eu” e da auto-afirmação pela literatura. Crônicas e ficções, por mais variadas que se apresentem, passam por essa impressão. Com a publicação das cartas trocadas com Clarice Lispector, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos,³ confirma-se a tendência “secular” do escritor. Basta recordar que, em entrevista a Clarice Lispector, para a revista *Manchete*, em 1968, Fernando Sabino tenha dito: “E a verdadeira inspiração é aquela que nos impele a escrever sobre o que não sabemos, justamente para ficar sabendo.”⁴ E, em correspondência a Otto Lara Resende, a 3 de setembro de 1944, o jovem Fernando Sabino já reflexionava: “O presente, como tal, é apenas a soma do ultra-instantâneo de cada momento isolado, que se converte de não sabido em já morto.”⁵

Chegamos ao ponto principal deste trabalho: as memórias de Pedro Nava. Antes, porém, um lembrete. Vivemos uma época de memorialismo incontrolável. O romance histórico voltou às primeiras páginas do noticiário. No Brasil, tivemos a publicação, em dois volumes-bíblia, do *Diário Completo de Josué Montello* (Rio, Nova Aguilar, 1998), compreendendo o *Diário da manhã*, *Diário da tarde* e *Diário do entardecer*. Um prodígio de escritura do “eu”, que repre-

¹ Cf. Geneton Moraes Neto, *O Dossiê Drummond*, S. Paulo, ed. Globo, 2^a ed., 1994, p. 76.

² In *Leia, ag.* 1985, reproduzida em *JL – Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Lisboa, nº 162, ag. 12 a 18, 1985.

³ In *Cartas perto do coração – Dois jovens escritores unidos ante o mistério da criação* (Rio, Record, 2001) e *Cartas na mesa – Aos três parceiros, meus amigos para sempre* (Rio, Record, 2002).

⁴ *Cartas perto do coração*, p. 211.

⁵ *Cartas na mesa*, p. 27.



senta vasto depoimento sobre a convivência literária. Convivência com escritores e com as obras, do Brasil e do exterior. Um painel dilatado da vida literária e do seu subsolo. Na verdade, Josué Montello consagra-se ao gênero “diário” com o mesmo vigor e a mesma abrangência com que Pedro Nava devastou o gênero “memórias”. Ambas as formas são instâncias da cronografia ou, em última análise, da historiografia. Ali se encontram, ao longo do tempo, a leitura dos outros e a contribuição crítica a muitos textos e eventos.

Confissões, memórias, diários... tudo são capítulos do grande universo do passado, a serviço da história da literatura e dos leitores. A trajetória do ser humano tem sido marcada pela busca insofrida das origens e pela ânsia de desvendar o porvir. O movimento é o mesmo e as duas emoções se mesclam continuamente.

Pedro Nava cultivou longo tropismo pelo tema da morte. As suas memórias estão cravejadas de momentos derrogatórios, quando não funéreos. Quando se acercou da velhice, o escritor talvez tenha julgado que bastaria o projeto literário para mantê-lo ativo, vibrante e resignado com os efeitos da decrepitude. Mas, emotivo, e mais do que isso, impulsivo, não logrou aguardar a ação inexorável do tempo. Apressou-se a um deliberado gesto de auto-extermínio.

Mas o que ficou dele foi uma proeza sem paralelo na arte da literatura memorialística. É que Pedro Nava levou o seu engenho à máxima potencialidade. Assim, temos um relato memorialístico dentro do qual cabem incontáveis virtudes literárias. A começar pela linguagem em que o “eu” narcísico se perde numa construção original, de domínio absoluto de um estilo autóctone, irreduzível a qualquer modelo anterior. Ademais, o próprio autor reitera que não gostava de falar de si, mas dos outros.

Deste modo, o teor das memórias de Pedro Nava impregna-se mais da descrição de terceiros (às vezes em tom amargo, outras com uma docura encantadora), de juízos de valor e da reflexão sobre os objetos e as circunstâncias do mundo. A aptidão para as artes plásticas dotou o seu estilo de uma grande energia descritiva, de um relato tão pormenorizado dos acidentes, que a visualidade se apoderou do seu enredo. Além do mais, a reconstituição das pessoas

com quem conviveu, do meio, da atmosfera e dos lugares por onde andou representam um caso raro de historiografia humana, uma espécie de antropologia cultural de caráter literário.

Jamais a literatura brasileira experimentou um projeto tão ousado. O enciclopedismo do autor, seu detalhismo narrativo, suas evocações líricas, seu aze-dume diante da impostura, seu senso crítico conferiram à sua escrita um lastro polêmico e intelectual inigualável. E, ao mesmo tempo, inspiraram retratos físicos e psicológicos das grandes figuras do século XX. A fisiognomia teve com as suas memórias instantes de elevação suprema.

A tudo isso se acrescentam análises, interpretações e julgamentos de autores, pintores, escultores, músicos, arquitetos e cientistas em número e exatidão incomparáveis.

Por último, Pedro Nava, tendo palmilhado os caminhos do Modernismo, traz recordações e aspectos inéditos da renovação literária brasileira no século XX. A leitura de seus livros de memórias constitui uma das aventuras intelectuais mais ricas a que um leitor exigente pode ser conduzido. Uma historiografia cultural a que se juntam os prazeres da ficção e as emoções da poesia.

Pedro Nava, após uma vida exemplar de médico, à qual não faltaram a indagação histórica e a investigação dos meios, das conquistas técnicas, e da sua razão de ser, entregou-se desvairadamente à reconquista do tempo perdido pela via do memorialismo escrito.

Nasceu a 5 de junho de 1903, marco inicial. Viria a falecer a 14 de maio de 1984, marco terminal, dramatizado pelo suicídio do escritor.

Não obstante as incursões literárias e artísticas de Nava, a tal ponto que tenha sido colaborador de *A Revista* (1925), de inspiração modernista em Minas Gerais, e que Manuel Bandeira haja incluído seu poema “O defunto” (1938) na *Antologia de poetas brasileiros bissextos contemporâneos* (1946), o grande surgimento do memorialista, o seu mais histórico marco literário se dará em 1972, com *Baú de ossos* e terá prosseguimento com *Balão cativo* (1973), *Chão de ferro* (1976), *Beira-mar* (1978), *Galo-de-trevas* (1981) e *O círio perfeito* (1983). Preparava mais um volume daquele interminável levantamento do passado — *Cera das almas* —



quando o inesperado se interpôs ao seu projeto: suicidou-se, deixando perplexos os amigos e leitores.

Note-se que o primeiro vislumbre de auto-extermínio, conta-se em *Balão cativeiro*, p. 285, se deu no primeiro dia de internato no Colégio Pedro II, pelos idos de 1916. Suas memórias, o grande marco, começaram a ser publicadas quando completara 69 anos de idade. Conforme depôs ao *Jornal da Bahia*, a 4 de agosto de 1974, quando lançou *Chão de ferro*: “O personagem central não sou eu. É o fato. É sobretudo o tempo. Em minhas memórias, procuro fugir tanto quanto possível do autobiográfico e apareço apenas como narrador de fatos de que fui testemunha, ou deles tive conhecimento por terceiro.”

~~~ O abismo da memória

Médico, artista e escritor, Pedro Nava dedicou-se obsessivamente às suas ocupações, cada qual já de si uma atividade absorvente. A princípio, concentrou-se na tarefa de salvar a vida das pessoas, ou, quanto possível, minorar seus males. E, quando sentiu que a prática da Medicina, a cuja história dedicara páginas imorredouras, escapava-lhe das mãos, voltou-se para a paixão reclusa, aquela que desde cedo mordia os seus calcanhares: a escrita literária. Meta: trazer o passado ao presente, reconstruí-lo, dramatizá-lo pela palavra, a fim de reconquistar a auto-estima.

Assim, tivemo-lo, até os 69 anos de idade, em incursões passageiras, todavia não despiciendas, ao território das Artes: leitura das mais notáveis obras da literatura universal e da brasileira, culto diário das artes plásticas, desenhos, pinturas e observação crítica das obras nacionais e estrangeiras, participação efetiva na implantação do Modernismo. Em Minas, companheiro de Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Afonso Arinos de Melo Franco e toda a geração de intelectuais que, com *A Revista* (1925-1926), aderiu à renovação literária, não deixou de manter amizade com Mário de Andrade e Oswald de Andrade, os grandes propulsores do movimento modernista. A 10 de junho de 1961, onze anos, portanto, antes da estréia do memorialista com

Baiú de ossos (1972), proferiu uma conferência no Real Gabinete de Leitura do Rio sobre um tema que reunia a Medicina e a Literatura, dois suportes da vida do autor: “A medicina de *Os Lusíadas*”.

Mas, até 1972, o principal foi a dedicação à Medicina. Depois de variada experiência, em Belo Horizonte, em Juiz de Fora, no interior de São Paulo e, principalmente, no Rio, acabou por notabilizar-se como reumatologista. Criou o primeiro serviço de Reumatologia no Rio e a cadeira de Reumatologia na Universidade Católica do Rio, a primeira não só no Brasil, mas também em todo o continente americano.

Produziu mais de trezentas comunicações científicas. Lutou gravemente para dignificar o exercício da profissão, tendo-se atritado com vários colegas, até que percebeu o próprio declínio profissional.

Então, atirou-se ao gênero das memórias, publicando, de 1972 a 1983, seis grossos volumes. Trazia para a literatura brasileira um novo estilo, um novo conceito de confissão, de depoimento pessoal, de memorialismo literário.

Já tínhamos abundante tradição no campo, mas Pedro Nava o subverteu e inovou. O êxito editorial foi impressionante. Na sua prosa memorialística se condensavam a História, a Ciência, as Artes, o senso crítico, a informação enciclopédica e o espírito criador, mestre que foi da frase expressiva e da invenção de neologismos. Ninguém ousara tanto no gênero. Analisou e configurou de tal sorte as instituições humanas que, parece, nada lhe escapou. Tivemos uma espécie de Novo Enciclopedismo brasileiro, uma visão libertária de obras e pessoas, uma revolução formal na busca do tempo vivido.

Muito se disse do parentesco de Nava com Marcel Proust. Ele nunca deixou de ter o romancista francês entre os seus deuses, assim como Saint-Simon. Misturou pesquisa histórica com sensibilidade artística e angústia vivencial. Mas não se tornou um proustiano caudatório. Tinha um texto muito próprio, uma visão ora polêmica, ora lírica do mundo, que o fizeram aproximar-se tanto da prosa narrativa quanto da poesia pura.

Dos seus livros o leitor poderá isolar páginas e páginas de significação artística e científica. Contos e novelas se misturam a poemas e sátiras. A História e



a Medicina encontram nele um pesquisador renascido, pois, antes de se tornar escritor reverenciado, já havia tentado destacar as figuras exponenciais da Medicina no Ocidente e no Brasil. A classe médica conhece, dele, *Território de Edipauro – Crônicas e histórias da Medicina* (Rio, Ed. C. Mendes Júnior, 1947) e uma *Introdução ao estudo da Medicina no Brasil*, em edição de “Brasil Médico” de 1948. Depois, no capítulo II da revista *Brasil Médico-Cirúrgico*, fala do “Ciclo da influência portuguesa na Medicina brasileira”.

O grande paradoxo humano encontra-se cintilante na morte do memorialista: como o homem que se voltou tanto para a cura das moléstias do corpo e do espírito, como o maior memorialista do país, pôde interromper seu tecido literário abruptamente, numa decisão radical que o levou ao suicídio?

Como são revoltas as águas da grande corrente da vida! Ao menor descuido, a uma simples explosão do gênio impulsivo, eis cortada a carreira de um escritor no auge da glória. Tivemos, em nossa história literária, alguns casos de auto-extermínio. O mais eloquente talvez seja o de Raul Pompéia, que encenou o suicídio para uma data especial, o Natal, a 25 de dezembro de 1895, em pleno vigor de seus trinta e dois anos de idade.

Sentimos que faltou à crítica da obra de Pedro Nava mais cuidadosa análise da contribuição do estilo de Raul Pompéia à prosa barroca do memorialista. Ambos impulsivos, ambos fixados no fetiche da honradez.

Depois de perlustrar os seis volumes de memórias de Pedro Nava, o que se publicou *post mortem* foram amostras de seus cadernos de anotações. Primeiro, vieram as ligeiras impressões de viagem: *Viagem ao Egito, Jordânia e Israel* (S. Paulo, Giordano/Ateliê Editorial, 1998). Existem, ali, trechos preciosos de observação, desenhos e montagens ilustrativas que atestam o gosto documental do autor, a sua extrema habilidade para o desenho (outro ponto de convergência com Raul Pompéia, ilustrador emérito de capítulos de *O Ateneu*).

A viagem de Nava a Egito, Jordânia e Israel data de 1958. Algumas notas que vieram a lume em 1998 são valorosas. Além das entusiásticas referências às conquistas de Israel (pp. 44-47), temos reflexões ainda hoje pertinentes, dado o seu conteúdo crítico:

“Descendo da igreja da Visitação, uma das mais fabulosas paisagens que já vi. As montanhas da Judéia sob a luz irreal de um céu liso, compacto, opalescente e sem nuvens – todo avermelhado no poente e leitoso no nascente onde subia a lua cheia. Frio e silêncio. Em baixo o vale cheio de prateleiras de vegetação como degraus na montanha trabalhada. Diante, Ain-Karen acendendo suas luzes e com as ruas cheias de crianças. Dá pena imaginar que toda essa paz seja fictícia e que as populações separadas por poucos metros de casas destruídas e pelos arames farpados da *no man's land* que corta a cidade de Jerusalém, estejam na realidade afastadas por quilômetros de ódio e de incompreensão – sem perceber que o túmulo de Davi, o Santo Sepulcro e a Mesquita de Omar, encostados uns aos outros, só indicam a necessidade de coexistência e entendimento. O símbolo a ser tomado seria o da Mesquita de Omar – onde está a pedra do sacrifício de Abraão – sagrada para muçulmanos, cristãos e judeus. A lição da inutilidade da luta está nas construções superpostas; igrejas bizantinas destruídas, reconstrução dos cruzados por Saladino, reconstrução nos tempos modernos. Esse jogo monótono devia parar.” (Ob. cit., pp. 39-41.)

Depois vieram os *Cadernos 2 e 3* (S. Paulo, Giordano/Ateliê Editorial, 1999), um mergulho nos guardados de Pedro Nava. Textos, desenhos, projetos, jogos de palavras, recortes de escritores amigos, etc. Tudo com o pontual comentário do memorialista, seu aceso e agudo modo de encarar pessoas e opiniões. Em determinados envelopes que encerravam artigos de contemporâneos (como Otto Lara Resende e Affonso Romano de Sant'Anna) ele inscreveu: Brasil Cão.

Dada a notoriedade de sua obra, Pedro Nava era muito assediado pelos jornalistas. Deu incontáveis entrevistas, recebeu vários prêmios. Ficaram certas meditações, dos depoimentos jornalísticos, que valem a pena ser explorados. Serão mencionadas adiante.

Voltemos: eis uma pequena anotação do *Caderno 1*, bastante reveladora do estado de espírito do autor: “Tenho de descobrir em mim a força de ocupação, felicidade e indiferença que resistam contra o aniquilamento, o vácuo e a irritação que vão me puxando como um rodamoinho na água.” (Ob. cit., p. 10.)



Ao lado disso, pululam nos cadernos jogos ideativos, ricos da criatividade sempre presente. Exemplo: um exercício com os números, de que destacamos: “6 – bunda grande em mulher magra; 9 – peito grande em mulher magra.” Adiante: “O aspecto cisneal e deslizante do dois 2.” Curiosa a reprodução de assentamentos de uma cliente do Nava, de 89 anos, Júlia dos Santos Barbosa, em que se tem um “Provérbio irlandês: Todo mundo é inteligente enquanto não falha.” E uma “Toada sertaneja: Não se empresta o coração.../ Dá-se logo... Pois é fado / Que aquilo que a gente empresta / Não volta, ou volta quebrado.”

Ficaram, ainda, trechos do derradeiro livro projetado por Pedro Nava, *Cera das almas*. São 36 páginas, em que o memorialista se identifica ao personagem José Egon Barros da Cunha. Da página derradeira de *Círio perfeito* (p. 579), datada de 18 de setembro de 1983, consta em rodapé: “A continuação destas memórias estará em Pedro Nava, *Cera das almas* (em preparo).” A sobrevivência do autor em função das letras estava prometida. É que, no fim da vida, o futuro de qualquer ser humano se refugia no passado. E a literatura se encarrega de ressuscitar o passado em termos estéticos, cumprindo uma função emocional.

Pelo visto, as publicações póstumas prolongam a face dramática (às vezes lúdica) de *Galo-das-trevas* (1981) e de *O círio perfeito* (1983), principalmente o horror da velhice e algumas confissões espantosas de busca do prazer sexual. *Galo-das-trevas* apresenta, aqui e ali, o que poderia caracterizar-se como o inventário escabroso dos efeitos da decrepitude no corpo e no espírito humano. *O círio perfeito* rememora passagens sombrias da vida, referentes à penosa busca da felicidade. Ambos os volumes merecem uma análise à parte, para exemplificar o poder da argumentação e de criação literária do autor, que se sente na virada da montanha. Um crepúsculo transformado em espetáculo inigualável de beleza estética.



Simone de Beauvoir, militante pela liberdade de
contracepção e de aborto

Principais obras: *Pyrrhus et Cineas* (1945); *Pour une morale de l'ambiguité* (1945); *Le deuxième sexe* (1949)

AVORTEMENT
ET CONTRACEPTION
LAIRES ET GRATUITS
NETTÉ ET LIBÉRATION DES FEMMES

E.P. FIMA STUDIO

Breve perspectiva histórica do feminismo nascente

JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA

No presente ensaio, atrevo-me a uma breve abordagem histórica do feminismo em suas etapas iniciais. Para tal, pretendo registrar alguns nomes entre os mais eminentes que se debruçaram sobre a questão no desenvolvimento inicial do movimento.

Quanto à literatura propriamente feminista, recomendo uma antologia organizada por Miriam Schneir – *Feminism in Our Time* – que reúne textos do que mais relevante teria sido escrito sobre o tema entre 1949 e 1993. Em obra anterior, Schneir reuniu trabalhos de mulheres que foram pioneiras do movimento, de meados do século XIX até depois da I Guerra Mundial, e alega que, entre 1920 e o após-guerra de 1945, o feminismo atravessou um período sombrio em que só brilharam Virginia Woolf e Simone de Beauvoir. Não sei se correta seria essa opinião.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais. Embaixador do Brasil em Lagos, Israel, Chipre, Oslo, Islândia, Quito e Varsóvia. Professor universitário, membro da Academia Brasiliense de Letras. Autor de inúmeras obras, entre as quais:

Shangai – aspectos históricos da China moderna (1944), *Política externa, segurança e desenvolvimento* (1967), *O Brasil na idade da razão* (1980), *O evangelho segundo Marx* (1982), *A ideologia do século XX* (1985), *Utopia brasileira* (1988), *Decência já* (1992).

O feminismo registrou, no entanto, algumas relevantes antecessoras no período do Renascimento. Contemporâneas de Agnès Sorel e Jeanne d'Arc, duas mulheres de profundo impacto na história merecem ser recordadas e homenageadas. A primeira, que teria convivido na corte de Charles VII com a donzela de Orléans e com a amante do rei, é a italiana Christine de Pisan. Nascida em Veneza, mas tendo residido em França, onde se tornou uma poetisa famosa e morreu em 1430, é Christine conhecida por suas baladas e queixumes amorosos, de protesto contra as sátiras antifeministas do *Roman de la Rose*. Uma das baladas, no francês ainda arcaico da época, exalta a solidão e a independência:

*Seulete suy et seulete vueil estre
Seulete m'a mon doux ami laissié,
Seulete suy, sans compaignon ni maistre,
Seulete suy, dolente et courroucée.*

A outra, inglesa, é a Wife of Bath, referida por Chaucer (século XIV). Tomando posturas audaciosas em matéria do relacionamento entre marido e mulher, esta criatura notável levantou um tema que algumas feministas revolucionárias do século XX iriam enfatizar. É a mulher e não o homem que deve tomar a iniciativa no sexo e, pela sua técnica amorosa, dominar o companheiro. Na América do século XVII encontramos a figura admirável de Anne Hutchinson. Mulher de uma fortaleza invulgar, mãe de doze filhos, capaz de ser parteira de si-própria, pregadora, teóloga e digna companheira dos mais audazes pioneiros da Nova Inglaterra, Anne antecipou a idéia de que a mulher está tão disposta quanto um homem a exercer o sacerdócio.

Concretamente, podemos observar que, como tal, é o feminismo pela primeira proposta em fins do século XVIII pela personalidade curiosa de Mary Wollstonecraft. Wollstonecraft (†1797) é o nome que marca todo o processo. Na atmosfera da Revolução Francesa, parte da qual assistiu in-loco, Mary teve uma vida intelectual e sexual acentuada. Ela pertencia a um grupo radical do qual fizeram parte Thomas Paine, prócer da Independência americana, o



poeta romântico William Wordsworth e o artista, poeta e místico William Blake, cujas criações geniais têm crescido em reputação na atualidade. Wollstonecraft é autora – um marco do feminismo – da obra *Vindications of the Rights of Woman*, publicada em 1792. Nela pela primeira vez se reivindica explicitamente os “direitos da mulher” em posição de igualdade com os homens.

Já anteriormente, porém, é interessante a correlação do argumento de Mary com a iniciativa do marquês de Condorcet, durante a Revolução de 89, ao qual teria inspirado a idéia de introduzir na Convenção um projeto de lei dando-lhes direitos iguais de educação. Com o socialista utópico extravagante William Godwin viveu Mary algum tempo antes de contraírem matrimônio em benefício de sua filha, também batizada Mary, que seria esposa do poeta Shelley, logo seguido da própria morte prematura. A vida dessas duas criaturas excepcionais foi terrível. Godwin e Shelley aperfeiçoaram o talento de tornarem extremamente desgraçadas todas as mulheres com que se meteram. Viveram todas em situações escabrosas e geraram uma enorme prole de filhos ilegítimos que morriam cedo. O feminismo não lhes trouxe felicidade... Num momento importante da obra que criou, Mary Wollstonecraft argumenta que as mulheres devem ser esclarecidas de maneira a não se tornarem objetos passivos dos “tiranos e sensualistas” que tentam mantê-las na escuridão “porque os primeiros apenas querem escravas e os segundos brinquedos (*playthings*)”. Os princípios básicos da revolta feminista estão concentrados na tese. No entanto, Wollestonecraft hesitava em sua ambivalência entre a consciência do poder de suas próprias paixões e a simpatia pela hipótese liberal de que a capacidade de ser racional independe do sexo. Mary de fato enfrentava um problema, o mesmo que, insistentemente, angustia as feministas – o da contradição entre as qualidades emocionais e afetivas da psique da mulher, junto com a experiência da maternidade, e o desejo de identificar-se ao caráter mais lógico da mente masculina.

Acontece que a Revolução de 1789 não teve consequências momentosas no terreno da “libertação” feminina. Os jacobinos muito berravam “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, ao carregarem os *aristos* para o machado, mas ficou

tudo na retórica. As mulheres continuaram desiguais e limitadas em sua liberdade: contentando-se em ir assistir às execuções aos gritos histéricos do “*Ça ira! Ça ira! Ça ira!*” e, ocasionalmente, fazer arruaças ou carregar a cabeça ensanguentada de uma princesa na ponta de uma lança. Na Comuna de 1871, distinguiram-se as *pétroleuses*, notáveis pelo seu pendor incendiário. Elas destruíram pelo fogo as Tuilleries, o antigo Hôtel de Ville e outros monumentos de Paris, a maioria dos quais logo reconstruídos.

No Brasil, nem a Independência, nem a República tiveram tampouco influência imediata sobre a posição das mulheres. O mesmo desapontamento ocorreu com os judeus. Receberam promessas de cidadania e de convocação do Sanhedrin que foram logo esquecidas. A evolução dos costumes no século XIX, e não a Revolução, é que iria realizar o progresso. O Código de Napoleão, o mesmo que ainda nos serve de modelo, é profundamente reacionário em matéria de direitos da mulher. Sanche de Gramont opina no sentido de que o Imperador era um misógino, entre outros motivos em vingança por haver sido tantas vezes chifrado por sua primeira mulher, Joséphine. Só em 1938 foi suprimido, em França, um artigo do Código que exigia das esposas obediência aos maridos. Outro artigo, o de nº I.124, inferiorizava perante a lei os criminosos condenados, os menores de idade e as mulheres casadas. Françoise Giroud com a pasta da Condição Feminina, acusa Napoleão de “detestar as mulheres, salvo para uso particular”... Contrariando o machismo do *Empereur*, Giroud, que foi ministro no gabinete de Giscard d’Estaing, é responsável pela abolição da legislação contra o aborto, o uso da pílula e outros métodos anticoncepcionais, e o combate a diversas formas de discriminação sexista no mercado de trabalho. Só em 1969 as francesas obtiveram o direito de comprar contraceptivos. Veja-se como escandalosamente recentes são essas conquistas! Elas se vingaram, talvez, dando uma conotação especial ao termo inglês *French Kiss*...

Mas no sentido do poder político, o feminismo já se fazia subterraneamente sentir nos Estados Unidos, que acabavam de conquistar a independência, antes da França e da Inglaterra. Do mesmo modo como a cláusula da “igualda-



de dos homens perante a lei” causava espécie, quando se considerava o problema dos negros escravos, principiava a despertar a atenção a desigualdade das mulheres. A exigência de virtude conjugal nos altos círculos do governo parece se haver limitado aos tempos heróicos de Washington. Sabe-se que uma série de presidentes tiveram “casos”, mantidos com excepcional discrição a fim de não causar escândalo. Um episódio triste foi o da esposa do general Andrew Jackson, que morreu de desespero (1828) ao ser vitimada por uma acusação de adultério, numa campanha de difamação dirigida contra o marido, o primeiro presidente populista que governou os Estados Unidos. Várias outras esposas de presidentes ilustraram a Casa Branca antes da recente ideóloga, inteligente, ambiciosa e complacente Hillary. Uma delas foi Mary, esposa de Lincoln, sem a qual se diz teria sido pouco provável que o marido se houvesse transformado no presidente extraordinário que, vitoriosamente, conduziu a nação através de sua pior crise. Outra foi Edith, amante e segunda esposa do melancólico e austero Woodrow Wilson. Era uma mulher emancipada que já se notabilizara por haver sido a primeira a conduzir seu próprio automóvel pelas ruas de Washington. Conta-se uma piada a seu respeito. Certa manhã, ela telefonou a uma amiga e, muito excitada, anunciou: “Imagina, *my dear*, o que me aconteceu esta noite! O presidente me pediu em casamento. Fiquei tão atordoada que caí da cama...” A piada foi divulgada por um diplomata inglês, logo considerado *persona non grata*.

Os Estados Unidos desempenharam um papel de vanguarda na Revolução sexual e, sem dúvida alguma, no desenvolvimento dos direitos das mulheres, razão pela qual estamos dando tanta ênfase naquilo que suas mulheres fizeram e escreveram. No entanto, não se deve esquecer tampouco que, no atual Congresso, apenas dez mulheres, uma das quais negra, podem ser incluídas entre os 435 membros da Câmara dos Representantes. No Senado há duas únicas mulheres, uma delas Hillary Clinton, preparando-se para concorrer à Presidência. Algo parecido no nosso Congresso.

Falemos agora do feminismo antigo em nosso próprio país. No Brasil, a ausência da mulher no poder público durou ainda mais tempo do que em outros

países desenvolvidos. É mister salientar, contudo, que foi a Princesa Isabel, como Regente na ausência do pai, o Imperador D. Pedro II, a primeira mulher a ocupar o cargo de Chefe de Estado em todo o continente americano. É um marco histórico raramente lembrado! Não devemos, porém, esquecer que, nas eleições de 2002, é pela primeira vez cogitado o nome de mulheres políticas para o cargo de vice-presidente da República. Sem grande alarde, no período de governo de Getúlio Vargas e com a presença limitada de mulheres discretas mas influentes na política, Berta Lutz e Rosalinda Coelho Lisboa em particular, foram elas obtendo seus direitos políticos, de acordo com os hábitos imitativos que cultivamos de tudo quanto se descobre de “avançado” na “sociedade exemplar” da Europa e América do Norte. Nesse terreno, nosso país reagiu adequadamente à modernidade, o que, infelizmente, não tem conseguido em outros setores. O divórcio demorou, mas acabou triunfando graças aos esforços do senador Nelson Carneiro e outros pioneiros. Seria igualmente injusto deixar de mencionar sua contribuição cultural, conforme registrado por Margarida Patriota numa conferência em Toronto, Canadá, em outubro de 1997. No Brasil, teve Mary Wollstonecraft uma discípula na pessoa de Dionísia Gonçalves, em Recife, que publicou *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens* em 1832, inspirada numa tradução francesa da obra *Vindications*. Depois de haver sido repudiada por um marido, ficado viúva de outro, perder o pai assassinado e vivido em Porto Alegre, no Rio, em Lisboa e Paris, foi autora de vários outros livros e questionada por um crítico que indagou “O que pretende essa mulher metida a homem?”, vindo a falecer aos 75 anos e merecendo o título, quiçá, da primeira feminista brasileira.

Para pormenores sobre os nomes e vida das primeiras escritoras e ativistas brasileiras, no século XIX (pois no período colonial pouco mais faziam, patroas ou escravas, do que satisfazer aos desejos sexuais dos homens e parir uma infinidade de filhos), recomendo a leitura dessa conferência de Margarida Patriota, que cita vários nomes de intelectuais pioneiras, Teresa Margarida da Silva Orta; Violante Bivar, que funda o primeiro jornal feminino (*Jornal das Senhoras*) em 1822; Amélia Freire Beviláqua, casada com Clóvis e fundadora



de *O Lírio*, além de primeira candidata à Academia Brasileira de Letras; Josefina Álvares de Azevedo, responsável pela seção literária de *A Família*, no ano da Abolição; Marina Firmina dos Reis, maranhense professora e romancista que confere à escravidão um tratamento social e morre aos 92 anos; Júlia Lopes de Almeida, escritora e esposa de Filinto de Almeida, que também tentou a ABL, inutilmente, mas teria influenciado a entrada do marido na Academia. É importante a peça de Josefina Álvares de Azevedo, *O Voto Feminino*, levada ao palco em 1893.

No século XX e pondo de lado as vivas, entre as grandes escritoras já falecidas devem ser relembradas Gilca Machado, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Lúcia Miguel Pereira, Cecília Meireles, Clarice Lispector e Dinah Silveira de Queiroz. Um nome a ser especialmente lembrado é o de Carlota Pereira de Queiroz, a primeira deputada no Congresso brasileiro e autora da primeira legislação de cunho feminista. Outras intelectuais admiráveis que me desculpo de não mencionar com comentários mais extensos, não obstante seu valor, são Rachel de Queiroz e Nélida Piñon. Especial menção cabe à Dra. Nize Silveira, que conheci em Zurique há quase 40 anos, quando freqüentávamos o Instituto C.G. Jung. Nize mereceu a admiração do próprio Jung pelo trabalho original já naquela época realizado sobre a expressão artística em doentes mentais do hospício de Engenho de Dentro, no Rio. Ela demonstrou a realidade de motivos arquetípicos nos sonhos e pinturas, mesmo em sujeitos totalmente desprovidos de cultura e de capacidade de raciocínio normal. Grandes nomes de mulheres que brilharam no exterior no terreno artístico são os de Magdalena Tagliaferro e Bidu Sayão. Creio que, nesse setor, estará nosso país fadado a oferecer uma valiosa contribuição à cultura universal.

O ambiente ideológico feminista dominante era obviamente o mesmo na França revolucionária, no radicalismo inglês e na América progressista. Poucos anos depois, as idéias feministas em florescimento graças ao *Enlightenment* encontraram perfeita expressão literária na obra de Jane Austen (†1817). Os romances *Pride and Prejudice*, *Emma* e *Sense and Sensibility* (todos os três se havendo tornado temas de filmes de grande perfeição) procuram descrever mulheres

notáveis não apenas por suas emoções e sentimentos românticos, mas por sua razão, equilíbrio e bom senso. O amor romântico, o moralismo e a racionalidade vitorianas conciliam-se na obra de Austen. Na realidade, criam contradições na estrutura da família que, em pleno século XIX, acabam revelando as brechas nas quais a Revolução sexual introduzirá sua carga de dinamite.

A infidelidade no casamento que, em séculos anteriores, era privilégio dos homens e de algumas mulheres da elite aristocrática, começa a se legitimar através das paixões amorosas dramáticas que escritores, músicos e cientistas exaltam. Ciúmes, infidelidades, traições tornam-se enredos preferidos de óperas. Surge o movimento do “Amor Livre”. Inicialmente, é este recebido com hostilidade apenas pouco menor do que o Anarquismo, como se fosse o fim do mundo, mas a pressão feminista se amplia e diversifica – eis que as mulheres vencem as resistências conservadoras, que nem sempre são sinceras, pois apenas encobrem a obstinação masculina em preservar privilégios do patriarcalismo tradicional. É o matrimônio patrimonialista que começa a ser contestado. O controle da natalidade ou planejamento familiar segue paralelamente às idéias que dizem respeito à libertação da mulher. Métodos contraceptivos já existiam, evidentemente, desde a mais alta antiguidade e o infanticídio também. O *coitus interruptus* (o método de Onan, ou coito vestibular) e o *coitus reservatus*, referido pelo termo *karezza*, eram conhecidos e em documentos egípcios se menciona o uso de técnicas semelhantes. Em que pese já tenha o que é hoje vulgarmente conhecido como “camisinha” sido utilizado por um rei da Inglaterra no século XVII, sendo a invenção atribuída a um cavalheiro chamado Condom. O termo *condom* é hoje sinônimo de camisinha. Mas a tecnologia moderna adequada só começou a surgir no século XIX. O interessante é o relacionamento desses progressos com o movimento feminista e com a consciência que toda a problemática está associada à questão da expansão demográfica, pela primeira vez seriamente levantada por Malthus.

Isso me leva a recordar a piada do médico e humorista americano Oliver Wendell Holmes (†1894). Pai de um ainda mais célebre juiz da Corte Suprema dos EUA, com o mesmo nome, e inspirado ao que consta pela mãe, uma



calvinista rigorosa que morreu aos 93 anos, argumentava Holmes que “é a vida uma enfermidade fatal (*fatal complaint*) e eminentemente contagiosa”... O aforismo merece ser memorizado. Ronald Laing, psicanalista inglês (†1989), era mais cru. A vida, dizia esse fundador da “anti-psiquiatria”, “é uma doença sexualmente transmissível com 100% de mortalidade”. Uma versão malandra do mesmo pensamento, igualmente divertida, encontrei num artigo de Luís Fernando Veríssimo: “Viva todos os dias como se fosse o último. Um dia você acerta...”

Sucedendo a Mary Wollstonecraft, três outras ativistas merecem ser lembradas a esta altura de nosso exame histórico. A primeira, Harriet Martineau, é bastante conhecida. Nasceu no princípio do século XIX e escreveu sobre economia; procurando também pôr em prática as idéias de Malthus, o que a conduziu à defesa dos métodos de planejamento familiar, teria sido uma “feminista céтика”, de amplo espectro de interesse. A segunda é Elizabeth Candy Stanton. Esta americana exerceu uma influência ponderável no sentido de obter o direito de voto para as mulheres em meados do século XIX. Infelizmente, a Guerra Civil e a luta contra a escravidão perturbaram sua campanha de “direitos civis” pois, ao contrário do que ocorreria na década dos 60 do século XX, os dois reclamos não se confundiram e muitas vezes interferiram um nos outros. A “*Declaração de Sentimentos*” na Convenção de Seneca Falls (1848) configurou um importante passo constitucional à frente no sentido de demonstrar a “verdade evidente por si-mesma” – que homens e mulheres foram criados iguais em direitos. A filha de Elizabeth, Harriot Stanton Blatch, seria aquela que obteria o direito de voto feminino nos Estados Unidos, em 1920.

Um episódio divertido foi protagonizado por Susan B. Anthony em 1872. Dois anos antes, havia sido aprovado a XIV Emenda à Constituição, concebida para proteger os direitos civis dos escravos recém-libertados. A emenda afirma, simplesmente, que “todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos” são cidadãos americanos e não podem ser privados de seus privilégios e imunidades como cidadãos, nem lhes pode ser negada a proteção igual da lei. Acontece que, se a emenda não faz distinção em termos de raça ou cor,

tampouco se refere ao sexo. Uma “pessoa” tanto pode ser uma mulher, quanto um homem. Aproveitando a dica, Susan Anthony se apresentou, com algumas amigas, diante de um precinto eleitoral e exigiu que o mesário lhes aceitasse o voto. Numa situação de grande comicidade, pego de surpresa pela leitura da Constituição e respectiva emenda, o homem não soube como recusar. Após consulta a um advogado, Susan percebeu seus direitos constitucionais e, sendo presa posteriormente por desrespeitar a lei, enfrentou um juiz machista e teimoso que conseguiu dominar com uma retórica interminável, até deixá-lo esfalfado. O incidente teve repercussão em toda a imprensa americana, causando uma polêmica entre o drama e a farsa, que muito contribuiu para o debate da questão e seu sucesso final. Cabe notar que, entre 1776, 1789, 1848, 1872, 1920 e 1968/69, imensos passos foram dados com intervalos médios de duas gerações, no caminho do voto e da “libertação feminina” integral, em termos da moral e costumes.

Duas outras mulheres importantes no processo são Elmina Slenker e Dora Forster. Queixavam-se estas, não da falta de direitos ou do sexo, mas do fato de os homens não proporcionarem às mulheres, no casamento ou em qualquer relação colorida, o prazer sexual a que têm direito. Em sua obra *Making Sex*, Thomas Laqueur indica ter a evolução do feminismo sido acompanhada por avanços científicos que provaram ser a ovulação independente tanto do coito quanto, naturalmente, da fecundação do óvulo no útero feminino – descoberta sobretudo do naturalista francês F.A. Pouchet em 1847. A pesquisa desmentia muitas crenças, preconceitos e superstições que obstinadamente cercavam o corpo da mulher. Créditos, preconceitos e superstições cercavam mais ainda o ato sexual, a masturbação e o “pecado hediondo”, o homossexualismo. É inacreditável o volume de incoerências e falácias que foram cultivados naquela época, oprimida por complexos, frustrações e enorme confusão. Foi, no entanto, nessa época que, pela primeira vez, se pensou seriamente sobre os problemas do sexo e, ao assim fazer, se preparou a grande “revolução” de nossa época. Salientemos que isso ocorria principalmente em meados daquela centúria, em plena “época vitoriana”, preparando a emergência do pensamento de



Nietzsche, Freud e Jung, ao final da mesma. Anunciava a grande explosão do Eros que ocorreria cem anos depois.

Outro nome particularmente relevante na matéria, como paradigma das incoerências e confusões da época, foi o do inglês libertário radical Richard Carlile (†1843). Carlile contribuiu poderosamente para a emancipação da mulher com sua obra, então considerada revolucionária, *Every Woman's Book*. Combateu a moralidade sexual convencional em franco paralelismo com as idéias contemporâneas de Fourier, Carlile pregava a libertação das “paixões” sexuais e propunha a construção de Templos de Vênus onde os desejos femininos poderiam ser satisfeitos, higiênica e controladamente, inclusive no adultério. Em outra oportunidade, mencionei as idéias extravagantes de Fourier, explicáveis talvez como contraponto aos tempos terríveis do Terror jacobino, em França, e das guerras napoleônicas. Uma explosão sexual freqüentemente acompanha tais acontecimentos coletivos. Um exemplo similar de originalidade é a obra do arquiteto utópico Claude Nicolas Ledoux, falecido em 1806 mas tendo, em pleno período de reação termidoriana do regime do Directoire, em que homens e mulheres procuravam esquecer as angústias por que haviam passado, proposto uma série de planos mirabolantes para o embelezamento de Paris. Um destes era o que Ledoux chamava a “Casa do Prazer”, *Maison du Plaisir* ou *Oikèma*, espécie de imenso palácio-bordel, de forma fálica, que teria servido perfeitamente para os Falanstérios eróticos de Fourier. Ele descreve o projeto, nunca realizado, com palavras um tanto ou quanto confusas: “*L’Oikèma présente à la bouillante et volage jeunesse qu'il attire, la dépravation de sa nudité et le sentiment de la dégradation de l'homme, ranimant la vertu qui sommeille, et ainsi conduit l'homme à l'autel de l'hymen vertueux.*”

A época de tais idéias ainda não havia chegado. Carlile passou grande parte da vida na prisão, por ofensa à moral e aos bons costumes... Editada por M.L. Bush, uma coletânea recente sobre “*Carlile's Philosophy of Sex*” aborda a personalidade e obra do excêntrico cavalheiro. Um dos pontos pertinentes é que, quase que unanimemente, seus contemporâneos condenavam o homossexualismo, a masturbação e o sexo dos jovens solteiros – mesmo aqueles que, como Blake,

Shelley, James Mill, Bentham e William Cobbett, defendiam o que então se chamava “Amor livre”. Outra curiosidade emanada das loucuras de Rousseau, era a idéia que a sexualidade não era inata, mas produto da sociedade. Carlile alimentava a idéia esdrúxula que o crucifixo é um símbolo fálico e foi o ateísmo o que determinou principalmente sua detenção. Contudo, contribuiu poderosamente para a divulgação do malthusianismo.

A discussão aberta da problemática do controle da natalidade surge nos EUA antes mesmo da Europa. A idéia de contracepção, concomitante do “Amor livre”, começou a ser introduzida através da obra de um médico, Charles Knowlton, que aconselhava métodos adequados em obra publicada anonimamente em 1813, *The Fruits of Philosophy: or, the Private Companion of Young Married People*. O diafragma era indicado como recurso a ser preferido. Não obstante seu caráter discreto e medicinal, dirigido aos jovens casais, o Dr. Knowlton sofreu vários processos e uma prisão de três meses no estado de Massachussets. Na Inglaterra, quando publicado, o livro também provocou celeuma em que esteve envolvida Annie Besant, a famosa “espiritualista”. Outro autor, o grande reformador socialista Robert Owen, publicou sua *Moral Physiology* em 1831, aconselhando vários métodos anticoncepcionais. Mas, já em 1808 o Dr. Samuel Jenning divulgara seu *Married Lady's Companion* em que recomendava várias maneiras de promover o aborto, processo esse que de modo algum era proibido ou tinha sua proibição exigida por lei, na maioria dos estados da Federação americana. É verdade que, desde sempre, métodos e substâncias abortivas eram conhecidas na medicina popular e utilizadas na vida comum. Fundadora do Movimento pelo controle da natalidade nos Estados Unidos, Margaret Sanger (†1966) já estava perfeitamente consciente, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, do relacionamento entre pobreza, mortalidade infantil, fertilidade exacerbada que provoca a expansão demográfica descontrolada, e mortalidade feminina precoce no parto ou no aborto. Como feminista ativa, Sanger enfrentou heróica e repetidamente as autoridades tapadas. Muitos promotores invocavam uma legislação arcaica para acusá-la, criminalmente, de “distribuição de literatura obscena”. Consideremos que suas vitórias na Justiça antes da



II Guerra Mundial se adiantam em quase cinqüenta anos à descriminalização do controle da natalidade em nosso próprio país. A descoberta da pílula consagrou-a em seu propósito. As estatísticas indicam que, se em 1964, oito milhões de mulheres tomavam a pílula, já eram 35 milhões seis anos depois e 50 milhões em 72. Um dado recente, proveniente da China, estima em 4 bilhões o número de pílulas anualmente ingeridas pelas chinesas para se conformarem às injunções de seu governo, autoritariamente empenhado em conter a explosão da maior população do mundo, já hoje de 1,2 bilhão de seres. O DIU e o diafragma colaboraram com outros tantos milhões. A extensão do aborto legal foi outro fator eficiente de planejamento familiar.

Margaret Sanger, Elmina Slenker, Dora Forster e a anarquista Emma Goldman ansiavam também por serem amadas: “desejamos os sexos de se amarem mais do que agora”, “queremos que se abracem abertamente, francamente, ardentemente; que gozem das carícias, dos abraços, dos olhares, da voz, da presença e dos próprios passos da pessoa amada.” Detrás da racionalidade de um movimento pelos direitos da mulher, inclusive de uma idealização do orgasmo – manifestada às vezes como um direito – se descobre também uma visão utópica do amor livre como suscetível de conduzir ao paraíso, ecos das alucinações de Fourier e dos gnósticos adamitas medievais. Interessante é por isso a vida e obra de Emma Goldman (†1940). Nascida na Rússia em 1869, imigrada nos Estados Unidos quando ainda adolescente, exilada para a União Soviética em consequência de suas atividades subversivas e, posteriormente, refugiada na Inglaterra, essa agitadora sentimental e anarquista se rebelou tanto contra Marx como contra Freud. Na obra *My Disillusionment in Russia*, ela foi uma das primeiras testemunhas a denunciar a tirania stalinista, numa época em que um número enorme dos mais ilustres bobocas da *intelligentsia* européia e americana se babavam de admiração pela URSS. E contrariando o fundador da psicanálise, ela salientou que o impulso criativo não é o resultado da repressão, nem consequentemente da “sublimação” da Libido: “não é um antídoto do instinto sexual mas parte de sua poderosa expressão... O sexo é a fonte da vida... Onde falta o sexo, tudo falta”. E, no entanto, essa mulher admirável, he-

roína do ideal de amor livre, confessou com franqueza brutal em suas Memórias, *Living my Life*, a patética escravidão em que, deliberadamente, se deixou cair por força de uma paixão desabrida em relação a um amante do mais desprezível caráter. “Se jamais nossa correspondência for publicada”, escreveu ao empresário canalha com quem se ligara, “o mundo tomará conhecimento com o maior espanto que eu, Emma Goldman, a poderosa revolucionária, a aventureira ousada, aquela que desafiou as leis e as convenções, se tornaria tão desavorida como a tripulação de um navio que naufraga em meio à tempestade... Emma Goldman, a Wollstonecraft do século XX, do mesmo modo como sua grande irmã é fraca e dependente e subserviente a um homem”... Em poucas palavras: os ideais genuínos do Feminismo anárquico se desintegram de encontro à “promiscuidade” de suas emoções e paixão sexual por um homem... Seria uma triste conclusão à utopia do amor livre, se Emma não houvesse igualmente antecipado as teses mais radicais do liberalismo, no caso do Libertarianismo, como se diz nos EUA, ou do “anarco-capitalismo”! Vejam esta citação extraordinária: “O indivíduo é a verdadeira realidade na vida. Em si-mesmo um cosmo, ele não existe para o Estado, nem tampouco para essa abstração chamada ‘sociedade’, ou para a ‘nação’ que é apenas uma coleção de indivíduos. O homem, o indivíduo, sempre foi e é, necessariamente, a fonte única e poder motivador da evolução e do progresso.”

Mas façamos referência a personalidades de maior relevo. A cientista franco-polonesa Marie Curie e as escritoras Virginia Woolf e Gertrude Stein dão um brilhante lustre feminino à cultura do século XX em seu início. Hannah Arendt é uma das mais influentes filósofas políticas da centúria, conquanto maior popularidade, prestígio e imensa influência granjeou Simone de Beauvoir. Nos Estados Unidos, salientaram-se grandes romancistas e ensaístas na vertente dita “conservadora” ou “libertária” do pensamento. Ayn Rand alcançou um imenso sucesso com suas idéias radicais numa obra que eu diria de inspiração “nietzscheana”. Bárbara Tuchman e Gertrude Himmelfarb talvez sejam as mais eminentes historiadoras da segunda metade do século. É com elas, naturalmente, com a britânica Doris Lessing e a americana Betty Friedan que



principia a antologia de Miriam Schneir. Publicado em 1949 (traduzido para o inglês em 1953, com uma edição portuguesa posterior), a obra de Beauvoir, *Le Deuxième Sexe*, é primordial. O livro é um marco feminista por insistir na idéia nuclear de “libertação” e de conscientização que, infelizmente, ela encaixa no movimento marxista mundial. Vivendo maritalmente, amiga e discípula de Sartre, Beauvoir foi influenciada pela sua versão peculiarmente caolha do “existencialismo” como filosofia, que combina com a postura *gauchiste* segundo o cacoete habitual do Quartier Latin. Isso afeta seu argumento. Seguindo o raciocínio circular dos marxistas da linha originada por Rousseau, ao tentar explicar “por que o mundo sempre pertenceu aos homens?”, ela põe a culpa na “sociedade”. “Não se nasce mulher”, diz ela. “Nos tornamos mulher” (*On devient une femme*). No encadeamento desse arrazoado bastante tolo, torna-se evidente que, segundo as feministas, apenas caberia mudar as “estruturas” para que gloriosamente se libertasse a mulher de sua condição biológica e emergisse da milenar sujeição. Uma certa dose de paranóia transparece no argumento. Beauvoir usa a versão da dialética sartreana e alega que, para os homens, “através da identificação do *phalus* com a transcendência, ocorre que seus sucessos sociais e espirituais lhe proporcionem um prestígio viril... ao passo que, das mulheres, é exigido que, a fim de realizar sua feminilidade, devam renunciar os reclamos de sujeito soberano”. As atrizes, dançarinas, cantoras e modelos seriam as únicas, nos últimos trezentos anos, a manter uma certa independência concreta no seio da sociedade. A esperança de que o trabalho fora de casa seja melhor veículo de libertação do que a família não nos convence; e a possibilidade de conciliação das duas obrigações está hoje comprovada. Argumentando inconsistentemente que “o mundo sempre pertenceu aos homens”, Beauvoir descreveu o amor conjugal como uma mistura de afeto, ressentimento, tédio, ódio, constrangimento, resignação, obediência, dependência e hipocrisia. Mas mesmo sem casamento, sentiu o tédio depois da morte do companheiro. “Tornando-se estúpida por se apaixonar”, no seu caso particular não chegou a correlacionar o casamento com a prostituição. A prostituição seria a sombra escura que acompanha a família desde os tempos antigos até a modernidade e,

neste ponto, a francesa tem certa razão: desmilingüe-se a família, mas a prostituição não abate... Uma contemporânea de Beauvoir, Louise de Vilmorin, grande romancista e amante de Malraux, acreditava ao contrário das outras feministas que, “para uma mulher, nada há de pior do que ser livre” ...

Beauvoir teve seguidoras, na França e no exterior. Theodore Zeldin cita Mandarine Martinon, de Lyon, que conquistou seu primeiro amante com 12 anos de idade, participou dos *événements* de 1968 e, em 1990, liderou a “primeira revolução das crianças”, cem mil bagunceiros do segundo grau, gênero “caras-pintadas” reclamando alguma bobagem qualquer do governo. Mas mesmo essa jacobina acabou chegando à conclusão que o “amor livre” não resolve. Procurou então a amizade. Uma outra feminista é Antoinette Fouque, que rejeita as idéias de Beauvoir e de sua sucessora, Elisabeth Badinter. Em seu livro fascinante *Intimate History of Humanity*, conta-nos Zeldin a história de várias dessas mulheres de talento, principalmente francesas, cuja reação ao furacão dos anos 60/70 merece nossa atenção... – para acabar concluindo, melancolicamente, que “houve mais progresso na cozinha do que no sexo”. O principal exemplo do remate é uma espanhola, Alícia Ivars, que iria encontrar a felicidade num restaurante, o Jardim das Delícias. Mas não sendo mais o sexo a solução milagrosa, as mais inteligentes procuram-na na amizade colorida. É também essa a conclusão filosófica de Alícia e de Zeldin. Enfim, embora seja difícil entender o arrazoado, a conclusão é que, havendo até agora sido suprimidas as possibilidades das mulheres, chegou o momento de lhes ser permitido potencializar as oportunidades. Annick Geille, uma jornalista que lançou a versão francesa da *Playboy*, é outra feminista que respirou “*l'air du temps*”, na França dita “pós-moderna”, decidindo que o futuro anuncia um hedonismo refinado no qual “a vida não tem graça sem os homens”...

No meio das desordens intelectuais que acompanharam o triunfo da esquerda *rive gauche* parisiense, com enorme impacto não só sobre intelectuais subdesenvolvidos de nosso continente austral mas mesmo sobre os meios universitários da sofisticada e poderosa América do Norte, merece menção especial Jacques Lacan. O psicanalista é acompanhado por outros extravagantes



como Deleuze, Baudrillard, a Kristeva e a Irigaray. Nossa José Guilherme Merquior escreveu páginas impagáveis de grande ironia sobre os efeitos dessa “lacanagem” do estruturalismo tardio e da chamada “pós-modernidade”. Como escreve o crítico J. Lechte (citado pelo professor José Carlos Azevedo em artigo no *Jornal do Brasil* de 1/8/2002), “Lacan joga com o conceito de que a mulher não tem pênis e é, portanto, parte da emergência do simbólico: o pênis torna-se um falo que se torna significante pela ausência.” A frase é tão oca, como observa Azevedo, quanto as idéias medíocres desses franceses “pós-moderados” que, deliberadamente, procuram escapar dos requisitos cartesianos tradicionais do pensamento inteligente, lógico, claro e preciso.

De todas as mulheres que, com crescente veemência, procuraram conquistar seus direitos e criaram o movimento feminista, a mais notável tenha talvez sido a americana Betty Friedan, nascida em 1921. Ela é a contrapartida de Mary Wollstonecraft no momento da Revolução Sexual de nossos dias. Betty Friedan realmente integrou o movimento de reivindicação feminista ao processo global. Um número considerável de livros estão sendo publicados, nestes últimos anos, tentando cobrir o assunto de vários ângulos – desde quando Friedan despertou a consciência das mulheres com sua obra *The Feminine Mystique*. Pensando naturalmente em Freud, Friedan pergunta se a anatomia é ou não destino – a questão crucial! É a pergunta sobre se é a cultura que determina a situação e comportamento das mulheres, ou se esse comportamento lhe é, desde a infância, imposto pela herança genética. A outra mulher que se deve colocar em evidência é a grande romancista britânica Doris Lessing. Escritora de enorme sucesso, em sua obra *The Golden Notebook* (1962) descreve, através de personagens femininas imaginárias, a enorme transição na sorte das mulheres, desde as heroínas do século XIX como a *Indiana* de George Sand, a *Anna Karenina* de Tolstoi, ou a *Jane Eyre* de Charlotte Brontë, acorrentadas ainda às convenções machistas de sua época, até as “mulheres emancipadas” como a atriz Molly e a escritora Anna Wulf, com suas conquistas, suas lutas sociais e psicológicas, suas angústias e frustrações. Num determinado momento, por exemplo, indaga Anna com cer-

to trejeito: “Mulheres livres? Mas ainda elas nos definem em termos de relacionamentos com homens, mesmo entre os melhores”...

Após a partida dada por essas ativistas na literatura feminina sobre a *women's lib*, a “libertação das mulheres” se tornou meia caótica. Temos feministas, anti-feministas, lésbicas, heterossexuais ortodoxas, promíscuas, monogâmicas, pudicas, casadas, divorciadas, mães solteiras, mães de família, brancas, pretas, hispânicas, revolucionárias, liberais, pró-aborto (*pro-choice*), anti-aborto, marxistas, conservadoras, republicanas, algumas zangadas, outras doces e amorosas, umas moderadas e amigas do outro sexo, outras radicais, críticas e céticas, histéricas, choramingas e queixosas, outras paranóicas, outras ainda acentuando o poder das mulheres e proclamando sua independência sem complexos. Os debates giram sempre em torno da questão, não só da igualdade com os homens, genética ou legal – o que depende – mas da responsabilidade pela reprodução, a família e as crianças, e a responsabilidade por si-mesmas no trabalho. Numa perspectiva puramente ética, temos finalmente escolha entre *Bad Girls*, *Good Girls*, *Women, Sex and Power in the Nineties*. O título é de uma coletânea editada por Nan Bauer Maglin e Donna Perry; ou o livro de Elizabeth Fox-Genovese *Feminism is not the Story of my Life*; ou *The Cultural Contradictions of Motherhood* de Sharon Hays. Recomendo, particularmente, a obra que celebriou Camille Paglia.

Enfim, não é certo, de modo algum, que a dominação masculina seja característica de toda organização familiar em qualquer sociedade, como alegam as feministas radicais. Há sociedades, raras sem dúvida, em que a herança se transmite pela linhagem feminina e alguns antropólogos falaram numa idade matriarcal de domínio da mulher. Não tomemos muito ao pé da letra, portanto, os protestos e denúncias das feministas mais raivosas. Sempre podemos fazer referências a mulheres de beleza e prestígio que seduziram homens famosos, que governaram com mão de ferro, que dominaram cortes e academias aristocráticos, que fundaram *salons* onde foi elaborada a filosofia do Iluminismo moderno, e formaram centros em torno dos quais giravam os machos como zangões numa colméia. Madame de Sévigné, Madame de La Fayette,



Madame de Rambouillet, Mademoiselle de Scudéry, Madame du Deffand, Madame Récamier e, na Alemanha, Rahel Varnhagen – quantas outras se ilustraram, ao ilustrar a época! Não foi só a libertinagem do *amour gaulois* que celebrou a mulher francesa, foi sua contribuição para a cultura e sua ação inspiradora de homens poderosos, muitas vezes a elas inferiores em inteligência e bom senso. Tudo indica que, no futuro, possamos esperar um crescimento ainda mais notável da presença feminina na sociedade – e que essa será a mais positiva e notável contribuição da Revolução sexual ao progresso da história.

A obtenção dos “direitos políticos” pelas *sufragetes* é apenas um aspecto primário – quase diria subalterno – da Revolução feminista. Iniciada pelo pensador liberal John Stuart Mill em 1823, a luta pelo voto das mulheres prolongou-se, na Inglaterra, até princípio do século XX, quando Emmeline Pankhurst funda a União Social e Política das Mulheres. Mill dera início à sua campanha contra as injustiças por elas sofridas quando tinha apenas 17 anos, mas só em 1869 publicou seu livro influente, *The Subjection of Women*, dando ao primeiro capítulo o título: “O Domínio das Mulheres pelos Homens é Baseado na Força Bruta e Falta de Reflexão”. Argumentou que a liberdade e a segurança contra a violência dos homens são essenciais à felicidade da mulher. Uma outra feminista que entrou na briga foi Flora Tristan Moscoso (†1844). Personalidade curiosa e aventureira, nascida no Peru e filha ilegítima de um nobre francês emigrado, Flora Tristan foi casada com um artista que a maltratou durante anos e tentou mesmo matá-la, sem que ela conseguisse se livrar do perseguidor. Como escritora, seria a iniciadora do feminismo em França. Estou informado que Mário Vargas Llosa estaria escrevendo uma história romanceada dessa criatura excepcional.

Eminente ainda entre as primeiras feministas é a americana Victoria Claflin Woodhull, que morreu na Inglaterra aos 90 anos em 1927. Ela e sua irmã Tennessee foram radicais endiabradadas com um largo espectro de interesses, inclusive o espiritismo, que as levou a associar-se com o magnata das finanças Cornelius Vanderbilt. Interessadas em socialismo e marxismo (publicaram em 1872 a primeira tradução inglesa do Manifesto Comunista de Marx e Engels),

passaram a vida criando casos para as autoridades e lançando idéias novas. Victoria foi a primeira mulher americana que se candidatou à Presidência dos Estados Unidos. Uma discípula de Pankhurst com tendências anarquistas e arruaceiras, Emily Davison, é a única vítima fatal das campanhas feministas. Em junho de 1913, ela provocou um distúrbio na corrida do Derby, sendo derrubada pela multidão e morrendo quatro dias depois de fratura do crânio. É a primeira mártir oficial do feminismo. A própria Emmeline Pankhurst foi presa várias vezes, uma delas numa manifestação diante do Palácio de Buckingham em 1914, depois da qual fez greve de fome. Antes, porém, de conceder ao “sexo frágil” o direito de voto, os homens iam dedicar-se à Guerra de Trincheiras em que dez milhões se bombardearam, fuzilaram, envenenaram e estraçalharam mutuamente, com baionetas, espadas, lanças, pás e coronhadas, da maneira mais feroz e em evidente manifestação da loucura mais imbecil. Dizem os cientistas que essa agressividade deve ser atribuída à presença do hormônio testosterona, presente nos testículos. Creio que fatores genéticos, culturais e psicológicos também se relacionam com o prazer da luta e da violência, tanto assim que mulheres e mesmo eunucos podem ser agressivos, revelando pendor homicida.

O direito de voto na Grã-Bretanha data de 1928, mas dez anos antes já podiam candidatar-se ao Parlamento. Foi em 1918, terminada a Grande Guerra, que o Governo de Lloyd George lhes concedeu o direito. Elas haviam obtido o apoio, desde o princípio, do jovem estadista Winston Churchill que discordava, no entanto, dos métodos utilizados na propaganda. O feminismo oficial britânico aderiu ao Partido Conservador. As primeiras nações onde as mulheres conseguiram o que desejavam no terreno político foram a Nova Zelândia e Austrália, em 1893 e 1902 respectivamente. Nos Estados Unidos, o movimento a favor do sufrágio feminino principia em 1848, como mencionamos acima, numa conferência que se reuniu em Seneca Falls, estado de Nova York, graças aos esforços de Lucretia Mott e Elisabeth Cady Stanton. O feminismo só canta vitória, no entanto, em 1920. A mesma lentidão se registra em outros países. O Brasil é uma das primeiras nações latinas a lhes conceder o voto, logo



depois da Revolução dita Liberal de 1930. Não valia muito. Getúlio Vargas só daria alguma importância às urnas vinte anos depois, quando descobriu que podiam ser populisticamente manipuladas em proveito próprio... A esse propósito, é interessante salientar que, muitas vezes por conservadorismo e passividade, foram as próprias mulheres que se negaram a reivindicar o sufrágio, como é o caso da Suíça onde, só recentemente, ocorreu a equiparação dos direitos políticos em toda a Confederação.

Os direitos econômicos são concomitantes. Foram ainda mais lentamente conquistados. Antigamente, as mulheres nem mesmo podiam manter uma conta bancária em seu nome. Hoje, dizem que mais de 50% da fortuna americana estaria nas mãos de mulheres. Os maridos trabalham como burros, morrem de enfarte e deixam a herança para as viúvas, herança que algumas, mais “alegres”, irão gozar com seus gigolôs na Europa e alhures. Outras herdaram de pais milionários e desperdiçam a fortuna com *playboys*. A “*poor rich girl*”, a pobre menina rica Barbara Hutton, filha de uma opulenta família de Nova York, e um de seus maridos, Porfírio Rubirosa, assim como outra filha de milionário, produtor de tabaco nas Carolinas, Doris Duke, foram casos típicos.

Interrompendo o movimento do liberalismo clássico, e não obstante algumas ruidosas manifestações feministas no auge da Revolução bolchevista sob a ditadura de Lenin – o propósito dos movimentos totalitários da centúria, particularmente o socialismo e o “nacional-socialismo” que pretendiam inaugurar apocalipticamente o Fim da História, era tudo estatizar, inclusive o sexo, destruir a família e perseguir os dissidentes até a morte. O escritor e revolucionário francês Sébastien Chamfort (†1794), atacando o radicalismo dos totalitários de todos as idades, resumiu o postulado dos jacobinos de esquerda com o mandamento antológico: “Sê meu irmão ou te mato”... Uma única mulher de gabarito intelectual se destaca na esquerda marxista da primeira metade do século, Rosa Luxemburgo. Judia polonesa de cultura alemã, ela se envolveu nos distúrbios consequentes à derrota dos Impérios Centrais em 1918 e morreu assassinada. Mas o totalitarismo – tanto o de “direita” quanto o de “esquerda” – terminou em fiasco depois de inaudito genocídio. O feminismo, ao

contrário, sem provocar qualquer grave subversão ou brutalidade, anuncia-se como havendo causado uma metamorfose bem mais profunda do que tudo que foi realizado em nome daquelas doutrinas nauseabundas. E a contribuição é precipuamente anglo-americana.

O feminismo não deve ser identificado, contudo, com o declínio da estrutura familiar. Acredito que ele agora apenas maior responsabilidade atribui à mulher do que ao homem. A família dita “patriarcal” – em que, caracteristicamente, o “nome de família” é quase que invariavelmente o patronímico – se converteria num núcleo de igual responsabilidade da mãe e do pai. No Brasil, por exemplo, certas personalidades são mais conhecidas pelo nome de família da mãe do que pelo do pai, freqüentemente por motivo de originalidade ou etimologia nórdica. Kubitschek era o nome de família da mãe do Presidente Juscelino de Oliveira; Niemeyer é o nome de família da mãe do arquiteto Oscar Soares. Na tradição espanhola, o nome da mãe é acrescentado ao nome do pai. Por exemplo, o famoso escritor Mário Vargas Llosa: o nome do pai era Vargas e da mãe Llosa. Isso causa confusão a nossos jornalistas que, invariavelmente, identificam os hispânicos pelo último nome, ao invés de fazê-lo pelo penúltimo. Na Suíça, o marido às vezes acrescenta o nome da esposa ao seu próprio, por exemplo Herr Schmidt-Müller, quando Müller é o nome de família da cônjuge. Na Islândia, a mulher não adota o nome do marido, conservando seu próprio, de solteira, ainda que comumente seja este o nome do pai. Por exemplo, o filho de Gustavo será conhecido como Gustavson e a filha do mesmo cidadão como Gustavdottir – patronímico que ela nunca abandonará. Essa peculiaridade costumava criar problemas para os casais islandeses quando viajam ao exterior... Ela está associada à velha tradição democrática da ilha que foi uma das primeiras nações européias a reunir um parlamento (já no século XI), no qual as esposas participavam das discussões com os maridos.

Devemos considerar o feminismo como um fenômeno paralelo e estreitamente integrado ao movimento político plurissecular que, a partir de seu núcleo original na Suíça, Países Baixos e Inglaterra, floresceu na grande Revolução Liberal do final do século. Escrevendo sobre a sociedade inglesa em livro



de 1966, sob o título *Transforming Men*, alega Geoff Dench, no entanto, que em seus aspectos atuais está o feminismo condenado a declinar. Dench combate o preconceito, vulgarizado pelo comunista italiano Antonio Gramsci e estimulado por Simone de Beauvoir e outras feministas da esquerda festiva, de que os homens sempre tenham gozado de uma hegemonia opressora e universal, dominando as mulheres em todas as esferas, inclusive econômica. A idéia é falsa. Que os padrões de relacionamento entre os dois sexos tenham mudado, é coisa que o sociólogo londrino não nega em absoluto, ao acentuar que, nas últimas décadas, as mulheres conquistaram milhões de novos empregos, enquanto os homens os perderam, assim inflando os índices de desemprego. Que a entrada das mulheres no mercado de trabalho seja uma das causas do número elevado de desempregados em muitos países da Europa e América Latina – juntamente com os avanços tecnológicos, automação das fábricas, informática e intensa imigração concorrente, de procedência do Terceiro Mundo – é coisa que só os observadores preconceituosos, obcecados com seus princípios marxistas, procuram esconder. Na Europa, especialmente na França e Alemanha, o número de desempregados corresponde quase exatamente ao de imigrantes, inclusive clandestinos, árabes, africanos, turcos e iugoslavos.

Em sua obra *O Cidadão*, alega nosso amigo filósofo Mário Vieira de Mello que os americanos são um povo de parcos interesses intelectuais e determinados apenas pelo que ele chama as “estruturas de poder”, não havendo sofrido senão superficial influência da cultura européia. Allan Bloom, crítico prestigioso cuja obra *The Closing of the American Mind* causou considerável impacto, no entanto, tem uma opinião diferente – uma opinião com a qual me alinho. Para ele, a América nada mais é do que um grande palco onde as teorias dos filósofos europeus foram representadas, inclusive como tragédias e como comédias. A história americana é a marcha majestosa e triunfante dos princípios ocidentais de liberdade e igualdade, que deram sentido a tudo que seus compatriotas fizeram ou estão fazendo. Nesse drama, Bloom opina que eles, os americanos, chegaram ao último ato ao informar e reformar o que há de mais íntimo na vida privada, o sexo. Com o feminismo, a biologia deixou de ser o destino,

como imaginava Freud. O movimento nos Estados Unidos acabou agindo como um depressor no humor de bacanal da Revolução Sexual. Reprimiu-lhe o aspecto dionisíaco e carnavalesco – e, na verdade, não vejo muito bem feministas radicais desfilando em sambódromos... Os princípios de igualdade e liberdade atingem o sexo e suas consequências – o amor, o casamento, a família e isso se tornou o tema de seu projeto nacional. Vale lembrar então uma comédia de Aristófanes, *A Assembléia das Mulheres*, em que a sociedade impõe, por lei, tenham as velhas feias e decrepitas o mesmo direito à satisfação sexual com os mais belos, jovens e vigorosos varões da *polis*, como as mais lindas raparigas em tenra idade. Nossas socialistas feministas nunca pensaram nisso. Não chegou o igualitarismo moderno a tais extremos, graças a Deus! Vinicius de Moraes teria tido uma crise de apoplexia – ele que exigia de toda mulher que fosse bela! Mas Bloom também fala na libertação do corpo aconselhada por Platão, e sua sugestão de que moças e rapazes façam exercícios juntos, nos mesmos trajes em que vieram ao mundo. O princípio da Liberdade desencadeou a Revolução sexual e o feminismo marchou sob a bandeira do princípio da Igualdade. Con quanto os dois princípios tenham ido de braços dados durante algum tempo, conclui Bloom, “suas diferenças eventualmente colocaram-nos em conflito um com outro, assim como Tocqueville preveniu que sempre aconteceria entre a liberdade e a igualdade”.

Após o intervalo dramático dos anos 30/40, anos totalitários, brutais, ideológicos, belicosos, genocidas, veio o pós-Guerra com a Carta das Nações Unidas que afirma “direitos iguais de homens e mulheres”. O feminismo recomeçou a prosperar e alcançou seus maiores triunfos – e virtual embriaguez... – nos anos loucos de 1968 a 1975. Daí por diante, uma série de Conferências Internacionais de Mulheres (a última das quais em Beidjing, a que compareceu a senhora Ruth Cardoso, esposa do Presidente da República) e uma profusão de publicações e decisões legislativas e judiciais alcançaram os principais objetivos do movimento. O importante é agora a consolidação do terreno conquistado. As mudanças nos costumes realizados são de tal profundidade e extensão que não se poderia esperar resultados mais ponderáveis em relativamente tão pouco tempo.



Detenho-me no argumento. O que ocorreu no feminismo, tal como manifestado pela catadupa de obras sobre o tema e a mudança de costumes, é a meu ver que homens e mulheres se deram conta que, em seu relacionamento mútuo, não funciona apenas a concupiscência, o amor, a libido sexual, ou seja, o discurso de Freud. Funciona igualmente a *Libido dominandi*, o discurso de Nietzsche, a *Wille zur Macht*. O poder, em suma, também afeta as mulheres – e pelo poder também são elas agitadas. E o homem, que quer poder e mais poder, e para o qual é a mulher um instrumento de poder e, muitas vezes, um degrau na carreira, do mesmo modo se entrega passiva e suavemente nos braços da mulher amada, ao poderoso amplexo sedutor do Eterno-Feminino (*Ewig-Weibliche*). A idéia da “Guerra dos Sexos” é simples asneira. A mulher pode estar mais determinada, anatomicamente condicionada em seu destino pela primeira daquelas instâncias, *Yin*, enquanto o homem pela segunda, *Yang* – mas não esqueçamos que *Yin* e *Yang* não são simplesmente opostos, são complementares. Há uma tensão natural entre os sexos, é uma tensão criadora, o que não quer dizer que jamais haja conflito. Para alcançar seus fins reprodutivos, deve a mulher exercer seu julgamento cerebral na procura correta do macho que lhe garantirá sucesso e estabilidade – no qual exercício existencial predomina a procura de um marido e da estabilidade matrimonial. A natureza é que influi nesse destino, mas só nesse sentido.

Referência cabe aqui à amizade e correspondência entre Jung e James Joyce. Numa carta a Joyce que então morava em Zurique, datada de 27/9/1932, Jung comenta sobre suas impressões do *Ulysses* declarando o livro difícil, contraditório e... admirável. “As 40 páginas finais, sem interrupção, constituem um cordel de verdadeiros pêssegos (no sentido positivo de ‘belos frutos’) psicológicos”, dizia Jung. “Suponho que a avó do demônio tanto sabe sobre a verdadeira psicologia de uma mulher, eu não...”. Joyce teria ficado encantado com o comentário elogioso, mostrando a todos a carta de Jung como prova de sua própria perspicácia psicológica, aquela mesma que nem Jung, nem Freud teriam jamais demonstrado no terreno da análise da psique feminina. A mulher de Joyce, Nora, ouvindo falar no assunto, contestou que “ele (Joyce) não entende coisa alguma sobre as mulheres”. A verdade é que o entendimento

mútuo da psicologia do homem e da mulher é um dos terrenos mais ásperos em que nos poderíamos aventurar. A mente masculina é essencialmente lógica e analítica, a feminina intuitiva e afetiva (*l'intelligence du cœur* como dizem os franceses). No entanto, sexo, paixão, dinheiro, poder, com o imperativo ético dominando o espetáculo, chegamos à conclusão final que os problemas das mulheres não são tão diferentes dos masculinos. Há diferenças entre nossos comportamentos, sem dúvida. Tanto melhor, somos complementares. Têm razão os franceses: *Vive la différence!* No romance que o tornou célebre, *Madame Bovary*, um marco formidável na história da literatura moderna, Gustave Flaubert resume toda a problemática numa única frase, central: “*Alors, les appétits de la chair, les convoitises d'argent et les mélancolies de la passion, tout se confondit dans une même souffrance*”... Carne, cobiça, paixão – tudo se confunde no mesmo sofrimento.

Numa obra sob o título *The New Sexual Revolution* (1994), o escritor especializado em temas científicos, Robert Pool, faz uma cobertura completa do que de mais recente tem sido cientificamente pesquisado sobre as semelhanças, os contrastes, as desigualdades ou diferenças porventura existentes entre os dois sexos, inclusive com base em amplas experiências e estudos sobre animais. Pool reserva um papel importante não apenas para as circunstâncias puramente genéticas (o fato que na espécie humana, além dos 22 pares de cromossomos iguais em ambos os性os, o masculino contém um par extra denominado X e Y, e as células femininas um par extra de cromossomos XX), mas para os hormônios que determinam o crescimento do feto dentro mesmo do ventre materno. Nota o autor que a maior parte dos cientistas que hoje efetuam pesquisas fundamentais sobre as diferenças sexuais na espécie humana são mulheres. Esse fato contribuiria para esclarecer a posição do feminismo na matéria e selecionar os trabalhos não afetados por preconceitos ideológicos. A ironia é que o domínio feminino nessa área de pesquisa teve como consequência afastar os homens de um terreno controverso em que poderiam ser vulneráveis aos ataques rancorosos pelo pessoal “politicamente correto”. É uma sorte, por exemplo, afirma Pool, que tenha sido o trabalho de uma mulher, Camilla Benbow, que provou estatisticamente a superioridade dos meninos sobre as meninas na



aprendizagem da matemática. A superioridade, entretanto, é só estatística, ele corrige. Há um número considerável de meninas com capacidade cognitiva em matemática superior a de coleguinhas do sexo oposto. As mulheres, por outro lado, demonstrariam obviamente sua superioridade em termos de capacitação lingüística e fluência verbal. Em suma, a “inteligência comportamental” dos homens, superior à das mulheres em pensamento lógico-matemático, seria inferiorizada pela das mulheres com sua intuição e *intelligence du cœur*, em tudo que diz respeito ao julgamento imediato de valor e mais rápida avaliação da personalidade das pessoas observadas. Mais fraco em pura capacidade muscular, superior seria o corpo feminino em controle e coordenação refinada de seus movimentos minuciosos. Melhores são as dançarinas do que os dançarinos.

Pool também transmite uma cópia preciosa de informações sobre os problemas sérios levantados pelo fenômeno, muito real e relativamente freqüente, de androginia ou hermafroditismo, tal como se manifesta, por exemplo, em competições desportivas, às vezes com consequências dramáticas como foi o caso de uma espanhola, campeã olímpica do salto em barreiras que, para sua surpresa, foi revelada como possuindo cromossomos masculinos, embora absolutamente convicta que era uma mulher. Conclui o autor que a compreensão crescente das diferenças e variações entre os sexos chega em momento oportuno, pois a metamorfose dos papéis da mulher na sociedade é exatamente um problema central de nosso tempo: todos nós estamos vivendo essas transformações. Não estaríamos, assim, nem voltando ao patriarcalismo, nem concretizando uma mentalidade unissex. Entenda-se exatamente que as diferenças não implicam desigualdades num sentido hierárquico do termo. É, isto sim, direito à equivalência da avaliação: “Uma sociedade verdadeiramente igualitária, conclui Pool, não será aquela em que as mulheres se revelarem exatamente semelhantes aos homens, mas antes aquela em que as mulheres estiverem livres para apresentar sua própria contribuição, a fim de alcançar seu próprio potencial.”

No mesmo ano de 1994, auxiliada pelo filho Elijah Wald, Ruth Hubbard publicou um livro sob o título *Exploding the Gene Myth*, com o intuito de provar

que a Informação Genética tem sido produzida e manipuladas por cientistas, médicos, empresários, companhias de seguro, educadores e legisladores para fins ideológicos ou propósitos de interesse imediato. Em outras palavras, o que mãe e filho tentam determinar é que pouco se sabe, efetivamente, sobre o papel relativo da hereditariedade. As influências genéticas no temperamento, no caráter, na inteligência das pessoas são assim “*exploded*”, o que quer dizer, intelectualmente criticadas pelos autores. Hubbard – a única catedrática entre 43 professores homens na Faculdade de Biologia da Universidade de Harvard – salienta que a igualdade das mulheres está demorando mais a ser reconhecida do que a não-discriminação de etnias que, anteriormente, sofriam como minorias inferiorizadas – judeus, negros e “latinos” – mesmo do ponto de vista puramente legal. A professora americana tem combatido incansavelmente as teorias biológicas que postulam a inferioridade constitucional das mulheres.

O ponto essencial do feminismo, acentuo como conclusão a este pequeno prefácio ao aspecto mais saliente da Revolução Sexual do século XX, é a garantia da igualdade de direitos e segurança da mulher libertada – igualdade de oportunidades na escolha de carreiras e competição promocional; segurança contra abandono, assédio, assalto e estupro; autonomia no comportamento sexual e igualdade nas oportunidades e salários no trabalho. O preço do feminismo é, em suma, o respeito à ética da responsabilidade no casamento, na maternidade e no trabalho.

Um aspecto da latinidade na virada do milênio

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

Em sessão especial do PEN Clube do Brasil, sob a presidência de Marcos Almir Madeira, o professor Cândido Mendes de Almeida proferiu importante conferência sobre a latinidade na virada do milênio, referindo-se, num conjunto de múltiplos problemas, à latinidade submersa em Goa e a latinidade recuperada em Timor Leste, bem assim à repartida latinidade em Macau, assunto (este último) de que nos ocuparemos neste breve artigo.

Lembrou o ilustre conferencista a passagem de Macau à China no dia 19 de dezembro de 1989, com o abaixar das bandeiras de Portugal e da sua colônia desde 1557, ao mesmo tempo em que subia o pavilhão da China, com suas cinco estrelas douradas em fundo escarlate. Mas em Macau ficou, nas palavras de Cândido Mendes, “o foco único da latinidade na China da virada do milênio”. Os seus habitantes, com direito a dupla cidadania durante cinqüenta anos, têm total liberdade de culto e a garantia de preservação dos direitos humanos. Portugal deixou, ainda nas palavras do orador, “nesta últi-

Professor
emérito da
UERJ, titular
da UFRJ e
Presidente da
Academia
Brasileira de
Filologia.

ma década, na sua antiga colônia, uma estrutura urbana cheia de edifícios monumentais, prédios inteligentes, na capital como em Taipa, aeroporto, pontes e viadutos, a liberar a comunicação com o exterior”.

Especificamente, o nosso interesse se volta aqui para a questão da língua portuguesa em Macau, assunto bem focalizado em tese de concurso (que tivemos a honra de examinar) apresentada ao Instituto Rio Branco de Altos Estudos do Itamaraty, em 1999, pelo conselheiro Roberto Pires Coutinho. Aí se discute a legitimidade da lusofonia em Timor-Leste, Macau e Angola, não havendo aqui espaço para tratar do assunto nos três casos, mas apenas num deles. E escolhemos Macau, que se reintegrou à China após 442 anos de administração portuguesa.

Será que, em Macau, a continuidade da língua portuguesa estaria garantida ou estaria ameaçada?

Oficialmente, nos termos da Declaração Conjunta dos Governos de Portugal e da China, “além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do governo, no órgão legislativo e nos tribunais da Região Administrativa Especial de Macau”. Ocorre, entretanto, que aí, em Macau, lugar da famosa gruta de Camões, são lusófonos menos de três por cento da população, com efeitos práticos realmente preocupantes. Na verdade, a supremacia do inglês, “o Novo Latim”, que se afirma como língua franca de um mundo cada vez mais globalizado, com a evidência da hegemonia econômica, tecnológica e científica dos Estados Unidos da América, chega a assustar, pois muito mais de um trilhão de pessoas falam inglês no mundo inteiro. Não admira, assim, que, ao lado da língua chinesa, o inglês desbanque a língua portuguesa (ou o dela resta) em Macau.

Sobre o assunto, vejamos o que pensa João Paulo Mendes, no tomo V da excelente antologia intitulada *De longe à China*, organizada por Carlos Pint Santos e Orlando Neves e que foi publicada pelo Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em 2000, p. 353: “Em Macau fala-se pouco português, sempre se falou pouco, mas o suficiente para preservar certa singularidade.” Depois de 1999, as coisas naturalmente se

agravaram, com a retirada de uma parte significativa dos poucos portugueses lá existentes. Durante as primeiras décadas após a criação da RAEM, será admisível prever que haja sempre quem fale português, sobretudo entre as famílias lusas que vão permanecer lá, como forma de resistência e afirmação. Por isso, João Paulo Meneses pensa que “o desaparecimento será gradual até à extinção quase total dentro de três ou quatro gerações. Macau será como Goa ou Malaca – pequenos redutos de atração turística e sentimental, onde algumas centenas de pessoas vão resistir à língua dominante e recordar algumas palavras usadas pelos antepassados, geralmente num *patuá*” (op. cit., p. 354). Na verdade, os portugueses nunca revelaram qualquer interesse de aprender o chinês, nem os chineses de aprender o português ao longo de quatro séculos. Por certo, faltou a obrigatoriedade escolar do ensino simultâneo das duas línguas, exigindo-se o bilingüismo, com interesse recíproco para portugueses e chineses. Daí se conclui que, hoje, os portugueses (ou qualquer lusofalante), ao desembarcarem na China, seja em que ponto for de seu território, encontrarão uma cultura e uma língua próprias, cultura e língua devidamente desenvolvidas e estruturadas. Mas, seja como for, a palavra *Macau*, de admissível procedência chinesa (*A-mã-ngado*, baía da Mãe de Deus, padroeira dos navegadores), ficará para a posteridade, mesmo que a língua portuguesa desapareça de todo...

A propósito, inclusive nas nações africanas integradas na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o português nem sempre é a língua mais falada pela população. Por exemplo, em São Tomé e Príncipe (pouco mais de 130 mil habitantes) e em Cabo Verde (pouco mais de 450.000 habitantes), o que se tem como dominante língua materna não é propriamente o português, mas um dialeto crioulo, resultante da africanização progressiva de formas língüísticas portuguesas. Em Guiné-Bissau, com mais de um milhão de habitantes, também domina um dialeto crioulo, sendo a língua portuguesa falada por dez ou onze por cento da população. Em Moçambique, com mais de dezoito milhões de habitantes (população muito superior à de Portugal), a língua de Camões só é falada por cerca de trinta por cento da população. Mas há, acrescente-se, indícios de expansão do português naquela nação, para alegria

do mundo lusófono. Como já observou a jornalista Bárbara Wong, in “O dilema da lusofonia” (Lisboa, *O Público*, edição de 24/10/1998), a situação da língua portuguesa nas nações da PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) é muito problemática e preocupante. E acrescenta a ilustre jornalista: “Se para os angolanos o português é a única língua que sabem falar, para os são-tomenses e os cabo-verdeanos é apenas a língua oficial. Mais ou menos o mesmo ocorre com os moçambicanos (fascinados pelo inglês) e pelos guineenses (fascinados pelo francês). Como tudo indica, em tais casos o português manter-se-á como língua de criação e de unidade. Mas isso, será bom advertir, ao lado do inglês, como língua internacional de contactos e de comércio.”

Para todos nós do mundo lusófono, é evidente que a nossa luta deve ser desenvolvida no sentido de preservar a língua portuguesa como língua de civilização escrita (ou de cultura), comportando superior unidade em sua natural variedade de expressão língüística. Mas, em Macau, com apenas três por cento da população de lusófonos, o que impressiona é ver que a língua, ainda que ameaçada, luta por sua sobrevivência. Do mesmo modo, é reconfortante ver que, em Angola, com uma população mais ou menos igual à de Portugal, o português, com larga vantagem, compete com línguas africanas (quibundo, ovibundo, baongo), de tal forma que a maioria da população não tem a menor dúvida em declarar que a língua portuguesa seja a sua língua materna, como é a inquestionável língua materna do Brasil, com mais de cento e setenta milhões de falantes.

Sendo extremamente rica a conferência do professor Cândido Mendes de Almeida, para comentá-la em seu conjunto e em sua complexidade, teríamos que escrever numerosos artigos, a partir mesmo das idéias de Edgard Morin. Por isso, vamos ficar por aqui, embora seduzidos pelo tema “Goa e a latinidade submersa”, de que trataremos em outra oportunidade. E também de Timor-Leste (a Lusitânia recuperada), matéria já considerada por nós no pequeno ensaio *Sobre o espaço da Nova Lusitânia* (Rio de Janeiro, Ágora da Ilha, 2001). O que parece certo é que o glorioso roteiro seguido pelos portugueses (Macau, Malaca, Ceilão, Goa, Bombaim e Damão), com o passar do tempo deste novo milênio, será apenas o saudoso Reino da latinidade submersa...

Amor a Portugal

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS

Uma obra clássica sobre as primeiras décadas da colonização portuguesa no Brasil, mas paradoxalmente muito pouco divulgada e conhecida entre nós, é *Capitães do Brasil*, de Elaine Sanceau.

As duas edições que teve em Portugal (em 1956 e 1976) de há muito se esgotaram, sendo somente encontráveis alguns raros exemplares em sebos. Agora, uma nova edição de *Capitães do Brasil* acaba de ser lançada em São Paulo, pela Editora Artpress, revista e adaptada ao português do Brasil.

Mesmo entre os admiradores da autora – e os há em considerável número em nosso país – pouquíssimos sabem que foi no Brasil que ela aprendeu o português e se iniciou na História lusa, matéria em que se tornaria grande autoridade.

Historiador,
autor de
A legitimidade monárquica no Brasil (1988) e
Parlamentarismo, sim! Mas à brasileira: com monarca e com poder moderador eficaz e paternal (1992).



Em 1915, Elaine Sanceau era uma jovem inglesa que veio com seus pais para o Rio de Janeiro. Tinha 19 anos de idade, e já havia concluído seus estudos da Suíça, na École Supérieure de Montreux. Nascera em 25 de julho de 1896 em Croydon, ao sul de Londres. Seu pai, de nome Louis Edgar Sanceau, era inglês de remota origem huguenote, e sua mãe era francesa.

No Rio de Janeiro, desejosa de aprender bem nossa língua, passou a freqüentar a biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, e se pôs a ler sistematicamente obras sobre a História de Portugal. Fascinada pelo mundo maravilhoso que tais leituras lhe abriam, conseguiu licença especial para tomar emprestados os livros que desejava ler, e passava as noites mergulhada na sua leitura. Nem sequer nas viagens de bonde conseguia desligar-se daquele tema que tanto a atraía.

Depois de três anos passados no Rio, retornou à Inglaterra com a família, mas sua mãe não se readaptou ao clima inglês, e já em 1921 retornavam todos ao Brasil. Mais nove anos passaram em nossa terra, até 1930, quando se mudaram definitivamente para Portugal. Elaine Sanceau lecionou algum tempo na Escola Inglesa do Porto, e depois se instalou na Quinta das Camélias, em Leça do Bailio. Lá permaneceu até falecer, no dia 25 de dezembro de 1978, aos 82 anos de idade.

Nunca se casou, permanecendo sempre *Miss Elaine Sanceau*, e consagrando-se integralmente aos estudos históricos. Aprofundou-se na história de Portugal no período 1385-1580 – ou seja, durante o reinado da dinastia de Aviz. Iniciou a vida de escritora em 1939, com a publicação, em Londres, do livro *Afonso de Albuquerque – O sonho da Índia*. Seguiram-se depois cerca de duas dezenas de livros, sempre escritos em inglês e traduzidos para o português, sob a direta supervisão da autora, por tradutores de confiança: *Em demanda do Preste João* (1939), *O Infante D. Henrique o Navegador* (1942), *D. João de Castro* (1946), *Vasco da Gama – O caminho da Índia* (1948), *D. João II* (1952), *Capitães do Brasil* (1956), *Casos e curiosidades* (1957), *A viagem de Vasco da Gama* (1958), *O rei de boa memória* (1958), *Descobrimentos henriquinos* (1959), *Castelos em África* (1961), *Os portugueses na Etiópia* (1961), *Os portugueses na India* (1961), *Os portugueses no Brasil* (1963), *Portugueses em Marrocos* (1964), *Recortes da pequena História* (1964), *Portugueses no Extremo Oriente* (1966), *O Reinado do Venturoso* (1970), *As mulheres portuguesas no Ultramar* (1979, obra póstuma).



Algumas dessas obras foram editadas também em inglês – ou na Inglaterra, ou nos Estados Unidos, ou em Portugal.

Produziu ainda muitas dezenas de estudos históricos de menor fôlego; colaborou com 45 verbetes de sua autoria no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão; atuou durante muitos anos na imprensa, escrevendo sobre temas históricos para o *Comércio do Porto*; traduziu para o inglês livros de autores portugueses; compilou e anotou as *Cartas de D. João de Castro*, editadas em Lisboa, em 1954, etc., etc.

A extensão e a alta qualidade de sua obra lhe garantem figurar, ao lado de Edgar Prestage e Charles Ralph Boxer (recentemente falecido) na mesma tríade de grandes autores ingleses especializados no período dos Descobrimentos portugueses.

Elaine Sanceau não foi apenas uma pesquisadora séria e de grande honestidade intelectual; foi também uma literata que sabia escrever de modo envolvente e apaixonante, em estilo do melhor jornalismo, sempre com uma discreta nota de *humour* britânico. Seus numerosos livros sempre tiveram legiões de admiradores, com edições que rapidamente se esgotavam.

Em *Capitães do Brasil*, livro escrito originalmente no idioma inglês, Elaine Sanceau introduz o leitor nas primeiras décadas da História do Brasil. As lutas, as dificuldades, as incertezas e as esperanças dos primeiros povoadores de nossa pátria são expostas de modo fascinante, revelando uma realidade maravilhosa que ultrapassa muito o âmbito da legenda.

Capitães do Brasil é um livro que nenhum brasileiro pode deixar de conhecer, sobretudo na atual quadra histórica, em que tantos autores, influenciados por modismos ideológicos já ultrapassados, se empenham em desvirtuar a nossa História, de modo a incutir nos brasileiros vergonha de suas origens e até mesmo de sua nacionalidade. Desse ponto de vista, é revigorante e muito esclarecedora a leitura de *Capitães do Brasil*.

São insuspeitos os juízos altamente favoráveis de Elaine Sanceau acerca de Portugal e, por extensão, do Brasil, que ela vê como a obra-prima do gênio civilizador luso.

São insuspeitos, em primeiro lugar, porque ela não tinha uma gota de sangue português nas veias, sendo, portanto, desinteressado seu julgamento. E, em segundo lugar, porque Elaine Sanceau nem sequer era católica. Sendo protestante de formação, permaneceu anglicana até morrer; era freqüentadora assídua da igreja anglicana de St. James, no Porto, e foi sepultada no cemitério anexo a essa igreja.

Assim, nem paixões de cunho nacionalista nem mesmo filiação religiosa explicam a admiração e o entusiasmo de Elaine Sanceau pela obra grandiosa “*daqueles Reis [da dinastia de Aviz] que foram dilatando a Fé e o Império, e as terras viciosas de África e de Ásia andaram devastando...*”

A seriedade intelectual de Elaine Sanceau é realçada por um autorizado crítico de sua obra, o Prof. Dr. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, da Universidade do Porto:

Desde o Brasil, acatada pela obra portuguesa dos Descobrimentos, uma vez radicada no Porto, berço do Infante D. Henrique, Elaine Sanceau lançou-se ao estudo das grandes figuras da nossa história naquele período verdadeiramente épico. Ela própria confessa como se entusiasmou e deixou seduzir. Nós sabemos que escreveu coisas bonitas, cheias de ação e vivacidade e de forma literariamente até elaborada. Mas Elaine Sanceau timbrava em dizer também as coisas com verdade histórica e científica. Ela mesma conta como se dedicava a ler na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Mas é sabido que, à medida que se embrenhava na história e na escrita, se deslocava freqüentemente a Lisboa para consultar e pesquisar nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino e outros. Não dispensava a leitura das obras dos nossos grandes cronistas. Era rigorosa na pesquisa e leitura dos documentos antigos, que procurava decifrar com a ajuda de especialistas de paleografia e muitas vezes até traduzia os passos mais importantes dos documentos para inglês, a fim de melhor se inteirar do seu conteúdo. Em todos os escritos procurava, como garantia de seriedade, fazer a resenha das fontes consultadas, dos trabalhos lidos e, ao longo dos textos, era criteriosa em fazer as citações dos cronistas que primeiramente relataram os acontecimentos...¹

¹ *Elaine Sanceau e a sua visão do Infante Dom Henrique*, Associação Luso-Britânica do Porto, 1997, pp. 10-II.



O mesmo crítico destaca ainda o valor literário da obra de Elaine Sanceau:

Os seus textos manifestam claramente uma preocupação literária. Aliás, ela partilha-va a convicção, que lhe vinha do seu curso de Jornalismo, de que também os textos históricos devem ser atraentes e falar ao leitor. Razão por que lhes procurava incutir quase um sabor de crônica ao vivo, à maneira do seu querido Fernão Lopes. Por isso, o seu estilo é naturalista, palpante, cheio de vivacidade para meter o leitor na história e não o deixar indiferente. Cada capítulo da sua variada e extensa obra histórica constitui uma seqüência de temas sedutores, onde se sente palpitar a ação e o retrato dos atuantes é, paradigmaticamente, delineado em todos os contornos de personalidade e idiossincrasia, sem esquecer o necessário enquadramento nos parâmetros do ambiente vital respec-tivo, quer político, quer social, quer religioso.²

Acrescentemos a essas considerações algumas palavras escritas por outra pessoa altamente credenciada para falar de Elaine Sanceau: Antônio Álvaro Dória, que a par de ter publicado trabalhos históricos de notável valor, foi também o tradutor para o português de várias obras de Elaine Sanceau, inclu-sive o *Captains of Brazil*.

No belo necrológio que dedicou a Elaine Sanceau quando de seu falecimen-to, publicado pela revista lisboeta *Resistência*, de fevereiro de 1979, assim se ex-prime ele:

Não foi historiadora em segunda mão, antes procurou, acima de tudo o mais, ir às fontes na Torre do Tombo, no Arquivo Ultramarino, na Biblioteca Nacional, consul-tando os documentos coevos, e só depois as obras dos escritores modernos...

Não participava Miss Sanceau da paixão, tantas vezes desvirtuadora quando não desbocada, que encontramos em tantos dos nossos escritores, na apreciação dos ho-mens e dos fatos do passado. Ela possuía congenitamente a serenidade e o equilíbrio ju-dicativo sem o que não pode haver história digna desse nome.

² Ob. cit., p. II.

A par disso, possuía também um estilo muito pessoal, cristalino, sereno, aqui e ali tocado do *humour* tão característico dos Anglo-Saxões, e torna as suas obras de tão deliciosa leitura.

António Álvaro Dória foi amigo de Elaine Sanceau e com ela se carteou durante 30 anos... mas curiosamente nunca chegou a estar com ela. Para latinos, parece inconcebível um tradutor residir no mesmo país da autora famosa cujos livros traduz – e ademais num país territorialmente pequeno como é Portugal – e nunca a ter visitado.

Mas Elaine Sanceau era muito pouco latina... Embora filha de mãe francesa, e embora tenha passado sua longa vida a estudar e admirar a cultura lusa, ela nunca deixou de ser sobretudo uma anglo-saxã. E, talvez por isso, sempre lhe pareceu natural cartear-se com um colega e amigo residente a não muita distância, e nunca tê-lo visto.

De qualquer forma, António Álvaro Dória é latino, e como tal não escondeu a emoção que sentiu com o falecimento da velha amiga:

Durante 30 anos nos carteamos, a ilustre escritora e o autor destas linhas, a propósito dos livros que eu ia traduzindo e de trabalhos meus que lhe ofereci, e sempre admirei a serenidade dos seus juízos e a extensão e profundidade da sua cultura especializada. Sem jamais termos chegado à fala, ligava-me a Miss Sanceau uma admiração e uma amizade como só antes as sentira pelo crítico inglês Aubrey Bell.

Por isso, ao tomar conhecimento do seu falecimento, por ignorar que se encontrava doente e hospitalizada, senti forte emoção, esta me fazendo vir imediatamente à memória todos esses anos passados de puro convívio intelectual.



Como dissemos, *Capitães do Brasil* teve duas edições em Portugal, em 1956 e 1976, pela Livraria Civilização, tradicional editora portuense que lançou a maior parte dos livros de Elaine Sanceau e deles detém os direitos autorais. A



mesma editora lançou, em 1965, o texto original inglês da obra: *Captains of Brazil*.

A edição brasileira, que agora veio a lume com autorização especial da Livraria Civilização, teve o texto revisto com cuidado e adaptado à ortografia vigente no Brasil; nele também foram feitos pequenos ajustes de sintaxe. Somente em casos muito excepcionais, quando a substituição de uma palavra pareceu indispensável para a intelecção do grande público brasileiro, é que se tomou a liberdade de substituir alguma palavra por outra mais corrente no Brasil. Um exemplo: quando no texto original constava que os índios brasileiros apreciavam muito as deliciosas “cascavéis” que os portugueses lhes traziam, a palavra *cascavéis* foi substituída por *chocalhos*, ou *guizos*, para que não se pensasse que os índios, ademais de antropófagos, eram também devoradores de serpentes...



Xôôô (conto)

HERNANI DONATO

Quantos anos disse que tem? — Cinquenta. — Mentira. — ... e cinco. — Muitos, para ser espantalho. — Mas é o que tenho sido. — Dá para correr? — Quanto for preciso. — Sabe atirar pedras? — Em três acerto duas. — Uhnn ... sei lá! Empregar um velho nesse serviço. — Pois faça condições. — Bem, o arrozal deve dar trinta sacos. O que faltar, desconto no seu ganho. Espantalho paga pelo que não espanta. Tropa?

Topou. Naquele lugar, naquela idade, era só o que havia. Três horas no abrir do dia, três no fechar. Assim que a planta botou espiga, os pássaros chegaram. Cem, duzentos. Pousa aqui, foge ali, piando, bicando, trinando, comendo. Arruinando o arrozal. O velho, braços abertos de crucificado, corria para lá e para cá, apedrejava, gritava, forte, cavernoso:

— Xôôô.

No amornar da manhã, as aves se iam. O homem media os estragos, xingava, prometia fazer melhor. As mulheres que lavavam roupa na corredeira, comentaram: — Até espantalho de capim parece que descansa. Esse, não. Endoidou.

Cientista político, romancista, historiador. Recebeu da Academia Brasileira de Letras os prêmios Joaquim Nabuco (1988) pelo *Dicionário das batalhas brasileiras* e Afonso Arinos 1977 pelo livro de contos *Babel*. Quatro de seus romances foram passados ao cinema, motivaram peças teatrais, balé, teses de mestrado e doutorado. Alguns dos contos figuram em várias antologias nacionais e em espanhol, italiano, japonês, polonês e tcheco.

À tardinha, erguia-se, colérico, braços estendidos gritando a intimação: Xôôô. Os pássaros vinham, como se convidados, vozeando, pipilando, trilando, subindo, baixando, comendo, bicando. Aves e espantalho disputavam espias e grãos, até o anoitecer. As lavadeiras, voltando para casa, admiravam: — Nem se feito a propósito seria melhor espantalho.

Semanas, assim. O lavorista colheu a roça: — Só vinte e cinco sacos. Vou descontar o que os pássaros comeram. A paga recebida não dava para mais do que continuar espantalho. Por culpa dos pássaros. Permaneciam por ali, debicando o restolho. Na alegria da fartura, cantavam, triçavam, tagarelavam. Aos ouvidos do homem, aqueles sons eram caçoada. — Malditos. Correu, apedrejou. Não mais pelo ganho. Era como dizia que não desistira, continuava espantalho. O patrão viu, gostou, propôs: — Quer continuar? Vá para o meu alfaçal. Deve dar mil pés. O que faltar será descontado. Serve?

Servia. Era só o que havia para fazer. Assim que a alface enfolhou, os pássaros chegaram. Cem, duzentos. Taralhando, bicando, ciciando, negaceando, galrando, fugindo, voltando. Estragando o alfaçal. De escuro a escuro. Perseguidos pelo tropejar, o gritar roufenho do espantalho: Xôôô... No anoitecer, os pássaros se iam. O espantalho ficava, exausto, arfante. Os vizinhos ofereceram: — Vá descansar no rancho. Não ia: — Logo, eles voltam. Tenho de estar aqui. As mulheres se assombraram: — Aloucou. E como se feito de capim.

Semanas, assim. O alfaceiro completou o corte: — Só novecentos pés em bom estado. Vou descontar os estragados pelos pássaros. Eles continuavam por ali, retouçando o alfaçal. Gorjeando, atitando, pipilando. Isso doeu no espantalho: — E ainda caçoam de mim?! Partiu contra eles a roufenhar: — Xôôô. Não por obrigação, mas por teima. As mulheres, na corredeira, lamentaram: — Coitado. Não é mais gente. E só espantalho.

O patrão não tinha outra lavoura para onde levar o espantalho. Vinha chegando o tempo frio. A terra iria reposar. Onde existira arrozal e alfaçal, cresciam ervas, flores selvagens. Um que outro pássaro, caladamente, procurava sementes, insetos, frutinhas. Coisas que nunca mereceram a atenção de

nenhum espantalho. Mas aquele, plantado na várzea, agitando molemente os braços, balbuciava: –Xô... xô contra os vultos esvoaçantes ao seu redor. E não havia pássaros por ali. Havia meninos excitados pela loucura e pela brincadeira: – Ei, espantalho?! Caçoavam, avançando, recuando, assoviando, rindo, gritando: – Xô...



Bruno Tolentino
O mundo como Idéia

A caçada, de Paolo Uccello
(Ashmolean Museum, Oxford)

Poesia

BRUNO TOLENTINO

O espectro

A Ivan Junqueira

Não há como agarrar-te à natureza
quando a asa da noite baixa e faz
a sombra sobre a acha, a lenha presa

à luz da labareda que a desfaz;
morres despreparado ou morres bem,
mas passas pela cinza, meu rapaz.

Tudo talvez ressurja mais além,
mas a abutre, albatroz, águia ou condor
o vôo acaba por pesar e tem

que perder altitude no esplendor:
dos páramos à esteira de uma nave
estende-se a amplidão, mas sem repor

Poeta, ensaísta,
professor
universitário.
Obra poética:
Amulações e outros
reparos (1963);
Os sapos de ontem,
As horas de
Catbarina
1971-93
(1994); *Os deuses*
de hoje (1996); *A*
balada do cárcere
(1996; Prêmio
Abgar Renault
de Poesia –
1997, ABL);
O mundo como idéia
(2002).

fôlego a um coração até que a ave
recolha a asa e pronto, se acabou,
foi-se o que era tão doce! Tão suave

levitou-se e mais nada lembra o vôo...
Nada, nem mesmo a terra, eqüidistante
do que caiu como do que voltou,

com uma equanimidade impressionante.
E caso a interpelassem que diria?
Nada outra vez, ou menos que o ex-amante

fingindo-se impassível se algum dia
ouve dizer que tudo acaba assim.
Pois foi assim que o espetro da poesia

surgiu-me um belo dia, e veio a mim
assim que eu consegui levar a sério
os canteiros de Kant num jardim

à beira Tâmisa, ante um cemitério...
Lá estivera eu de mão no queixo,
a espanar as lombadas do mistério,

segundo a lógica ao seu belo fecho:
afinal, se a equação mais arbitrária
conseguira amarrar a Terra a um eixo,

qualquer cogitação imaginária
não seria nem mais nem menos frágil;
divagações da hora solitária,



arabescos da mente, sempre ágil
ao fazer de um trapézio o seu lugar.
Pois foi então que, assim como um presságio

obriga a respirar mais devagar,
mas faz bater mais forte o coração,
eu primeiro *senti* aquele olhar

antes de perceber a assombração
que entre o rio, o junquilho e o malmequer
vi caminhar em minha direção.

Atônito, amparei-me a uma mulher,
semidesfalecido: o encapotado
era a cara do Charles Baudelaire

do retrato, cuspido e escarrado!
Ninguém via o que estava acontecendo,
em toda aquela gente ali ao lado

ninguém notava aquele rosto idêntico
à corola da rosa corroída
em que Blake encarnara o sofrimento.

E lá vinha ele andando! Espavorida
mas alerta, habilíssima colméia,
a mente me exigia uma saída

e, assim como o avestruz ante a alcatéia,
insistia em não ver: não, não seria,
não podia ser ele, era outra idéia

a espumejar na velha alegoria
dos nevoeiros que complicam Londres...
Mas não havia erro! A ventania

havia depenado tanto as frondes
que atirava topázios e safiras
contra o bueiro em brasas do horizonte,

mas nele havia o ar dessas mentiras
que dizem a verdade: confrontou-me
e num rápido olhar deixou-me em tiras

os trapos da razão – era o meu homem!
Há múmias que uma vez desembrulhadas
têm escrito na cara o nosso nome.

Carros, ônibus, gente nas calçadas,
um semáforo ao longe, vaga-lume
estático entre sombras apressadas,

e aquilo a se agitar que nem um cume
de palmeira no ar – e andando, andando
e desferindo o olhar como um perfume

de gangrena fatal ensarilhando
o eterno câncer da imaginação
que desorbita a mente como um bando

de morcegos agrava a escuridão.
Por fim parou-me ao lado e imaginei
ouvir (talvez sonhasse, talvez não...)



um balbucio familiar e cheio
de ecos aos que andamos pelo canto:
– “Andaste num vazio sempre alheio,

entre noções apenas, e no entanto
nunca bastou sequer a consolar-te
tanta fabulação cheia de espanto,

de dor... Buscas o todo parte a parte,
queres as perfeições da geometria,
e ao fim do sonho circular da arte

entregas tudo à fantasmagoria,
aos jogos malabares da ilusão.
Andas equivocado e nem seria

de surpreender tua equivocação,
porque, se alguma vez desconfiaste
dessa imprudência, abriste o coração

à luz conceitual, o belo traste
que temes porque o adoras e te leva,
como o refém que és do que adoraste,

de lição em lição à mesma treva.
É tudo sempre a treva tumultuosa,
não por causa da carne, que se eleva

quando quer à estação miraculosa,
mas por causa do olhar que não quer ver
e abisma-se em si mesmo, como a rosa

amada pelo verme e sem poder

de o recusar, tentando resignar-se.

Não te resignes mais a conceber

um triunfo de idéias, um disfarce
para as caras da morte neste mundo,
uma equação qualquer que a mascarasse,

como o médico mente ao moribundo
e o coitado a si mesmo: também eu
meti-me com paixão nesse infecundo

escrínio de ilusões, mas vem do céu
a luz que nos sustém, a que alucina,
a luz conceitual, nasce de um breu.

Não sigas mais a falsa peregrina
que rapta a imagem, rouba-lhe o reflexo
e entrega os dois a um jogo que termina

por desfazer de tudo a cada nexo.
A terra é provisória e improvidente,
tudo é relâmpago entre a morte e o sexo,

mas a alma faminta não consente
que lhe mintam! A Idéia te convida
mas não recebe nunca e, de repente,

entre a porta da entrada e a da saída
perdes as proporções e logo a conta,
o fio da meada e o dom da vida;



fecha-se a última jaula e a fera tonta
descobre que agoniza e morre presa.
E no entanto repará: o cisne aponta

para a altura cantando, e com certeza
essa canção no extremo transfigura
a coisa moritura e a alma surpresa

entre o número, o nada e a noite escura...”

A grande alma penada

*Le Silence éternel de ces espaces
infinis m'effraie...*

PASCAL

Se Baudelaire, à diferença de Pascal,
odiou a amplidão
e não soube conter a vertigem do mal
no drama da razão,

terá sido talvez porque insistiu em ver
o olhar que usurpa e mata:
a Medusa da Idéia, esse avatar do ser
que vai virando estátua.

Pascal calou-se ante os silêncios infinitos
e ouviu de Deus a cura;
o outro, o ceifador do mal, saiu aos gritos,
como um louco à procura

da comiseração que os abismos não têm.
A simples diferença
entre o temor a Deus e o pânico de alguém
que O não escuta é imensa.

Um radical, um jansenista, um puritano
da estirpe de Pascal,
teme a misericórdia de Deus (se não me engano);
mas nem em Port Royal,

aquela fortaleza do orgulho, houve lugar
jamais para um buairo
de que o Céu se tornasse a tampa tumular
e o velho desespero

a bússola da vida, ou um contrapeso a ela.
Vira a alma penada
o poeta imortal que ao abrir a janela
vai do Infinito ao Nada.

Poemas

ADA PELLEGRINI GRINOVER

As neves do Kilimanjaro

Escrevi tantas coisas que não queria escrever.
As inscrevi em minh'alma, sem usar o papel.
As inscrevi no sangue, tinta viva e escarlate.
São coisas que escrevi
no presságio dos erros, das maldições, das dores,
nas amargas derrotas,
nas vergonhas profundas,
nas abruptas muralhas de minha solidão.

E quando a minha vida, assim dilacerada,
se apresentou a meus olhos
— via-crúcis esculpida, marmórea, entalhada —
quis escrever meus sonhos:
da vida à fantasia, levemente tecida
nas asas da poesia.

Ada Pellegrini Grinover é professora titular de Direito Processual na Faculdade de Direito de USP. Além de obras jurídicas, publicou *A menina e a guerra*, memórias da infância (1998). É membro da Academia Paulista de Letras (Cadeira nº 9).

Mas há algo no peito que guardo pra
escrever e nunca escreverei:
o momento supremo em que todo meu ser
conseguirá fundir o sonho e a realidade
e na síntese extrema
entre o princípio e o fim
eu só terei à frente,
incrivelmente brancas no sol alucinante,
as eternas neves do Kilimanjaro.

Autismo

Voltarei um dia à nossa praia
e na areia cinzenta
construirei uma cabana.

Pelas tábuas porosas
incrustadas de algas
o sol não filtrará
e nem a lua
e o somido das ondas
não quebrará o silêncio.

A soleira de espuma
impedirá o acesso
esbarrando a paisagem
e a maresia.
E nunca mais
pegarei na tua mão.



Presença

Quando a morte vier
e me tocar no ombro
deixarei as folhas sobre a mesa,
o livro aberto, a máquina ligada.
E a seguirei em paz
sabendo que meu ser
impregna essas paredes.



Alfred de Musset, de Charles Landelle, 1855
Medalha de David d'Angers, 1831
(Louvre / Giraudon)



Alfred de Musset, por Paul Delaroche
Medalha de David d'Angers, 1831
(Louvre / Giraudon)



Alfred de Musset
Medalha de David d'Angers, 1831
(Louvre / Giraudon)

A noite de maio

ALFRED DE MUSSET

~~ Tradução de Pedro Lyra

Para
Catherine Dumas
Anne-Marie Quint
Ilda Mendes dos Santos:

— por toda colaboração,
toda amizade.

Escritor francês
(1810-1875),
autor de *Contos da Espanha e da Itália*
(1830), ensaios sobre teatro, peças teatrais, os poemas de *As noites* (1835-1837) e um romance autobiográfico, *A confissão de um filho do século* (1836).

~~ O poema “A noite de maio” foi escrito em duas noites de março de 1835, após a ruptura definitiva do romance do poeta com George Sand. Publicado na *Revue des Deux Mondes*: Paris, 15.6.1835. Incluído em *Poésies nouvelles*, terceira seção da primeira edição das *Poésies complètes*: Paris, Charpentier, 1840.

~~ Esta tradução (e das outras três *Nuits*) foi lida em sessão pública na Academia Brasileira de Letras, no dia 29.9.2002.

~~ Pedro Lyra, poeta, crítico, ensaísta e professor universitário, publicou *Sombras* (1967), *Poesia cearense e realidade social* (1975), *O reduto ontológico do poema* (tese, 1978), *O reduto ideológico do poema* (tese, 1981), *Decisão – Poemas dialéticos* (1985), *Conceito de poesia* (1986) e organizou antologias.

A musa

Poeta, toma a tua lira e dá-me um beijo.¹
A rosa agreste sente o botão que se enflora.
Nasce hoje a primavera. O ar é de desejo.
E a cotovia alegre,² à espera dessa aurora,
Aos primeiros verdores ensaia o seu adejo.³
Poeta, toma a tua lira e dá-me um beijo.

O poeta

Como está negro este valado!⁴
Julguei que algum vulto velado
Flutuasse pela campina.
De lá do prado ela saía
Roçando a erva que floria.
É uma estranha fantasia;
Ela se some na surdina.

A musa

Poeta, toma a lira; a noite, à relva crespa,
O Zéfiro balança em seu véu de perfumes.
Ao morrer, seduzindo-a, curvada sobre a vespa,

¹ Tradução literal, mas com permuta métrica: um trímetro no lugar do alexandrino clássico do original. Única maneira de reproduzir o esquema rimático de toda a estrofe, com os mesmos fonemas rimantes básicos (*é/ô*) nas mesmas posições (A-B-A-B-A-A).

² Adjetivo introduzido para reproduzir o hemistíquo, com manutenção do ritmo e da vogal tônica (*é*).

³ Alternando-o com o clássico, o tradutor recorreu ao alexandrino espanhol, ao perceber que este ensejaria uma tradução bem mais próxima do original.

⁴ Esta estrofe se abre no presente da narração (v. 1), desenvolve-se com uma evocação do passado (v. 2-3-4-5) e se encerra de novo no presente (v. 6-7).



A rosa, ainda virgem, se fecha com ciúmes.⁵
 Ouve: tudo se cala; sonha com tua amada.
 Sob as tilhas, de noite, à sombria ramada,
 O raio deste ocaso deixa um adeus tocante.
 Tudo, esta noite, vai florir: a natureza
 Se enche de aromas, de murmúrios, de beleza,
 Como o leito feliz de dois jovens amantes.

O poeta

Mas por que meu coração grita?
 Que tenho em mim que assim se agita
 E me retém nesta ansiedade?
 É alguém que bate à minha porta?
 Por que essa luz, já meio morta,
 Me cega com tal claridade?
 Deus! Meu corpo não se contém.
 Quem é? Quem me chama? – Ninguém.
 Estou só: é a hora que vem.
 Ó privação! Ó soledade!⁶

A musa

Poeta, toma a lira; vinho da mocidade,
 Pelas veias de Deus, esta noite derrama.
 Meu peito está inquieto; a volúpia o invade
 E este vento crispado os lábios põem-me em chama.

⁵ Transposição dos v. 3 e 4 para aproveitar a naturalidade da rima portuguesa “ciúmes/perfumes”, termos do original.

⁶ Transposição dos termos, por razões de rima. Há algumas outras ocorrências, que não voltaremos a apontar.

Indolente criança! Repara: sou tão bela!
Nosso primeiro beijo, não lembras seu encanto,
Quando te vi tão triste, à minha asa singela,
E caíste em meus braços com teus olhos em pranto?
Ah! eu te consolei de uma amarga paixão.
Que pena! Ainda jovem, ias morrer de amar.
Consola-me esta noite, eu morro de aflição
E, pra transpor o dia, preciso de rezar.

O poeta

É tua esta voz que me apela,⁷
Minha pobre Musa, será?
Ó minha flor, e tão singela!
Única alma, pura e bela,
Que ainda me podia amar.
Sim, tu prossegues em meu mundo,
Tu, minha irmã, minha razão!
E eu sinto, no abismo profundo,
Que em teu manto de ouro me inundo,
Com seus raios, o coração.

A musa

Poeta, toma a lira; sou eu, tua companheira,
Que te vi esta noite, mudo e triste, a penar,
E que, como uma ave que evoca a prole inteira,
Desci do alto dos céus pra contigo chorar.
Vem, tu sofres, amigo. Algum tédio te aterra,

⁷ Suponho que a justificativa para a versão de *appelle* por “apela” seja auto-evidente.



Algo muito secreto o peito te amargura.
 Um amor te nasceu, como se vê na terra
 U'a sombra do prazer, um vulto da ventura.
 Vem, cantemos a Deus; às venturas sonhadas,
 Aos prazeres perdidos, às angústias passadas;
 Vamos, num beijo, à região desconhecida.
 Despertemos ao léu os ecos desta vida.
 Falemos de loucura, de glória e de alegria,
 E que isso seja apenas nossa primeira orgia.
 Inventemos um pouso onde tudo se olvida.
 Vamos partir, estamos sós, é nosso o céu.
 Aqui, a verde Escócia e a Itália ensombrecida;⁸
 E a Grécia, minha mãe, onde é mais doce o mel;
 Argos, e Pteleon,⁹ cidade combalida;
 E Messa,¹⁰ a divinal, dos pombos preferida;
 E o mutante Pelion,¹¹ com seu perfil relvado;
 E esse azul Titarese,¹² e seu golfo prateado,
 Que mostra em suas águas, onde o cisne se mira,
 A branca Olooossone ante à branca Camira.¹³
 Que sonho de ouro nossos cantos vão tanger?
 De onde virão os prantos que havemos de verter?
 De manhã, quando o sol tua pele tocou,
 Que anjo triste ao travesseiro se curvou,

⁸ Esta sequência de 6 versos em /i/ é do original.

⁹ Os nomes citados neste verso e nos seguintes são retirados do segundo canto da *Ilíada*. Homero situa Argos e Pteleon na Tessália.

¹⁰ Cidade da Laconia.

¹¹ Montanha da Tessália, escalada pelos Gigantes revoltados. Eles amontoaram Pelion sobre Ossa a fim de poder escutar o Céu.

¹² Rio da Tessália.

¹³ Essas duas cidades não podem, de fato, se mirar nas mesmas águas, pois Camira está situada às margens da ilha de Rodes, e Olooossone, cidade da Tessália, no interior.

Sacudindo o lilás da sua mantilha, ou
Te contando em surdina amores que sonhou?¹⁴
A alegria, a tristeza: qual deve ser louvada?
Os bravos batalhões, de sangue nutriremos?
Ergueremos o amante ao alto de uma escada?
A espuma do cavalo, ao vento lançaremos?
E diremos que mão, pelo sólio divino,
Com lâmpadas sem conta alimenta o esplendor
Do santo óleo da vida e do infinito amor?
“Já é hora: eis a sombra!” – diremos a Tarquínio.¹⁵
Buscaremos a jóia à onda encapelada?
Levaremos a cabra à floresta ignorada?
Mostraremos o céu a tal desolação?
Vamos com o caçador à montanha inclemente?
A cerva o observa: ela suplica em vão.
Sua charneca a espera; a prole ainda é recente.
Ele se abaixa e a mata; e o coração vivente,
Entre os cães em combate, atira pra carniça.
Pintaremos a virgem, rosada adolescente,
Com seu pajem fiel dirigindo-se à missa,
Da mãe acompanhada, com a vista distraída,
Os lábios entreibertos, e da prece esquecida?
Ela escuta tremendo, aos ecos sensuais,
Soar os esporões de um cavaleiro audaz.
Diremos aos heróis deste velho país
Para armados subir aos píncaros das torres,
Para ressuscitar o romance feliz
Cuja glória esquecida o ensina aos trovadores?

¹⁴ Este quarteto com a mesma rima em /ou/ procura a equivalência do original, todo em /e/.

¹⁵ Tarquínio Sexto (filho de Tarquínio o Soberbo, rei da Roma antiga), que perseguiu Lucrécio.



Cobriremos de branco uma nênia sentida?
 O homem de Waterloo nos contará sua vida
 E tudo o que ceifou ao tropel dos irmãos,
 Antes que o enviado da noite glacial
 Venha, na solidão, dar-lhe o golpe fatal,
 E ao seu peito de ferro cruzar-lhe as duas mãos?
 De sátira mordaz cravaremos no mastro
 O nome revendido de um pobre poetastro
 Que, do fundo do nada, e de fome transido,
 Vem, todo tiritante de inveja e insegurança,
 Sobre a fronte do gênio insultar a esperança
 E corroer o louro por seu sopro ofendido?
 Toma a lira! Não posso silenciar agora.
 Minha asa me eleva no ar da primavera.
 O vento vai levar-me, eu vou deixar a terra.
 Uma lágrima tua! Deus me escuta: é a hora.

O poeta

Ó minha irmã, se teu desejo
 É tão somente por meu beijo,
 De uma lágrima em teu regaço,
 Eu t'os darei e sem langor.
 E que te lembre nosso amor
 Se já retornas ao espaço.
 Eu não canto nem a ventura,
 Nem a glória, nem a ilusão,
 Ai! nem sequer a desventura.
 E silencia a boca impura
 Para escutar o coração.

A musa

Como o vento do outono, acreditas que eu seja?
Que até sobre uma tumba se alimenta de mágoa
E para quem a dor é só u'a gota d'água?
Ó poeta! um beijo, sou eu mesma quem te beija.
A erva que eu queria banir deste lugar
É a tua ociosidade;¹⁶ Deus sabe o teu penar.
Qualquer que seja o mal que aflige a tua vida,
Deixa que ela se estenda, esta santa ferida
Que ao fundo de tua alma um anjo mau cavou.
Nada grandes nos faz como uma grande dor.
Mas para o compreender, poeta, não se creia
Que a tua voz aqui deva manter-se alheia.
Os mais desesperados são os mais belos cantos.¹⁷
Sei de alguns, imortais, que são só desencantos.
Pois quando o pelicano, cansado da viagem,
Pelas névoas da noite retorna aos seus recantos,
Os filhotes, aovê-lo, acorrem para a margem
E se lançam na água, em ânsias e quebrantos.
Então, crendo apanhar e partilhar a caça,
Eles correm ao pai com gritos de arruaça,

¹⁶ Verso nuclear de *Les nuits*, que expressa a atitude e o objetivo da Musa em relação ao Poeta: retirá-lo da vida mundana e devolvê-lo à criação. Em “A noite de outubro”, justamente a última da série, ele vai exaltar o trabalho – o trabalho poético, claro. Neste verso, foi impossível manter o hiato; mas, em se tratando do verso nuclear do poema, era melhor preservar a idéia e as palavras.

¹⁷ Este verso, que é um dos mais belos e mais emblemáticos de todo o Romantismo universal, está traduzido literalmente: foi esta feliz possibilidade que induziu o tradutor a recorrer ao alexandrino espanhol.



Agitando seus bicos sobre os papos trementes.¹⁸
 E ele, escalando lento uma montanha ingente,
 Qual pescador tristonho, contempla o céu poente,
 Mas abrigando a prole sob as asas pendentes.
 Corre do peito o sangue por uma chaga aberta.
 Em vão sondou o mar ao fundo do seu leito:
 O mar era vazio e a praia era deserta.
 O alimento que traz é o seu próprio peito.
 E silente e sombrio, sobre as rochas eternas,
 Partilhando entre os filhos as entranhas paternas,
 Ele acalenta a dor em seu amor perfeito.
 Contemplando a escorrer seu coração sangrento,
 Em seu festim de morte ele tomba um momento,
 De volúpia, de horror, de ternura desfeito.
 Porém, no meio do divino sacrifício,
 Cansado de morrer num tão longo suplício,
 Desconfia que os filhos lhe negarão a morte.
 Então ele se eleva e, abrindo asas à sorte,
 Rasga seu coração com um grito tão selvagem
 E espalha pela noite um tão fúnebre adeus
 Que os pássaros do mar desertam-lhe da margem;
 E o viajor tardio, retido na paisagem,
 Vendo a morte passar, recomenda-se a Deus.
 Poeta, é assim que fazem os maiores poetas:
 Deixam se divertir os que vivem uns anos;

¹⁸ Expressiva seqüência de 14 rimas em /e/, no original, alternando abertos, fechados e nasais – seqüência mantida na tradução, nas mesmas posições. As quatro primeiras são fechadas, intercalando duas no plural entre duas no singular, nasais na tradução, com permuta entre o terceiro e o quarto versos para manter o esquema. O tradutor confessa que esta foi a passagem mais trabalhosa – portanto, a que mais lhe deu prazer.

As notas de 9 a 13 são traduzidas de Gennevière Bulli, in: Musset, Alfred de. *Poésies*. Paris, Gallimard, 1966.



Musset, Delacroix, Berryes em um *salon*
Esboço de Eugène Lami
(Col. A. Guillaume Bulloz)



Mas o banquete humano servido em suas festas
Se assemelha bastante ao desses pelicanos.
Quando falam assim de esperanças truncadas,
De amor, de esquecimento, de tédio, de sofrer,
Não se trata de canto a dilatar o ser.
Suas declamações são frias como espadas:
Elas traçam no ar um ciclo deslumbrante
Mas dele pende sempre uma gota sangrante.

O poeta

Ó Musa! Deusa insaciada,
Não me demandes tanto, não.
Na areia não se escreve nada.
Na hora em que passa o aquilão,
Vi o tempo em que a juventude,
Pelos meus lábios, amiúde,
Cantava como uma ave rara.
Quero esquecer o que me fira;
Pois, por menos que ora o refira,
Se o ensaiasse, a minha lira,
Como um caniço, se quebrara.



Ménade

Baixo-relevo, séc. II a.C.
(Col. Ludovisi, Londres)

Em ar de conversa

SILVA RAMOS

A língua portuguesa é muito difícil é o que se ouve por aí, a cada momento, articulado não só por estudantes de português no intuito de se desculparem da insistência com que porfiam nos mesmos erros, mas, o que é mais grave, por pessoas instruídas.

O que logo impressiona a quem escuta aquele dito é a relatividade do qualificativo: o que é difícil para uns é fácil para outros; suponhamos, entretanto, que quem assim se exprime pretende apenas significar que o português, em relação a outras línguas, oferece maior número de dúvidas a quem fala ou escreve. Provaremos que não, confrontando a expressão portuguesa com a equivalente noutras línguas, o que não deixamos nunca de fazer na nossa aula.

Como se originou tal vanilóquio, que não tem o menor fundamento?

É esse o estudo que pretendemos fazer, como quem deita por terra um espantalho destinado a pôr em fuga quem cobice colher os frutos da nossa ubérrima linguagem.

Artigo publicado na *Revista de Cultura*, nº 1, janeiro de 1927, págs. 14-22.
Silva Ramos (1853-1930), filólogo e professor de Português do Colégio Pedro II, é o fundador da Cadeira nº 37 da ABL.

Toda nação tem o seu código de bem falar e escrever em que se instruem os naturais até aos quinze ou aos dezesseis anos, e cada qual procura exprimir-se de acordo com ele, abandonando os problemas da língua aos filólogos e aos gramáticos a quem compete destrinçá-los.

Entre nós, que sucede? Os estudantes de português e muitos dos que escrevem para o público descuram inteiramente da gramática elementar, para se interessarem pelas questões transcendentais: a função do reflexivo *se*, se ele pode ou não figurar como sujeito, o emprego do infinitivo pessoal e do impessoal, qual o sujeito do verbo *haver* impessoal e outras que tais cousas abstrusas que nada adiantam na prática.

Que resulta daí? É que, por ignorarem os verbos, não reparam, por exemplo, em que os compostos de *ser*, *pôr* e *vir* acompanham as irregularidades dos simples, pelo que é comum encontrarem-se frases como estas: “quem se *deter* a observar os fatos”, “*entretia-se* a atirar pedras por cima do muro”, “quem *supor* que faltamos à verdade vá lá ver”, “poderá adquirir terrenos onde lhe *convir*”.

O professor Lino de Andrade, um dos homens de mais aguda *verve* que já conheci, e com o qual me comprazia em palestrar, pelo que tínhamos de comum na maneira de encarar a vida, referiu-me que, por ocasião de uma reforma do ensino, um pretendente a uma cadeira do Colégio Militar lhe pedira se interessasse em seu favor perante as autoridades superiores, e acrescentara: “Não faço questão de matéria, aceito aquela para que me *proporem*.”

Ouvindo isto, o amigo Lino não duvidou reforçar-lhe os bons desejos, e observou-lhe: em português é que você fica bem; vou já daqui recomendá-lo.

Ainda mais: não há gramática elementar que não mencione os verbos deftivos; porque se não estudam? a fim de que não suceda que uma pessoa que compra à tarde o seu jornal, para o ir lendo no bonde, como aperitivo do jantar, sinta engulhos, ao deparar-se-lhe, no alto de uma coluna: “Precavenha-se o povo”, como se o verbo *precaver-se* tivesse algum parentesco com *vir* e se conjugasse nas formas rizotônicas, aquelas em que a vogal predominante cairia no radical.



Será isso prova de que a língua portuguesa é muito difícil, como se os verbos defectivos não fossem em número limitado e os irregulares, em rigor, não mais de vinte e cinco?

Nas outras línguas românicas, o espanhol, o francês, o italiano, para não sairmos das que nos são familiares, não existem igualmente verbos defectivos, e, em particular, no francês com que lidamos todos os dias, não é incomparavelmente maior o número dos irregulares e muito menos acessíveis nos acidentes?

Como se explica o emprego tumultuário dos demonstrativos? Haverá língua que os não discriminse para o efeito de determinarem a situação do nome que apontam? Entre nós sempre andaram às cabeçadas. Um amigo meu, a veranear em Friburgo, como o espicaçassem saudades do Rio, escrevia-me de lá: Como vai *esta* bela terra? Estive para lhe responder que melhor o devia ele saber do que eu. Um outro, ao cruzar comigo na rua, ou por confiar demasiado no meu bom gosto ou por ter em grande conta o meu espírito de economia, indagou: onde comprou você *esta* gravata? Acreditei que eu o tivesse presenteado com um adorno daquela natureza, mas não me demorei a verificar que o que ele pretendia saber era onde tinha adquirido a que eu trazia.

O que é pior é que ainda os que se dão ao estudo de gramática se deixam contaminar de vícios do falar brasileiro que se não podem explicar pela diferença natural entre o português que se fala no Brasil e o que se fala em Portugal, por ofenderem a índole da língua. Certo cavalheiro, passante dos cinqüenta e encartado na ciência do direito, ao dar comigo numa loja, interpelou-me: Professor, qual é a melhor gramática portuguesa? Não sei se sabe que sempre me dei a estes estudos, por quanto prezo muito a nossa língua. Regozijei-me com o fato e já me não lembra que autor lhe inculquei; recordo-me apenas de que ele meolveu: “onde é que *se a* encontra?” Sai desolado e fui pensando: trinta ou quarenta anos, a folhear gramáticas, não bastaram àquele homem para ficar sabendo que os dois pronomes *se* e *o* berram de se encontrarem par a par, como se diz à francesa, por aberrarem da índole da língua, quando juntidos. A maior calúnia que já se levantou a um escritor de primeira grandeza,

como Rui Barbosa, foi afirmar-se que o eminente tribuno os ajoujara em mais de um dos seus discursos, aleive que ele se apressou a desmentir, em carta a Mário Barreto.

Consistirá a dificuldade em ordenarem os professores que se dêem aos verbos os complementos que eles exigem por força da significação e que se não omitam os pronomes pessoais que os representem quando já venham enunciados noutra oração? Que língua consentirá naquela omissão? É unicamente a indolência que leva muitas pessoas a se exprimirem desta maneira desleixada: *Tens lá o livro? quando vieres, traz. A sua chácara tem boas frutas? mande.*

Tão indispensáveis são em português os pronomes pessoais representativos dos complementos que, no caso de a oração se iniciar por predicativo, por objeto direto ou indireto, é impreterível reforçá-lo com o pronome respectivo: “Arquiteto do mosteiro de Santa Maria já *o* não sou; sabedor nunca *o* fui”; “irmã já não *a* tenho”; “ao pobre não *lhe* devo, ao rico não *lhe* peço”. E note-se que não existem em português os equivalentes de *en* e *y* que se não dispensam em francês, e que refugamos os partitivos correspondentes a *du*, *de la*, *des* outrora usados com tanta elegância: “Ouvirás *dos* contos, comerás *do* leite”.

Dir-se-á que ainda surge uma dificuldade: reconhecer pela significação do verbo a natureza do complemento que ele reclama, uma vez que as gramáticas apenas se limitam a afirmar que *complemento direto é aquele sobre que recai imediatamente a ação do verbo sem se entrepor preposição e indireto, se entre um e outro medeia aquele elemento, ou cousa semelhante*.

Ora, o que necessita saber quem fala ou escreve é justamente se pode ou não prescindir daquele vínculo.

[...]

...de fato, a significação não é bastante por si só para decidir da natureza do complemento, e a prova é que, conservando a mesma acepção, verbos que atualmente pedem um ou outro complemento, nos séculos XVI e XVII ainda oscilavam na transitividade. Assim:

*Perdoar:*

“Mas vendo o ilustre persa que vencido
Fora do amor que em-fim não tem defesa,
Levemente o perdoa.”

(*Lus.*, Canto IX, Est. XLIX)

Mas

“Queria perdoar-*lhe* o rei benino”

(*Id.*, C. III, Est. CXXX)

Foi este último que prevaleceu.

Ajudar:

“.....vê-se em pressa
Veloso sem que alguém *lhe* ali ajudasse.”

(*Lus.*, Canto V, Est. XXXII)

E ainda:

“Para ajudar na guerra a seus senhores”
(*Id.*, Canto IV, Est. XI)

Se, todavia, aquele *a* não é antes um expletivo.

E em contraposição:

“..... e logo ordena
De ir ajudar o pai ambicioso.”
(*Id.*, Canto IV, Est. LVIII)

Sobreviveu a forma direta.

Argüir:

“Para que na Índia *lhe* não argüíssem dos defeitos dela.” (Diogo do Couto, *Diálogo do soldado prático*, p. 89)

A par com

“De que os profetas daquela idade sempre os argüiram.” (*Idem, ibid.*, p. 94)

Foi esta última que vingou.

Socorrer:

“Não poderá tam livremente ser escalada do inimigo que não haja tempo de lhe socorrer.” (*Idem, ibid.*, p. 73)

“Este que socorrer-lhe não queria.”

(*Lus.*, C. VI, Est. XLVIII)

E já então:

“Que socorrê-la vinha diligente.”

(*Idem, C. III, Est. LXV*)

É esta a regência a partir do último século.

Contentar:

“E tomaram quanto lhes contentou.” (Padre Manuel Godinho – *Relação do Novo Caminho da Índia*, p. 175)

“Cada um diga a sua opinião nos livros que mais lhe contentam.” (F. R. Lobo, *Corte na Aldeia*, p. 12)

“Também o suspirar à pregação, fazer gestos como quem lhe contenta.” F. M. de Melo – *Carta de Guia de Casados*, p. 122)

Atualmente diz-se: “Não sei como contentá-lo”, que, de tão freqüente, não necessita abonar-se.

Que se há de então fazer para se não errar nos complementos, uma vez que os clássicos vacilam e que a essência do verbo nem sempre se revela? Na nossa língua, como nas outras, existe um único recurso: é observar como procederam os bons escritores do último século para cá e, quanto mais próximos de nós, melhor. Como fazemos com os figurinos: a mim tanto me desconcerta ver um



cidadão de casaca com gravata preta e colete da mesma cor como ouvi-lo dizer: “Desculpe-me que não *lhe* tinha visto.”

Outro ponto: ainda há por aí muita gente que confunde a maneira de enunciar a circunstância do tempo decorrido com o do porvir, e escreve: “a três anos”, “a meses” em vez de “há três anos”, “há meses”, e “de hoje há dez dias”, quando lhe cumpria escrever “de hoje a dez dias”; e nem ao menos reparam em que, na referência ao passado, a relatividade da época em que duas ações se praticaram obriga o verbo a variar de tempo, desta maneira: Estou no Rio há dois anos e quando cheguei, já *havia* três que meu irmão aqui estava. Haverá francês, por exemplo, que hesite em dizer: “*Il y a deux ans que je suis arrivé à Rio et il y en avait déjà trois que mon frère y était*”? Será porque o português é difícil que muita gente não acaba de acertar esta sintaxe?

Consideremos agora uma particularidade da nossa língua: É sabido que o português entrelaça as formas de imperativo propriamente dito com as do optativo, e como aquele só possui a 2^a pessoa do singular e a 2^a do plural, são as outras supridas pelo último ao qual também incumbem as ordens dadas pela negativa, ao que o primeiro se recusa. Nada mais simples para quem se disponha a observar, à risca, aqueles preceitos que nada têm de complicados e a que só se opõe a preguiça, sob a máscara da lei do menor esforço. Como quer que seja, poucos conseguem pô-los em prática e estou convencido, como sempre repito aos meus alunos, de que a maior parte das pessoas se vêem inibidas de dar ordens aos criados diante de gente, com receio de errarem os imperativos.

Como hão de os mestres permitir a confusão no tratamento da 2^a pessoa com a 3^a, o que obriga os verbos a um sarilho, quando mais não seja, de mau gosto, e que nenhuma outra língua tolera? Chega-me por vezes aos ouvidos: “Estive à tua espera e você não apareceu. Se você for a S. Paulo, eu vou contigo.”

Que culpa tem a nossa língua de ser tratada com tal descaso? O Barão do Rio Branco restabeleceu oficialmente no ministério a seu cargo o tratamento na 3^a pessoa porque, segundo ele me disse, encontrara, numa gaveta, um cartão escrito por um colega dos mais ilustrados, no qual Vós e V. Exa. andavam às

testilhas, o que era uma vergonha e um mau exemplo para os funcionários da secretaria.

E o infinitivo, acerca do qual se têm escrito tratados, com o fim de se discriminarem os casos em que se deve usar a forma impessoal e aqueles em que cumpre empregar de preferência a pessoal? Não constituirá o caráter de cada uma dessas entidades um problema insolúvel? De modo nenhum; não o creio absolutamente, entre outros motivos, porque, ao reler o que escrevi antes de me preocupar com o assunto, urgido pelo ofício que exerço, tive o prazer de verificar que não errei uma só vez no uso que fiz de um e de outro.

Discorramos, entretanto, pela matéria: O denominado infinitivo pessoal é uma forma exclusivamente nossa ou que, pelo menos, se crê tal, e porque as outras línguas a não possuem, se vêm forçadas a um circunlóquio, a fim de evitarem ambigüidade Enquanto o francês tem de dar uma volta pelo subjuntivo para exprimir uma idéia como esta: *c'est pour que vous étudiez que vos parents vous envoient a l'école*, a nós nos basta dizer: *é para estudardes que vossos pais vos mandam para o colégio*. Nestas circunstâncias, não pode haver dúvida que o infinitivo flexionando se impõe. Em contraposição, seria manifesta a redundância, além de mal soante, se dissessemos: *vamos sabermos, desejam estudarem*. Fora destes dois casos, acredito que a necessidade de encher o ouvido ou a intenção do escritor de pôr em relevo a personalidade do sujeito autorizam a empregar a forma pessoal, ainda quando baste a impessoal à compreensão do sentido.

Sempre que vem a pélo nas minhas aulas, (não será o antigo cronista que desperta dentro de mim?) costumo ilustrar a preleção com anedotas a propósito, não só para refrescar a aridez da matéria, como para que melhor se insinue a explicação no ânimo dos ouvintes.

Aqui vai uma delas: Quando me fiz professor de Português, tive a necessidade de aprender a teoria dos infinitivos, assunto em que nunca havia pensado nos dez ou doze anos que escrevera para a imprensa. Recorri, portanto, à gramática de Júlio Ribeiro, então em voga. Figurou-se-me, à simples leitura, que as regras por ele inculcadas bem poderiam servir: e, como se tratasse de uma autoridade, não hesitei em as transmitir aos meus discípulos, embora não tencionasse ado-



tá-las para meu uso, resolvido, como estava, a continuar a empregar uma ou outra consoante me ocorresse ao bico da pena. Mais tarde, aconteceu vir-me às mãos o romance daquele autor, *Padre Belchior de Pontes*; no correr da leitura, sentia, uma vez por outra, coar-se-me nos membros um arrepio, como se me riscassem com as unhas a parede; investiguei a causa do fenômeno e não tardei a verificar que Júlio Ribeiro sacrificara a harmonia do estilo às regras dos infinitivos que ele próprio forjara e era o instinto do ritmo que se me horripilava no subconsciente.

Quando se pensa em quanto se tem escrito a partir dos *Estudinhos de Silva Túlio* no intento de formular regras sobre esta matéria, desmentidas sempre pelos escritores, que muitas vezes misturam uma e outra no mesmo período em situações que não divergem e até coordenadas na mesma frase, é que se comprehende como os fabricantes de teorias têm contribuído para disseminar no povo a falsa idéia que no português há dificuldades insuperáveis.

Concorrem, outrossim, para radicar aquela falsa crença, as dúvidas que muitos alimentam no que respeita à concordância; daí as consultas com que nos vemos assaltados os mestres:

Como se deve dizer: *faz quatro anos ou fazem quatro anos?* *Hoje são vinte ou hoje é vinte?* — *já deram três horas ou já deu três horas?* *escreve-se com dois tt (têss) ou com dois t (tê)?* que alguns gramáticos ainda registram, dando-lhes a honra de as discutir, como se, há tantos anos, não estivesse assentado que daquelas formas contrapostas só a primeira de cada par prevaleceu.

Aos que me escutam custumo dar um conselho: a dúvida é uma doença terrível que produz insônias e desequilibra todo o nosso ser. Ora, que faz o doente diante das opiniões desencontradas dos que exercitam a medicina?

Se se detiver a considerar o seu mal, sem se decidir por esta ou aquela terapêutica, agravá-lo-á até à morte; as juntas médicas são quase sempre fatais.

Resolve, então, aconselhar-se exclusivamente com um clínico bem reputado e a ele se entrega sem mais hesitação. É o que tem a fazer quem consulta mestre, como quem espera fortalecer com as certezas da ciência da linguagem o organismo depauperado por aquelas dúvidas cruéis, e ainda com uma vantagem, e vem a ser que, no tocante aos hábitos e tendências da língua, entre dois mes-

tres que verdadeiramente o sejam, não há desacordo possível; e aí está uma pedra de toque para se reconhecerem.

Não me posso esquivar a tratar dos pronomes átonos na frase, e que tanto têm dado que fazer a muita gente. Estou convencido de que existem dois únicos princípios ineludíveis, em que não podem deixar de estar de acordo o Brasil e Portugal:

1º – É necessário que aqueles elementos se achem dispostos por maneira que não resulte obscuridade no sentido.

2º – Quando figurarem na oração os dois pronomes direto e indireto, devem vir ambos sempre conjugados, antecedendo este àquele deste modo: *mo, to, lho, no-lo, vo-lo*.

Em tudo mais¹ a distribuição daquelas entidades depende exclusivamente da modulação da frase, muito diferente no português de aquém e no de além-mar: A mim, por exemplo, ser-me-ia impossível, falando ou escrevendo, iniciar uma proposição por pronome átono, e, entretanto, tendo, uma vez, posto em dúvida a um colega que um projeto de lei que nos interessava tivesse parecer favorável, ele me atirou com um “*te garanto que ele será aprovado*”, com tal intimativa, ferindo com ênfase o pronome, que confesso me senti mais *garantido* do que se ele me tivesse dito *garanto-te* ou se, por escrúpulos de purista, houvesse pronunciado: *asseguro-te* ou *afianço-te*.

O que pretendemos que se conclua de tudo que aí ficou dito é que nós os mestres devemos, antes de mais nada, varrer da mente dos nossos ouvintes que o português é língua difícil; convencê-los de que o conceito não corresponde a nenhuma realidade objetiva e, ao expormos os fatos da língua, fazê-lo com toda a convicção para lhes não alimentarmos a dúvida no espírito; não porque se pretenda reviver o *magister dixit*, mas porque nada adianta em presença de frases como estas: *É-se feliz ou infeliz, está-se bem aqui, não se me dá, eu parece-me, tu é que*

¹ *Em tudo mais* etc. Esqueceu-se o mestre das combinações *se me, se te, se lhe, se nos, se vos* (*não se me* afiguram boas as suas razões; afiguram-*se-me* bastante falhas), em que a ordem de colocação de um pronome em relação ao outro é a mesma, em Portugal e no Brasil. Ninguém diz, nem cá nem lá, “*não me se afiguram*”, “*afiguram-me-se*”. — Também se usa *tudo o mais*, que se pode ver em Herc. *Poesias*, 1860, págs. 61, 92, 220. (N. de Evanildo Bechara.)



não queres, discutir se elas se podem ou não analisar; o que importa saber é que todas são português de lei.

Da sua parte, os alunos não devem dar de mão à gramática elementar a fim de se exercitarem nos verbos e adquirirem outras noções básicas, e, como tais, indispensáveis, submetendo-se conjuntamente a um regime diário de leitura escolhida de escritores modernos para se firmarem nos complementos e adquirirem a harmonia, e, acima de tudo, cumpre que cada qual se convença de que é tão desairoso falar um homem a sua língua mal, sob o pretexto de que ela é difícil, como tirar as botas num salão por lhe doerem os calos.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Lúis Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Rachel de Queiroz
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Raymundo Faoro
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Silvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Marcos Almir Madeira
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Lúis Guimarães Júnior	Geraldo França de Lima
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Roberto Marinho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10,5/16 PT.

